

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**Em busca de cidadania política:
o queremismo no Rio Grande do Sul frente à
reorganização política e partidária (1945).**

CÁSSIO ALAN ABREU ALBERNAZ

Dissertação submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de MESTRE em
História no Programa de Pós-Graduação em
História da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René E. Gertz

Porto Alegre, julho de 2006.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Pós-Graduação em História

**Em busca de cidadania política:
o queremismo no Rio Grande do Sul frente à
reorganização política e partidária (1945).**

CÁSSIO ALAN ABREU ALBERNAZ



Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE em História do Brasil no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René E. Gertz

Porto Alegre, julho de 2006.

Para Carlos Alberto Abreu Albernaz
"Mano Velho"
(*in memorian*)

Para Judy Tellier Albernaz
"Getulista dos quatro costados"
(*in memorian*)

“No futuro observarão que acabaram com o melhor legado da Era Vargas, apesar de seus defeitos paternalistas e das suas deturpações, que era a legislação social, retocada pela Constituição de 1988, enquanto triunfava no país o pior exemplo da Era Vargas, o estilo de governar pela manipulação dos opostos e alianças heterodoxas, que na má imitação virou pseudo-esperteza e rendição à oligarquia.”

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *Aquele estranho dia que nunca chega: as melhores crônicas de política e economia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. p.29.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a CAPES e ao CNPq pelas bolsas concedidas, sendo que sem elas este trabalho seria inviável. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por viabilizar e institucionalizar esta pesquisa.

Cabe agradecer ao meu orientador Prof. Dr. René Gertz pela confiança em mim e neste trabalho conduzindo-o de forma serena e profissional. Ao Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu pelas orientações, sempre pertinentes, que me ajudaram em momentos de dificuldades. Aos Professores do Pós-Graduação em História, em especial ao Prof. Dr. Hélder da Silveira, ao Prof. Dr. Arno Kern, a Prof^a. Dr^a. Sandra Brancatto, a Prof^a. Dr^a. Maria Cristina dos Santos, a Prof^a. Dr^a. Ruth Gauer e a Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino, pelas aulas e discussões teóricas que de alguma forma aqui se refletem.

Por mais individualizada que possa ser, qualquer tipo de produção acadêmica carrega sempre muito de trabalho coletivo. Se, no caso das influências teóricas essas se deixam evidenciar através do próprio texto elaborado, outras por variadas razões, não se apresentam de forma assim tão clara. Entendo que a essas últimas caberia alguma referência especial.

Nesse sentido, quero agradecer ao sr. João Batista Marçal, pesquisador autônomo, autodidata e possuidor de um valioso acervo sobre o movimento

operário gaúcho, pela amizade, pelas indicações e pelas fontes preciosas que me disponibilizou para esta pesquisa. Aos funcionários do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, principalmente, a Prof^ª. Dr^ª. Ismênia Martins do IUPERJ pela cordialidade com que me receberam. Ao pessoal do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, da Biblioteca Pública de Pelotas e ao pessoal da Biblioteca da UFRGS/BSCSH e da Biblioteca Central da PUCRS.

Quero agradecer a Carla e ao Davi da Secretaria da Pós-Graduação em história por toda ajuda e pelas orientações burocráticas. Aos colegas Ricardo Dellazari, Bianca Brigidi, Carla Berto, Rodrigo Oliveira, Lizandre Oliveira, Carlos Henrique Armani, Cláudio de Sá Machado Júnior, Hugo Hrubry, Camila Merg pelo convívio agradável. Em especial, a Luís Bernardo Soares Dutra, Rubens Reinert Neves da Silva e Gustavo Reis Bohns.

Principalmente, a minha mãe Iracema Nogueira de Abreu e ao meu padrasto Roberto da Silva Pinto, que com suas lutas diárias tornaram tudo isso possível. A Myrella e ao Vítor minhas fontes de inspiração; à Clarissa Lima Santos, minha alma gêmea, e família.

SUMÁRIO

RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
INTRODUÇÃO.....	11
1. O QUEREMISMO EM QUESTÃO.....	27
1.1. Uma herança “maldita” ou “mal dita?": o populismo na historiografia brasileira.....	29
1.1.1. A “invenção” da invenção do trabalhismo no Brasil.....	41
1.1.2. Populismo e trabalhismo no Rio Grande do Sul: continuação de uma herança ou uma interpretação alternativa?.....	55
1.2. O quererismo na historiografia: cultura historiográfica e a “superação” de um paradigma.....	68
1.2.1. A superação de um paradigma? Imaginário trabalhista, cultura política popular e quererismo.....	72
1.3. Tendências atuais em estudos dos movimentos sociais e dos trabalhadores urbanos.....	83
2. O QUEREMISMO NO RIO GRANDE DO SUL.....	94
2.1. Reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul: os setores conservadores.....	101
2.2. Quererismo e reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul: os setores populares.....	128

2.2.1. Greves e participação política (1945).....	150
3. O QUE QUEREM OS QUEREMISTAS.....	162
3.1. As táticas do quererismo gaúcho: “ <i>Queremos Getúlio!</i> ”.....	164
3.2. As táticas do quererismo: “ <i>Constituinte com Getúlio!</i> ”	183
3.3. As táticas do quererismo: “ <i>Forja teu futuro!</i> ”	193
3.4. Algumas reflexões e considerações acerca do discurso quererista..	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	218
FONTES DE CONSULTA.....	224
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	226

RESUMO

Ao longo do ano de 1945, o movimento conhecido como queremismo exigiu, nas ruas, a permanência de Vargas no poder, entusiasmando parcelas significativas dos trabalhadores brasileiros. O queremismo apresenta uma questão difícil de ser enfrentada, tanto na tradição liberal quanto de esquerda: o Estado Novo entra em crise e se enfraquece, mas, no mesmo movimento, cresce o prestígio de Vargas. Quando o regime democrático surge como alternativa política para o país, os trabalhadores exigem que Vargas continue no poder.

Todas as correntes de opinião que se transformaram em partidos políticos na época, foram afetadas com maior ou menor impacto pelo queremismo. Mesmo manobrado por grupos políticos ligados Vargas, o queremismo também correspondeu interesses das massas populares. No Rio Grande do Sul de movimento defensivo das leis trabalhistas, passou à exigência de uma constituinte e terminou por canalizar os trabalhadores para um partido político, o Partido Trabalhista Brasileiro. Por um lado, tirou as massas da apatia política em que se colocara e as tornou atuante politicamente.

ABSTRACT

During the year 1945, the street movement known as *queremismo* demanded the permanence of Vargas in the power, inspiring significant portions of Brazilian workers. *Queremismo* is a difficult question to be confronted, both in the liberal and leftist traditions: the Estado Novo is undergoing a crisis, while at the same time the prestige of Vargas grows. When the democratic regime emerges as a political alternative for the country, the workers demanded that Vargas continues in power.

All the currents of opinion that became political parties at the time were affected by *queremismo* to a greater or lesser extent. Although *queremismo* was manipulated by political groups connected with Vargas, it also forwarded the interests of the popular masses. In Rio Grande do Sul beginning as a movement to safeguard the labor laws, it subsequently demanded the organization of Constituent Assembly and ended up by channeling the working mass into a political party, the Brazilian Labor Party. On the one hand, it roused the masses from the political apathy.

INTRODUÇÃO

Os mestres do “fazer histórico” apontam que deixar explícitas as influências das questões presentes na investigação sobre o passado é parte do compromisso do historiador. Durante os anos 90, o arranjo político dominante no país anunciou o fim da “Era Vargas”. Essa cantilena, por vezes repetida, e o estranhamento perante tal afirmação, que soa um tanto anacrônica, suscita algumas questões importantes para o Brasil do século XXI, principalmente, no que se refere, a legislação trabalhista, a classe trabalhadora, a institucionalização dos seus direitos sociais e sua inserção ao processo político, que durante a Era Vargas ganhou proporções inéditas, marcando a sociedade brasileira.

Segundo Ângela de Castro Gomes,

“A literatura e a vida política brasileira praticamente não deixam dúvidas sobre o sucesso da ‘ideologia trabalhista’. O verdadeiro mito construído em torno da figura de seu criador – o presidente Getúlio Vargas – e a luta até hoje travada pelo espólio do getulismo e do trabalhismo são evidências suficientes para a

avaliação da profundidade e permanência desse discurso político”¹

Como afirma Ângela Gomes, não há como negar a permanência da disputa pelo espólio getulista/trabalhista. Entretanto, Luís Fernando Veríssimo chama a atenção, pois parece que essa disputa gira em torno do que tem de pior da Era Vargas, o governo pela manipulação de opositos e por alianças heterodoxas, que numa má imitação virou pseudo-esperteza.²

Buscar compreender o passado político e social brasileiro do período entre 1930 e 1964 é sempre uma tarefa difícil, pois a literatura que, a partir da segunda metade dos anos 60, procurou analisar essa temporalidade formulou e difundiu representações negativas, tais como: “período populista”, “Estado Populista” “pacto populista” e “populismo na política brasileira”. Essas noções se encontram facilmente nos livros didáticos, de nível médio, em trabalhos acadêmicos e no “senso comum” das pessoas. Essas noções negativas acabam se estendendo para as classes trabalhadoras que, não raramente, são vistas como “manipuláveis”, “desvirtuadas”, “sem consciência” e “pelegas”.

Na avaliação do historiador norte-americano John French, o “consenso populista” na historiografia se trata de um conhecimento tradicional, historicamente

¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.p. 07

² VERÍSSIMO, Luis Fernando. *Aquele estranho dia que nunca chega: as melhores crônicas de política e economia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. p.29.

discutível e conceitualmente falho.³ Os historiadores etnográficos, há bastante tempo, ensinam que se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar, não há por que acreditar que “*estes foram real, total e universalmente submetidos*”. Para Roger Chartier, “*é preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações*”.⁴

A historiografia trata o movimento queremista como um movimento de massas, de amplitude nacional, que tem no lema “Nós *queremos* Getúlio” sua frase de ordem. Isso se deve ao fato de que a sociedade brasileira, de um modo geral, em processo de democratização política com a crise estado-novista, se mobiliza em dois campos antagônicos, ou seja, o antigetulismo e o pró-getulismo. Entretanto, essa premissa historiográfica, que está associada a uma macro-visão histórica, não explica satisfatoriamente, ou explica através de uma lógica demasiadamente simplista, as seguintes perguntas: Por que com a crise estado-novista e seu enfraquecimento cresce o prestígio de Getúlio Vargas? E ainda: Por que mesmo tendo a alternativa política de um regime “democrático” para o país, se organizou um movimento de grande amplitude nacional pedindo a permanência do “chefe autoritário”?

³ FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo. 1900-1950*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995. p. 4-5.

⁴ CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 16, 1995. p.182.

As explicações que tradicionalmente marcam a historiografia são de que a classe trabalhadora é subordinada e passiva, sobretudo a partir de 1930, ou ainda, trazem a imagem de que na denominada “Era Vargas” os trabalhadores, com a eficácia da máquina do DIP, teriam sido iludidos pela propaganda política estatal, e nesse sentido, satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, os trabalhadores, em troca dedicaram a Vargas submissão e obediência política. Eis ainda a imagem presente nos textos.

Embora a legislação social fosse recebida pelos trabalhadores com muito agrado, as lutas tinham que continuar. Apesar de beneficiados, os trabalhadores tiveram que lutar por sua implementação. Portanto, como afirma John French, não há razão para dividir a classe trabalhadora a partir de uma suposta transição entre organizações “independentes e radicais” das décadas de 1910 e 1920 e as “moderadas e atreladas” ao Estado após 1930.⁵ Ao optarem pela legalização de seus sindicatos, os líderes operários não estavam seduzidos pelas teorias de paz e harmonia entre as classes, como dizia a lei de sindicalização de 1931. O que os interessou foi a cobertura legal para organizar os trabalhadores na luta contra os empresários, objetivo que vinha de antes da década de 30. Interessava-os, ainda, o cumprimento da lei. Mas não se trata, novamente, de qualquer fé ingênua no governo de Vargas, pois os organizadores do movimento operário logo perceberam que não poderiam depender somente da ação estatal para tornar as leis aplicáveis. Era preciso lutar por elas. Dessa maneira, como lembra French, a legislação, além de definir os parâmetros dos novos direitos, podia ser invocada

⁵ FRENCH, op.cit., p. 45-48.

para justificar e avançar suas lutas contra os empresários. Enfim, não há razões para afirmar que as leis trabalhistas exerceram um “efeito soporífero sobre a classe operária”.⁶

É importante definir para os objetivos desse trabalho a contribuição da concepção de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora. Segundo Thompson *classe trabalhadora* é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Nele se reúne um “amontado de fenômenos descontínuos”, mas “como fenômeno histórico unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria da experiência como na consciência”. Thompson ressalta que a classe trabalhadora “é um fenômeno histórico, não uma estrutura, nem mesmo uma categoria, mas algo que ocorre efetivamente, e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas”.⁷

Portanto, é a partir das indicações de French e Thompson que esse trabalho se norteia. Procurando ao compreender o quererismo gaúcho se afastar das concepções e das contradições que surgem na historiografia específica sobre a temática. Tais, contradições são possíveis quando modelos abstratos são construídos sem comprovação empírica, sem a presença de homens e mulheres que, como se diz durante decênios fazem a história.

⁶ Ibid., p. 49-56.

⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

Entretanto, essa dissertação não tem a pretensão de direcionar uma crítica mal comportada a historiografia e nem de tentar enumerar os “reais” e “verdadeiros” interesses dos trabalhadores. Se é que alguém poderia realizar tal tarefa. A preocupação que permeia essas páginas é tentar recompor, na medida do possível, a complexidade, os anseios, as táticas e as alianças em que os trabalhadores gaúchos se envolveram frente à reorganização política e partidária no período de redemocratização de 1945. Nesse sentido, o queremismo, por ser um movimento das massas de trabalhadores organizados propicia o delineamento dessas questões.

A presente dissertação tem por objetivo mais geral analisar o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária no ano de 1945, procurando compreender quais os motivos que levaram os trabalhadores gaúchos a se organizarem, durante o processo de redemocratização, em um movimento de massas de amplitudes nacionais. Mais especificamente, o objetivo é tentar buscar a complexidade do movimento ao nível regional através da reconstituição dinâmica e complexa de sua organização, de sua política de alianças, dos vários atores sociais, do seu discurso e de suas táticas, e das relações com o processo político-partidário, tornando-se possível articular as mudanças na composição interna do queremismo, com as transformações vividas por outros segmentos sociais, que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças, sem implicar, necessariamente, em passividade e subordinação.

De uma forma geral, esse trabalho se inclui, entre outros que a partir de reflexões e indagações, se propõe a reexaminar a relação entre trabalho e cidadania no Brasil.⁸ Nesse sentido, já de partida, se tem como objetivo evitar alguns riscos identificados em parte da produção historiográfica, entre eles, a afirmação da *inexistência* da cidadania no país, ou a pouca substância do objeto em questão (no caso a cidadania regulada), ou mesmo sua negação em termos (cidadania concedida).⁹ Também é um risco assumir a visão que atribui ao projeto trabalhista, e posteriormente ao PTB, a capacidade de se apresentar como expressão única dos trabalhadores

Procurando evitar tais percalços, o foco principal desse trabalho, o quererismo no Rio Grande do Sul, possibilita a compreensão do desenvolvimento das formas particulares de consciência social de direitos. Dessa forma, não é objetivo julgar regimes, partidos ou atores históricos e sociais, e nem desenvolver teses generalizantes sobre o período, mas sim realizar uma história social da

⁸ Ver a esse respeito: BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 3). FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁹ Para o conceito de *cidadania regulada* ver: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Para *cidadania concedida* ver: SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, 1994.

política, sem perder de vista a multiplicidade de experiências, a flexibilidade dos costumes e a circulação de valores.¹⁰

Como forma de tentar atingir seus objetivos o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, *o quererismo em questão*, procurar identificar e delinear as principais propostas elaboradas pela historiografia brasileira para formar e conformar as noções explicativas mais gerais, entre 1945 e 1964, bem como trazer as críticas direcionadas a essas interpretações, situando alguns contextos, autores e textos, buscando-se elucidar teorias e conceitos.

Ainda que não se tenha a pretensão de fazer um levantamento exaustivo de todos os trabalhos que elaboraram essas teses e, como contraponto, as críticas direcionadas a esses trabalhos, entende-se ser importante, ao menos, indicar alguns que de forma mais direta auxiliam no desenvolvimento do objeto de estudo em questão, qual seja, o quererismo no Rio Grande do Sul. Desta forma, se torna possível sistematizar os rumos de uma formulação, ainda que com muitas ausências, localizando, de maneira esquemática, argumentos e questões centrais desse debate.

O primeiro capítulo assume, portanto,
uma abordagem historiográfica sobre as

¹⁰ HOBBSAWN, Eric. A formação da cultura da classe operária britânica e o fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: HOBBSAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 251-297. Para um contraponto à visão mais estável de cultura de classe de Hobsbawn, ver à visão mais dinâmica de Thompson.

análises mais gerais para a política brasileira no período 1930-1964. Nota-se, presentemente, que os estudos historiográficos já ocupam um importante espaço no contexto da produção histórica contemporânea, tornando-se legítimo afirmar a existência de um maior rigor científico nessa área do conhecimento, tendo os estudos historiográficos deixado de ser simples bibliografias comentadas, com listas de autores e suas respectivas obras, passando a conter uma periodização própria, análises e interpretações importantes.

Um estudo historiográfico dispõe dos livros de história como documentos históricos e como fontes primárias. Um aparente formato “catalográfico” é difícil de ser evitado; entretanto, procura-se, na medida do possível, estabelecer as articulações necessárias e, sobretudo, viáveis para obter-se uma compreensão sistemática sobre a produção. Num estudo dessa natureza, as datas são importantes, pois se constituem em pontos de referência a partir dos quais se pode divisar um tênue – porém perceptível – desenvolvimento nos estudos historiográficos, em suas formas de abordagem, na estrutura de exposição de seus conteúdos. Assim, sempre que possível, se procurará indicar as datas das primeiras edições das obras analisadas.

Como em qualquer trabalho de pesquisa, é necessário que se faça uma série de opções, o que, inevitavelmente, exclui tantas outras variáveis possíveis. A presente dissertação, portanto, não pretende esgotar o tema nem abarcar toda a produção das Ciências Sociais sobre a temática em questão. Seu objetivo é mais pontual: sistematizar os argumentos dos principais autores e projetar suas respectivas formulações. Abdica-se do interesse enciclopédico de listar todos os autores e suas respectivas obras, e, em lugar disso, dá-se maior atenção às formulações e às tendências de abordagens e interpretações de alguns autores, em particular.

Segundo Rogério Forastieri da Silva, no seu livro *História da Historiografia*, um dos argumentos para se justificar a importância de uma análise historiográfica é que:

“A velocidade e a quantidade da produção constituem-se num verdadeiro obstáculo para que qualquer acadêmico possa se considerar a par do que se produz no seu setor de especialização. Assim sendo, torna-se razoável de tempos em tempos rastrear o que tem sido produzido de significativo em determinados campos do conhecimento e também recuperar para o presente autores e textos que, apesar de

importantes, possam por alguma razão ter ficado no olvido.”¹¹

A forma de abordagem e de análise desse primeiro capítulo se dará sob duas perspectivas: sincrônica, na medida em que agrupa um conjunto de autores e suas respectivas obras no seu próprio contexto de produção; e diacrônica, ao estabelecer uma sucessão de obras sobre determinado tema ou período, datando-se tais formulações. Deve-se frisar também que a produção por ora analisada não será avaliada por um critério quantitativo. Há autores com uma vasta produção, enquanto outros com uma, ou duas obras, podem ter uma contribuição suficientemente significativa para se incluir em tal análise. Pretende-se utilizar, então, o critério qualitativo de análise historiográfica, no qual se busca estabelecer a relevância de determinada obra na construção argumentativa referente à temática definida para este estudo.

Vale citar ainda a opinião de Marlene Medaglia Almeida sobre a importância dos estudos historiográficos. Em sua dissertação de mestrado – *Introdução ao estudo da Historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)* -, a autora afirma :

“A pluralidade de perspectivas que se registra atualmente nessa área de pesquisa espelha os diferentes comportamentos assumidos pelos pesquisadores frente à historiografia, isto é, ao que consideram como prioritário: se identificar e,

¹¹ SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001, p.13.

em caso positivo, resgatar a historicidade desta produção (...). Assim, pode-se privilegiar a natureza da historiografia como conhecimento histórico e como história, o que pode ensejar um estudo produtivo e contribuir para o desenvolvimento da ciência histórica.”¹²

Portanto, a contribuição desse primeiro capítulo está em acompanhar a trajetória e a formulação de conceitos, tais como; populismo e trabalhismo. Bem como acompanhar trabalhos específicos sobre o quererismo. Segundo Marcos César de Freitas, na introdução da obra *Historiografia Brasileira em Perspectiva: “A historiografia quer oferecer-se para dirigir os olhares ao já visto, encarecendo-lhes: ‘olhem novamente’*”.¹³

O segundo capítulo, *o quererismo no Rio Grande do Sul: contornos políticos, partidários e sociais diante da redemocratização de 1945*, analisa, a partir da crise-estadonovista, o contexto social e político-partidário do Rio Grande do Sul, no ano de 1945. Assim, procura delinear os embates políticos entre os setores conservadores e os setores populares da sociedade gaúcha; bem como procura captar a estruturação e as alianças políticas quereristas frente aos partidos políticos.

¹²ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. (Dissertação de Mestrado), p.25.

¹³ FREITAS, Marcos César. Para uma história da historiografia brasileira. In: FREITAS, Marcos César. (org.) 4ª ed. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 9.

Entende-se que o desenvolvimento desses objetivos são importantes para a compreensão do quererismo gaúcho, pois permite a reconstituição dinâmica e complexa de sua organização, de sua política de alianças, entre os vários atores sociais, e das relações com o processo político-partidário, tornando-se possível articular as mudanças na composição interna do quererismo, com as transformações vividas por outros segmentos sociais, que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças, sem implicar, necessariamente, em passividade e subordinação.

O terceiro capítulo, *O que querem os quereristas?*, busca compreender a dinâmica política do quererismo, oriunda da conjuntura de diferentes momentos do embate político-partidário, através do seu discurso e de suas táticas. Assim, ao analisar o conteúdo do discurso quererista procura-se compreender a partir do campo aberto de possibilidades da conjuntura política, como os quereristas vão direcionar suas lutas para a busca da cidadania política.

Para o desenvolvimento do segundo e do terceiro capítulo são utilizados como fontes de pesquisa os jornais cariocas, O Globo, O Jornal, Correio da Manhã; os jornais gaúchos, Correio do Povo, Diário de Notícias, Libertação; o periódico gaúcho, Revista do Globo; o depoimento concedido, em 1983, ao Setor de História oral do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, pelo sindicalista gaúcho José Vecchio; além de documentação do Arquivo Getúlio Vargas e do Arquivo João Batista Marçal.

Sobre a utilização das fontes de imprensa e periódicos, cabe ressaltar que optou-se por analisar o conteúdo desses veículos de comunicação de forma diferenciada da comparação feita pelo tão conhecido método jornalístico, ou seja, abre-se mão do critério métrico. Os critérios e métodos dos quais esse jornalismo comparativo faz uso, são demasiadamente técnicos no sentido estatístico, fugindo aos objetivos do presente estudo. Preferiu-se utilizar, então, uma análise interpretativa, a qual permite a apreensão mais ampla da conjuntura da época cruzando os dados dos jornais e periódicos pesquisados tornando possível mapear a organização queremista frente aos seus diretórios, comícios e seus integrantes, além de acompanhar a dinâmica política gaúcha durante o processo de reorganização política e partidária.

O método empregado para a análise das fontes de imprensa foi análise qualitativa de conteúdo, baseada em Roque Moraes, Laurence Bardin e Núncia Santoro de Constatino.¹⁴ Assim, utilizou-se a abordagem indutiva, gerativa, construtiva e subjetiva, ou seja, aquela que visa a compreensão dos fenômenos investigados e não generalizações probabilísticas.

Sobre o depoimento de José Vecchio, o método empregado segue as idéias de Ângela de Castro Gomes.¹⁵ Cabe ressaltar que essa narrativa que se

¹⁴ Sobre análise de conteúdo: MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/PUCRS/Curso de Pós-Graduação, 1999. p. 5-31. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: edições 70, 1977. CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-americanos*. Pucrs, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho de 2002.

¹⁵ O prólogo do livro de Ângela de Castro Gomes, trata dos limites e possibilidades de se trabalhar com o gênero *escrita de si* (autobiografias, biografias, diários e correspondências) como objeto ou

encontra no depoimento de Vecchio não esta sendo aqui entendida através de uma suposta linearidade e coerência do depoente, podendo-se cair no erro da categoria levantada por Pierre Bourdieu da chamada “ilusão biográfica”. Assim, descartando qualquer possibilidade de se saber a verdade dos fatos narrados por Vecchio, o que passa a importar para os objetivos desse trabalho é exatamente a ótica assumida pelo registro e como José Vecchio expressa suas idéias. Isto é, através do depoimento de Vecchio não se quer “dizer o que houve”, mas interpretar, mesmo que com muitos limites, o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, retrospectivamente em relação aos acontecimentos.

Por fim, é importante referenciar as dificuldades encontradas ao longo dessa pesquisa. De início, cabe ressaltar a questão da escassez das fontes de pesquisa, que, por diversas contingências, se tornaram entraves ao desenvolvimento desse trabalho. Dentre essas contingências, é que há uma escassez de documentação específica sobre o quererismo gaúcho. Entretanto, o subsídio do CNPq possibilitou o contato com fontes inéditas para a temática coletadas no Rio de Janeiro e em arquivos no Rio Grande do Sul. A mudança qualitativa nas fontes se deve também ao contato com o arquivo pessoal sobre história operária do sr. João Batista Marçal, que através da disponibilidade de rara

fonte da pesquisa histórica. Nesse sentido, diz Ângela que nos atos autobiográficos e biográficos os indivíduos e grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de alguma forma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. Baseando-se em Pierre Bourdieu, a autora resalta a ilusão de uma suposta linearidade e coerência do indivíduo biografado, ou que se autobiografa, e ainda a ingenuidade de se supor a existência de “um eu” coerente e contínuo. Assim, as práticas de escrita de si podem evidenciar como a trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo. GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-22.

documentação em muito acrescentou. Entretanto, o problema para o desenvolvimento do projeto de pesquisa que se chama *A trajetória do quererismo no Rio Grande do Sul: sindicalismo, trabalhismo e política (1945-1950)*,¹⁶ passou a ser outro, o tempo.

O desafio e o ineditismo da temática, além de gerar uma grande expectativa, registro que se faz com orgulho e com a consciência da responsabilidade para tal empreendimento, fizeram com que o presente trabalho estabelecesse uma série de estratégias para buscar a compreensão e a complexidade do fenômeno em questão. Assim, a perspectiva adotada nesse trabalho amadureceu, em grande parte no contato com as fontes.

Difícilmente um trabalho de dissertação ou de tese corresponde plenamente às expectativas que em torno deles são geradas. Dar-me-ei por satisfeito se este estudo vier a contribuir, pelo menos em parte, para que se possa compreender um pouco melhor a inserção dos trabalhadores gaúchos como voz ativa na política rio-grandense e levantar algumas reflexões sobre a relevância do trabalhismo para a política brasileira.

¹⁶ O presente trabalho é parte do projeto *A trajetória do quererismo no Rio Grande do Sul: sindicalismo, trabalhismo e política (1945-1950)* desenvolvido pelo autor.

1. O QUEREMISMO EM QUESTÃO
ONDE SITUAR O DEBATE TEÓRICO E CONCEITUAL:
ALGUMAS REFLEXÕES

A crise do mundo dos historiadores nasce dos limites e das incertezas dos homens face às durezas da história vivida.¹⁷

Com a crise estado-novista, e de uma forma mais acentuada, entre a entrevista de José Américo de Almeida, no final de fevereiro de 1945, que rompe

¹⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990. p.146.

com o cerco da censura, e 29 de outubro, com a deposição de Vargas, pode-se dizer, em termos gerais, segundo a imagem consagrada pela historiografia, que a sociedade brasileira, em processo de democratização política, se mobiliza em dois campos antagônicos: o antigetulismo e o pró-getulismo.¹⁸

Um dos resultados dessa mobilização, ainda em 1945, é o surgimento de um movimento de massas, de projeções nacionais, conhecido como “*queremismo*”.¹⁹ A tônica levantada pelos queremistas era a permanência de Vargas no poder, o que atraiu uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. No entanto, o *queremismo* apresenta uma questão, no mínimo, ambígua a ser enfrentada pela historiografia: mesmo com a crise estado-novista, e seu enfraquecimento, cresce o prestígio de Getúlio Vargas. Assim, frente a um processo de redemocratização para o país, os trabalhadores se organizam em um movimento de amplitude nacional pedindo a permanência do “chefe autoritário”.

Na tentativa de responder a essa questão, e, também, preocupada com questões mais amplas, tais como: por que os trabalhadores apoiaram Vargas durante o Estado Novo, ou ainda, por que os trabalhadores apoiaram lideranças trabalhistas, entre 1945 e 1964, a historiografia brasileira formulou algumas matrizes interpretativas com sugestivas teorizações e conceitualizações. Nesse

¹⁸ Alguns estudos historiográficos apontam a ocorrência de uma certa escassez, sobretudo, até meados dos anos 90, de trabalhos específicos sobre o Estado Novo e sua crise. Entre eles: GERTZ, René. Estado Novo um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁹ O movimento é assim chamado, pois seus simpatizantes tinham na expressão “Nós queremos Getúlio” sua frase de ordem.

sentido, “populismo” e “trabalhismo”, apareceram como noções explicativas gerais para a política brasileira e seus períodos entre 1930 e 1964, tornando-se imagens bem-sucedidas e que abarcam múltiplos sentidos e explicações. Nesses termos, o ano de 1930 seria o início do populismo na política brasileira, que perduraria até 1964, ou ainda, a partir de 1930, se constrói a imagem do “mito”²⁰ Vargas como “doador” da legislação do trabalho, ou ainda, na chamada “Era Vargas” os trabalhadores, satisfeitos com alguns benefícios materiais, dedicaram a Vargas submissão e obediência política, sendo esse espólio disputado pelas lideranças trabalhistas pelo menos até 1964. Dessa forma, populismo, efeitos das técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação das massas, demagogia política, cooptação política, sindicalismo pelego, são noções que passaram a explicar, praticamente, “tudo”, entre 1945 e 1964, na história política brasileira, e dessa forma a explicar muito pouco, ou quase nada.²¹

O objetivo deste capítulo, então, é procurar identificar e delinear as principais propostas elaboradas pela historiografia, tanto nacional quanto regional, para conformar essas noções explicativas mais gerais, entre 1945 e 1964, bem como trazer as críticas direcionadas a essas interpretações, situando alguns contextos, autores e textos, buscando elucidar teorias e conceitos. Ainda que não se tenha a pretensão de fazer um levantamento exaustivo de todos os trabalhos

²⁰ Pode-se ver a construção do mito Vargas sob duas perspectivas, uma nacional e outra regional: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

²¹ O estudo que serve como referência para a problematização dessas questões para a política brasileira é: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

que elaboraram essas teses e, como contraponto, as críticas direcionadas a esses trabalhos, entende-se ser importante, ao menos, indicar alguns que de forma mais direta auxiliam no desenvolvimento do objeto de estudo em questão, qual seja, o quererismo no Rio Grande do Sul. Desta forma, se torna possível sistematizar os rumos de uma formulação, ainda que com muitas ausências, localizando, de maneira esquemática, argumentos e questões centrais desse debate.

Rastrear essas formulações teóricas e conceituais mais gerais adquire significativa importância quando vinculadas a temática do quererismo no Rio Grande do Sul, pois possibilita um contraponto entre essas formulações e o caso gaúcho, e ainda, questionar os poucos estudos que referenciam a temática em questão. Esses estudos, mesmo não sendo específicos sobre o tema, o abarcam, de uma forma geral, portanto, torna-se legítimo pressupor que são reflexos dessa historiografia referida.

1.1. Uma herança “maldita” ou “mal dita”? O populismo na historiografia brasileira

O populismo como noção explicativa para a política brasileira entre 1930 e 1964 é uma das imagens mais bem-sucedidas no meio acadêmico brasileiro. Conceito, como aponta Ângela de Castro Gomes, “*com um dos mais altos graus*

de compartilhamento, plasticidade e solidificação”,²² que marca não somente o espaço acadêmico, mas que transcende marcando uma cultura política e historiográfica. O conceito não se restringe, ao campo acadêmico erudito, mas também permeia discussões numa retórica popular, tanto nos meios de comunicação como no “senso comum” da população.

É importante ressaltar que por mais que o conceito, mesmo ainda muito utilizado no meio acadêmico, venha sendo fortemente e sistematicamente criticado e negado, entretanto, parece que esse debate ainda não atingiu praticamente em nada seu uso corrente e corriqueiro pela sociedade. Ou seja, sua precisão para o “senso comum” não é afetada pelas discussões acadêmicas, assim a sociedade continua estigmatizando os políticos e a política como “populistas” em nosso país, quando as promessas, não cumpridas, “enganam” o povo, ou ainda, quando políticos com retórica fácil defendem interesses pessoais.²³

Como todo conceito, o populismo também possui sua história, e as primeiras formulações surgiram no processo de redemocratização em 1945. A idéia de populismo, não baseada em categorias teóricas e acadêmicas, possuía, então, duplo sentido. Era “populista” o político ou líder com estreita relação e apelo popular. Assim, sem nenhum caráter pejorativo. Mas, também, eram de “populismo” as acusações direcionadas pelas elites liberais ao queremismo, como

²² GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito: In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 20.

²³ GOMES, op. cit., p. 21.

forma de explicar o apoio dos trabalhadores a Vargas, ressaltando o caráter demagógico, a manipulação, a propaganda política, assim, esses seriam moldados e influenciados como massa de manobra getulista.

Essa imagem pejorativa dos trabalhadores moldada pelos liberais alcançou rápido sucesso durante os anos 1950 e 1960, mesmo que ainda timidamente, “tudo” se encaixava nessa teoria, logo adotada pela intelectualidade, sobretudo, após 1964. Como afirma Jorge Ferreira, “o ‘populismo’ surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico”.²⁴ E ainda,

“um cenário de ‘populistas’ e ‘pelegos’, eis a imagem que temos da política brasileira entre 1930 e 1964. Formuladas pelas oposições liberais, ela foi apropriada pela teoria, e esta, por sua vez, reforçou a própria imagem, sedimentando, na dimensão imaginária de gerações de alunos de cursos de níveis médio e superior na área de ciências humanas, a idéia de que teria existido um ‘populismo na política brasileira’”.²⁵

No contexto de suas primeiras formulações acadêmicas, ainda na década de 1950, as idéias predominantes que marcam o conceito partem da idéia de que o populismo é uma política de massas, vinculada a proletarização dos trabalhadores na complexidade da sociedade moderna, indicando a

²⁴ FERREIRA, *O populismo e sua história*, p. 10.

²⁵ Idem.

“inconsciência” e a “desorganização” dos trabalhadores como classe, e ainda, vincula-se à conformidade de uma classe dirigente, que perdeu sua representatividade, assim precisando conquistar o apoio político das massas. Para tanto, o surgimento de um líder populista, carregado de carisma e capaz de mobilizar as massas, torna-se essencial.

Quase todos os estudiosos do populismo nas décadas de 1950 e 1960 destacam, em graus variados, a existência de uma relação direta líder-massas para a compreensão do conceito. A existência de líderes carismáticos com apelo e capacidade de mobilização dirigidas diretamente às massas populares seria mesmo, segundo esses estudos, uma das feições características dos *modelos populistas*. Grande parte dos estudos notam, também, uma assincronia entre a mobilização das massas e os canais efetivos de participação dessas “massas disponíveis”.

Octávio Ianni, na obra *A formação do Estado populista na América Latina*, salienta como características populistas:

“o caráter demagógico e carismático da relação líder-massas; o cunho emocional, personalizado e enganoso da ideologia; a tendência autoritária, o desprezo pelas liberdades civis e os traços fascistas, o nacionalismo teórico”.²⁶

²⁶ IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. p.28.

Em seu estudo específico sobre o populismo no Brasil, do final da década de 60, Ianni volta a salientar o peso do líder carismático e sua relação direta com as massas:

“Mas os movimentos de massas e as lideranças carismáticas galvanizam o povo, além dos programas oficiais. Ou seja, os programas só ganham sentido quando identificados com uma pessoa, isto é, um líder”.²⁷

Segundo os intelectuais dos anos 1950 e 1960 somente superando a condição de massa amorfa a classe trabalhadora poderia “libertar-se” do populismo, adquirindo uma “verdadeira consciência de classe”. Essa nítida influência marxista é encabeçada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), através da publicação dos *Cadernos do nosso tempo*,²⁸ que ao ressaltar “a inconsciência da classe” e sua “desorganização” reafirma o caráter reacionário dado ao populismo pelos liberais, descuidando-se das tradições populares e da esquerda progressista, essas primeiras formulações exigem dos trabalhadores “consciência” e “organização”, como se fosse possível “uma consciência” unívoca, além de menosprezar as organizações trabalhistas e sindicais, que não são vistas por esse grupo como legítimas.

²⁷ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 66.

²⁸ Sobre o IBESP ver: SCHWARTZMAN, Simon. (seleção e introdução). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*. Brasília: UNB, 1981. Participam do grupo nomes como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, e com destaque Hélio Jaguaribe.

É interessante ressaltar as variáveis histórico-sociológicas utilizadas para a construção do modelo/conceito de populismo, bem como a imagem/perfil dos atores que o integram: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático.²⁹ Assim, já na origem acadêmica do conceito, ainda nos anos 1950, já se encontram todos os ingredientes que formam a base do conceito. Dessa forma, o ademarismo, o juscelinismo, o janismo e o janguismo, mais no final da década, apenas atualizam e reafirmam questões já delineadas pelo getulismo na década de 1940, o que também ganha respaldo e é compartilhado por outras comunidades intelectuais latino-americanas que também identificam o populismo em suas experiências históricas. Nestes contextos, segundo Ângela de Castro Gomes,

“as formulações sobre o fenômeno populista estão imersas na temática mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase da economia dependente de base agrário-exportador para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência de massas é uma característica”.³⁰

O conceito sofrerá novo impulso com a emergência da figura do presidente João Goulart, o “herdeiro” de Vargas, e de seus competidores, Leonel Brizola, em particular, assim o conceito adquirirá um novo tom, sobretudo, pelo impacto

²⁹ GOMES, op. cit., p.25-26.

³⁰ Ibid., p. 27.

causado pelo movimento militar de 1964. Desse momento em diante, não se fala mais em movimentos populistas, políticas populistas, essas noções são abarcadas por uma noção mais ampla o chamado *ciclo populista*, um adjetivo que traz, em seu entendimento, diversos substantivos, e que tem uma clara periodização. Inicia-se em 1930, com o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando o movimento militar depõe João Goulart. Nesse sentido, as causas do golpe deitavam raízes no esgotamento da “experiência populista”.

No final dos anos 1960, agora menos preocupados com a origem do populismo, mas mais voltados à sua crise, que culminou com o movimento militar de 1964, e preocupados com o futuro, principalmente a partir de 1974, no governo Geisel, que assinalava movimentos de flexibilização política, surge um grupo de intelectuais ao longo desse período, reunindo sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores que vão disseminar um pensamento político, a partir dos meados dos anos 60. Desse grupo, destaca-se a figura de Francisco Corrêa Weffort, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo, e considerado o mais importante teórico do populismo no Brasil.

O pensamento de Weffort acerca do populismo no Brasil nasce em alguns artigos escritos entre 1965 e 1967, mas seu texto clássico *O populismo na política brasileira*, data de 1968, tese de doutorado defendido na USP, que somente em 1978, após uma série de revisões se tornou livro. Como aponta Ângela de Castro Gomes sobre o contexto da produção de Weffort:

“... toda essa produção foi realizada num contexto de crise no pensamento das ciências sociais brasileiras, marcada pela necessidade imperiosa de explicar o golpe de 1964 e de, para fazê-lo, revisar as interpretações até então compartilhadas e utilizadas como guias de formulação política. Nesse sentido, pode-se entender não só a reação a um paradigma analítico que recorria a causas de teor estrutural (sócio-econômicas, com destaque), como igualmente a opção por uma abordagem que privilegiará os atores políticos e que os colocará, inclusive, como alvo de críticas por escolhas realizadas em momentos estratégicos para o curso da história do Brasil.”³¹

Nesse sentido, as relações entre os atores escolhidos por Weffort, a emergente “burguesia nacional”, o movimento sindical e, o ator central, o Estado, adquirem uma importância central para compreender seu pensamento. Baseado nessa tríade, e simplificando o pensamento de Weffort, pode-se dizer que o populismo, além de ser um processo de longa transformação, iniciado em 1930, apresenta-se de duas formas: como um estilo de governo e como política de massas. Isso se torna possível, pois para Weffort o choque entre as oligarquias rurais e as oligarquias “alternativas”, em 1930, e dos novos segmentos do empresariado urbano, e a instabilidade gerada nessas relações, faz com que seja imprescindível uma aproximação com as classes populares. Dessas relações nasce o clássico conceito Weffortiano de *Estado de Compromisso*.

³¹ Ibid., p. 31.

Para Weffort, a partir do conceito de *Estado de Compromisso*, que também pode ser entendido como um *Estado de Massas*, torna-se claro que o compromisso/apelo às massas é um recurso para encontrar suporte e legitimidade em situação de crise de instabilidade, de incerteza política. Por isso, a categoria-chave para descrever a relação que se estabelece é a de “manifestação populista”, remetendo à idéia básica de controle e tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades, que exigem exame mais cuidadoso. Weffort afirma que

“O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado”.³²

Ou seja, a idéia do compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e suas potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para emergência do poder pessoal do líder, que passa a se

³² WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 62-63.

confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Dessa forma, estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira.

Entretanto, Weffort se afasta das interpretações dos anos 1950 em que a categoria “manipulação” era vinculada à atomização e ao enfraquecimento das classes trabalhadoras, despolitizando-a, esvaziando-a de sua força original. Segundo o pensamento de Weffort, a categoria *manipulação* não é posta de forma unidirecional, mas detentora de uma certa ambigüidade, por ser uma forma de controle do Estado sobre as massas, mas também uma forma de atender às suas demandas.

Essa idéia fica mais clara em outro texto de Weffort, *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)*, onde o autor, agora valorizando o contexto da redemocratização pós-guerra, centra suas análises na relação entre Estado e movimento operário/sindical. Segundo as idéias de Weffort, a redemocratização, em 1945, marcou a estratégia populista e o papel desordenador do Estado frente ao movimento operário, e isso só foi possível, segundo o autor, pois as lideranças desse movimento, principalmente aquelas ligadas ao Partido Comunista, aliaram-se a Vargas, “engrossando” o quererismo, assim abrindo caminho para desdobramentos posteriores. Nas palavras de Weffort,

“Pretendo sugerir que se a análise histórica do período anterior a 45 explica a ruptura existente no movimento operário e a perda de suas tradições, nem por isso se encontrava predeterminado no após-guerra o rumo que o movimento operário deveria seguir. São as orientações vigentes em 1945-46, retomadas e afirmadas em 1950-54, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964 como dependência do regime populista brasileiro”.³³

A crise estado-novista é entendida por Weffort como um momento novo e original do *pacto populista*, retirando de Vargas o monopólio da manipulação e atribuindo às lideranças politicamente engajadas uma especial responsabilidade. Essa responsabilidade é reiterada, em 1950, quando Vargas retorna ao poder. Pode-se constatar que Weffort dá maior ênfase ao “mascaramento” nessas relações, como “dependência dos trabalhadores ao regime populista” que buscavam atendimento das suas demandas sociais, e de certa forma reafirmando que para aos trabalhadores brasileiros faltava tradição de luta dentro do movimento operário, esses que seriam dependentes da crença em um Estado provedor e benevolente.

Essa constatação no pensamento de Weffort, que não concebe os trabalhadores brasileiros como sujeitos/atores, mas sim como objeto/massa, só poderia produzir formulações que remetem ao populismo como *manipulação* e

³³ WEFFORT, Francisco Corrêa. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Estudos CEBRAP*, nº 4, São Paulo, 1973, p. 71.

cooptação (no caso das lideranças dos trabalhadores). Assim, Weffort reforça a imagem de que o que existe na política brasileira entre 1945-1964 são massas, desorganizadas, inconscientes, fracas numericamente, e, principalmente, alvo da manipulação do Estado através do populismo.

Seguindo o viés Weffortiano, o governo de Jânio Quadros, um líder populista de feição distinta, e o governo de João Goulart, encerram o “ciclo” inaugurado em 1930. Assim, nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, esse debate é presente e marcante nas ciências sociais brasileira. Entretanto, pode-se localizar uma crescente insatisfação com o uso do conceito no meio acadêmico, pois, políticos de diferentes matizes, colorações e tradições políticas, carregavam o “fardo” de populistas: só no período 1945-1964, Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Leonel Brizola, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Eurico Gaspar Dutra, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, e outros menos conhecidos que por ora vinculavam-se a alguma dessas personalidades. Assim, fica mais claro que o conceito de populismo não abrange as peculiaridades, as historicidades, às tradições e os projetos políticos, podendo-se dizer que tanto o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista, dissolveram-se em um mesmo rótulo: o “populismo”.³⁴

A noção de populismo tornou-se tão elástica que de certo modo pode-se dizer “a-histórica”, alguns intelectuais questionam sua validade e aplicação procurando alternativas. Sobretudo a partir da década de 1980, com a história

³⁴ FERREIRA, op. cit., p. 11.

cultural, com a nova história política e com a história social inglesa, os historiadores brasileiros, influenciados em maior ou menor grau, recusaram a imagem de *populismo na política brasileira* para o período 1945-1964.

Novos ângulos interpretativos buscando elucidar questões teóricas e históricas obscurecidas pelo conceito aparecem associadas ao contexto que a sociedade vivenciava no chamado “renascimento” dos movimentos sociais, com as greves do ABC e com uma retomada do sindicalismo, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980. Dessa forma, classe trabalhadora, mobilização política, organização sindical e redemocratização estavam, novamente, na “ordem do dia”.

Mudanças também ocorriam nas referências intelectuais disponíveis para pensar o país, já que, a nível internacional, esse é um rico momento de debates na área da história e das ciências sociais, gerando o que se tornará conhecido como a crise dos paradigmas totalizantes (funcionalistas, estruturalistas e marxistas). Assim, Gramsci, muito utilizado nas análises sobre o fenômeno do populismo no Brasil, começava a ganhar competidores dentro do próprio campo marxista, que se renovava, merecendo destaque à contribuição de E. P. Thompson.

Nesse caso específico, é significativo o abalo sofrido por orientações marxistas que postulavam um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, permitindo todo um novo conjunto de interpretações que não buscava o desvio ou a inconsciência daqueles atores.

Buscando o papel dos trabalhadores como sujeito histórico, a alternativa que causa o maior impacto na historiografia e nas ciências sociais é o conceito de *trabalhismo*, em interlocução com o populismo.

1.1.1. A “invenção” da invenção do trabalhismo no Brasil

Seguindo o contexto referido, a obra de Ângela de Castro Gomes *A invenção do trabalhismo*, de 1988, aparece como proposta de interlocução ao modelo populista de análise da política brasileira. Tendo por objetivo o diálogo com enfoques que até então não eram muito abrangentes na historiografia, como o sociológico e o político, assume uma perspectiva interdisciplinar, para então produzir uma interpretação histórica que se pretende alternativa, fundamentada em pesquisa empírica mais demorada, vinculando-se, também, às contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora.

A idéia presente na obra é a investigação da história da constituição da classe trabalhadora no Brasil. Para tanto, Ângela de Castro Gomes busca dar um papel de sujeito aos trabalhadores, num campo de possibilidades, tendo o cuidado em não atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva. Nesse sentido, aqui se dá a grande dificuldade, teórica e histórica, da utilização do conceito de

populismo, que como fora visto anteriormente, remetia à idéia de manipulação política, ainda que se reconheçam todas as suas ambigüidades. A questão da manipulação política salienta o uso do populismo, enfatizando a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, ressaltando a própria negação do estatuto de classe (pela falta de organização e consciência).

Como desdobramento dessa questão, a autora suscita o debate entre algumas das categorias implícitas ao conceito de populismo, como por exemplo à categoria *cooptação* como reverso da *representação*, ou ainda como a atuação sobre aquele que é manipulado/enganado. Para a autora, a categoria *cooptação* excluía assim uma relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), e transformando-o em objeto incapaz de negociação. Para superar essa interpretação, a autora lança a expressão *pacto trabalhista* como forma de pensar essas relações *construídas* entre Estado e classe trabalhadora, escolhendo como recorte estratégico para conformar sua hipótese os anos do Estado Novo.

A idéia de *pacto trabalhista* procura enfatizar a relação entre atores desiguais, mas na qual não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica desse pacto, cuja efetivação é datada a partir de 1942, remete a uma perspectiva mais ampla, conectando o período do pré-30 e as experiências vivenciadas pelos trabalhadores e pelo Estado, aos anos 1940, quando se apropria e resignifica o discurso operário dos anos da Primeira República. Assim, a partir de uma perspectiva temporal, o

trabalho relativiza a interpretação que explica o sucesso populista como resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, referindo-se à dimensão da manipulação.

Segundo Ângela Gomes, ao repensar os processos de ruptura/continuidade buscando a origem do trabalhismo no Brasil, os anos 1930 adquirem grande relevância porque é a partir desse período que se pode identificar a formação da ideologia do trabalhismo. Todavia, é possível identificar, também, no período pré-30 um “embrião” de trabalhismo ou, um “*pré-trabalhismo*”.³⁵

Para a autora, a ideologia do trabalhismo não pode ser encarada com uma “obra feita” já no imediato pós-30. O trabalhismo sofrerá todo um processo de elaboração durante as décadas de 1930 e início dos anos 1940. As intermitências político-sociais do período manterão estreita relação com a dinâmica da formação dessa ideologia.

No marco das contribuições teóricas ligadas à dimensão cultural da política, a autora assinala que o discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropria e resignifica o discurso operário construído de forma lenta e diversificada nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados, como todas as análises variadas, bem como a própria forma com

³⁵ Essa hipótese é, também, compactuada pelo trabalho posterior de PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. (1999). Entretanto, a obra de PARANHOS tece algumas críticas com relação à obra de GOMES. As críticas, substancialmente, referem-se à tese da *invenção* do trabalhismo pelo Estado. Em contraposição, PARANHOS entende o trabalhismo como uma *fala roubada* aos trabalhadores e apropriada pelo Estado.

que vêm revestidos, serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreende e os maneja segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O *pacto trabalhista*, entendido dessa forma, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que para a autora teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto à palavra e a ação de classe trabalhadora.

Segundo Ângela Gomes,

“O pacto social assim montado traduzia-se em um acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo da condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro”.³⁶

Segundo a autora, entre 1942-1945, a aproximação entre Vargas e os trabalhadores se faz mais via anúncio de novas leis “protetoras” do trabalhador, da propaganda oficial dessas “concessões” e de reiterados estímulos à sindicalização. A intensificação dos trabalhos de difusão do trabalhismo aconteceram, principalmente, de 1942 em diante, quando o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em comum acordo com Vargas, coloca em prática técnicas modernas de propaganda e de manipulação das massas. Por trás disso, os problemas enfrentados pelo Estado Novo – a partir da adesão do Brasil aos

³⁶ GOMES. op.cit., p. 162.

países aliados em guerra contra o nazi-fascismo – motivam a busca de apoio nas bases populares. Segundo Ângela de Castro Gomes, aí se pode encontrar o embrião de “mobilização populista” da Era Vargas.

A partir da definição do Brasil a favor dos aliados, que não se deu sem alguma barganha política,³⁷ ficam salientes as contradições internas do confronto ditadura *versus* democracia, tornando-se iminente a “necessidade” de mudanças no Estado Novo. Vargas e Marcondes Filho, amparados pelo DIP, buscam tomar a frente dos acontecimentos. A partir de 1942, buscam na consolidação da ideologia trabalhista uma das tentativas de superar a crise política e institucional. A política trabalhista do Estado Novo compromete-se com a solidificação de uma base de apoio ao regime e/ou a Vargas. Assim, a propagação, mais intensa possível, da “doação” da legislação social será peça estratégica do discurso trabalhista, cujo ponto alto estava nas palestras de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”, transmitido para todo o país por cadeia obrigatória de estações de rádio.

Como salienta Ângela Gomes,

“As palestras de Marcondes Filho certamente em muito contribuíram para tal divulgação, mas elas podem ser particularmente valiosas para o entendimento de uma faceta especial dessa construção: a de Vargas, “pai dos pobres” e líder das massas trabalhadoras. O Ministro do Trabalho iria caracterizar um certo tipo de

³⁷ Pode-se verificar o jogo de barganha política de Vargas durante a Segunda Guerra em: GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.

imagem do Presidente, mais ainda um certo tipo de postura diante do povo trabalhador”.³⁸

A imagem de Vargas “doador” da legislação trabalhista foi, assim, propagada por todos os cantos do país. Nesse ponto, é interessante lembrar que essa imagem não agia no vazio. Pelo contrário, se sustentava sobre bases concretas – a legislação social –, buscando atingir, principalmente, as massas de trabalhadores.

Entretanto, a questão da “doação” da legislação trabalhista implica uma série de relações entre o Estado e os trabalhadores. Essas relações, como analisa Ângela Gomes, são: *o dar, o receber e o retribuir*.

Se o ato de “doar” era entendido como um “dever” do Estado, igualmente implica uma outra obrigação, a de *receber*. Nessa lógica bilateral, aquele que dá o faz também por “necessidade”, e aquele que recebe “precisa” aceitar o benefício. Assim, receber o benefício é um direito, mas é igualmente um dever. Por esse motivo, o Estado precisava não só doar como criar a obrigação de receber.³⁹ Nas palavras de Ângela Gomes, “*esta questão é fundamental, pois outorga, quando pressupõe o dar e receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir*”.⁴⁰

Ainda segundo a autora,

³⁸ GOMES, op. cit., p. 203.

³⁹ Ibid., p. 211.

⁴⁰ Ibid., p. 212

“O povo tinha o direito de receber, e portanto, o dever de retribuir. Ao contrário, ele não tinha o direito de não receber, pois isso significaria não ter o dever de retribuir. Daí porque não retribuir – não pertencer, não trabalhar – era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança”.⁴¹

A retribuição que Vargas visava com a “doação” da legislação trabalhista era a constituição de uma base de apoio mais efetiva para si próprio e para o Estado Novo. Os componentes básicos do trabalhismo serão, então, exaustivamente veiculados. Com a referida ênfase à “doação” da legislação trabalhista, ao elogio do “Estado Autoritário”, ao “Estado Nacional”, à “democracia substancial” e ao “provedorismo” do Estado.

Os mecanismos de “sensibilização” e “organização” das massas colocados em prática pelo Ministério do Trabalho, de 1942 em diante, buscavam formar, segundo Paranhos, “*uma reserva de mobilização*”.⁴² A questão da *reserva de mobilização de massas* será um fator marcante do processo político brasileiro. Tendo seu ponto de apoio na legislação trabalhista, essa questão apresenta-se como um ponto convergente nas leituras que trabalham com a idéia de *pacto trabalhista*.

O ano de 1942 permanece como um marco sugestivo exatamente pela ambigüidade política que passou a dominar o clima do Estado Novo. Essa

⁴¹ Ibid., p. 216.

⁴² PARANHOS, op. cit., p. 116.

ambigüidade é entendida por Ângela Gomes como o esforço de abrir mão de um regime autoritário, sem abrir mão das posições de poder então defendidas por seus mentores. Para tanto, era preciso garantir a condução do processo de “saída” do próprio autoritarismo. Nesse sentido, tornava-se fundamental a capacidade de gerar idéias novas sobre a continuidade política do getulismo em uma ordem democrática. E, sobretudo, tornava-se relevante o cuidado na execução de políticas capazes de proceder à transição.

Nesse período entre 1942 e 1943, se insuflará mais energia e dinamismo à política trabalhista do Governo Vargas, num esforço denodado para “capturar” politicamente os trabalhadores. A ideologia do trabalhismo se consolidou de vez, associada à tentativa de constituição de uma base de apoio mais efetiva para Vargas e para o Estado Novo.

A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os reajustes do salário mínimo somavam-se aos esforços de disseminação da ideologia do trabalhismo. E tudo isso resultava no chamado à sindicalização dos trabalhadores, ponto vital da estratégia para a formação da “reserva de mobilização” com que Vargas procurava se preparar para enfrentar os novos desafios políticos que teria pela frente. Presenciava-se, então, um ensaio de mobilização populista. Afinal, o ano de 1943 terminava carregado de preocupações para as forças getulistas que compreendiam a importância em dar continuidade à política trabalhista.

No momento seguinte (1944-1945), sob a pressão dos novos desdobramentos da situação política, se registrará uma gradativa mudança de inflexão no discurso trabalhista e na fala estatal como um todo. Marcondes Filho reincorporará a dimensão político-partidária à cidadania, procedimento que se divorcia da tradição do pensamento autoritário, numa conjuntura em que o clamor pela democracia ecoava com bastante força pelo país. Segundo Ângela Gomes, “o discurso passou a combinar a dimensão da representação de interesses profissionais com a representação política via Parlamento e pleitos eleitorais”.⁴³ A despeito dos partidos políticos e do sufrágio universal serem temas “apenas sugeridos”, como observa essa autora, “a cidadania, que era vista exclusivamente pela ótica do trabalho e que possuía como canal exclusivo os sindicatos, voltou a incorporar a feição político-partidária”.⁴⁴

Assim, para a autora, o que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política foi sendo construído dentro do Ministério do Trabalho de maneira mais efetiva a partir 1942. A centralização na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se propunha manter com a massa trabalhadora em busca de apoio das bases populares denota o “sentido populista” da Era Vargas.

Como demonstra Ângela Maria de Castro Gomes na obra *A invenção do trabalhismo*, a partir dos anos pós-30 e especialmente durante o período do

⁴³ GOMES, op. cit., p. 249.

⁴⁴ Idem.

Estado Novo a classe trabalhadora é incorporada como um ator relevante – e até mesmo central – no cenário político nacional, através do acesso à “*cidadania regulada*”, ou seja, o gozo de direitos sociais sancionados por lei, esse projeto é implementado pelo Estado, ao qual a autora chama de *trabalhismo brasileiro*.⁴⁵

Conforme Ângela Gomes,

“Deve-se entender o trabalhismo como uma categoria, passando a se referir a um certo conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que pode ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo. Como todas as ‘palavras’, trabalhismo também não estava desprovida de significados sociais, estando ligada a alguns partidos e lideranças, especialmente e não casualmente, do pós-45”.⁴⁶

Dessa forma, Ângela de Castro Gomes através da interlocução com o conceito de populismo, sugere o seu deslocamento para a noção de *pacto trabalhista*, onde *dar, receber e retribuir* passam a fazer parte das relações entre trabalhador e Estado, sobretudo, a partir de 1942, o que não rompe de forma abrupta com a idéia de *manipulação*.

Ângela Gomes está, sem dúvida, entre as pioneiras na proposição desses paradigmas que pretendem se distanciar da noção clássica de populismo.

⁴⁵ Ibid., p.7.

⁴⁶ GOMES, *O populismo e as ciência sociais no Brasil*, p. 55.

Entretanto, apenas nos últimos anos a autora desenvolveu uma refutação mais explícita e direta ao conceito.⁴⁷

Para Gomes, Francisco Weffort, ao levar adiante o desenvolvimento de uma teoria do populismo, teria inicialmente esboçado uma superação do caráter pejorativo existente no conceito, buscando dar conta da ambigüidade do fenômeno. Gomes, em seus trabalhos, chega a conceber a própria categoria de *manipulação* de uma maneira que poderia ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas, quanto uma forma de atendimento de suas “reais” demandas, e em algumas ocasiões até mesmo admite substituí-la pelo termo *aliança*. Ao focar conjunturas específicas, verificaria ainda que a relação originária de dependência, gerando o subproduto, o reconhecimento da própria cidadanias das massas, consagrada por uma série de direitos legais, teria levado o populismo a uma “possível evolução”.

Como foi demonstrado, Gomes argumenta que seu estudo, *A invenção do trabalhismo*, busca investigar “a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil”, procurando romper com o conceito de populismo e com a noção correlata de manipulação política, que anulariam *a priori* a possibilidade de conceber os trabalhadores exercendo “*um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades*”. Tendo como alternativa proposta à idéia de *pacto trabalhista*, que

⁴⁷ Refiro-me, especificamente, aos artigos: O populismo e as ciências sociais no Brasil, em obra já referida. E, Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Varia História*, n. 28, p. 55-68, 2002.

“procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso, nem uma classe passiva, por que fraca numérica e politicamente. (...)Os benefícios materiais ‘oferecidos’ e implementados (...), bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão ‘recebidos’ e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências.”⁴⁸

Essa proposta de abandono do conceito de populismo tem conquistado adeptos. Entre eles Jorge Ferreira, que desloca a idéia de *pacto trabalhista* para a idéia de *projeto trabalhista*, formulado pelo Estado, particularmente a partir de 1942, numa inflexão do Estado Novo – a “invenção”, mencionada no título da obra de Gomes – que teria contribuído de maneira decisiva para configurar uma identidade coletiva de classe trabalhadora. Tratar-se-ia de uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns, e que, segundo Ferreira, integraria idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os trabalhadores muito antes de 1930.⁴⁹

Dessa forma, desloca-se de cena o populismo, por “pejorativo”, “impreciso” e “contaminado ideologicamente”. Entretanto, as propostas para sua superação, o

⁴⁸ GOMES, *O populismo e as ciências sociais no Brasil*, p. 56-57.

⁴⁹ FERREIRA, *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*, p. 109-110.

pacto trabalhista, o *projeto trabalhista* e a *invenção do trabalhismo*, também apresentam pontos a serem criticados.⁵⁰

O trabalhismo, por sua vez, seria um pacto entre trabalhadores e Estado, expressando a constituição da classe, datada, e, portanto, uma forma particular de sua consciência, mas, ao mesmo tempo, uma *tradição* que articularia estruturas jurídicas, sociais, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social. Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de expressar os interesses, as crenças e os valores de suas bases. Cabe então perguntar: Que papel estaria reservado aos trabalhadores nesse paradigma?

Contudo, antes de qualquer coisa, deve-se ressaltar, que, originalmente, *A invenção do trabalhismo* não se apresenta como uma história da constituição da classe trabalhadora brasileira, mas da sua incorporação ao cenário político, a partir da qual ganha *status* de ator político relevante na vida institucional do país. Essa perspectiva justifica-se pelo fato de que a identidade de classe não decorre somente de posições experimentadas ao nível das relações de produção, o que faz com que a obra de Ângela Gomes se concentrasse na disputa de propostas diferenciadas que lutam e competem pelo “monopólio” da palavra operária. Nesse sentido, socialistas, anarquistas e comunistas teriam sido fracassados, e o Estado Vargas bem sucedido, na medida em que, vencida a resistência pós-30, fechou-se à possibilidade de uma constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios

⁵⁰ Critica-se aqui, sobretudo, o emprego do conceito em Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em suas obras anteriormente citadas.

trabalhadores. Assim, mais do que falar para um público, o trabalhismo, pretendia produzir esse público, identificado na classe trabalhadora.⁵¹

Pode-se identificar, talvez, aqui, um ponto de deslizamento conceitual. Pois, se há o processo de “*produção de um público*” para o discurso emanado do Estado, seria esse processo equivalente à constituição de classe? Entretanto, não parece ter sido essa a intenção original da autora. *A invenção do trabalhismo*, em vários momentos, advoga a capacidade dos operários ressemantizar, a partir de suas experiências e valores, tanto o discurso estatal quanto o próprio processo simbólico envolvido na concessão de benefícios. À medida, porém, que a obra não analisa a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classe, torna-se difícil perceber, na obra, como essa apropriação cultural se desenvolvia na prática social. Entende-se, portanto, que essa era uma vertente de pesquisa necessária, inclusive para testar as hipóteses apresentadas.

Mais estritamente, o fato é que, por sua ênfase na disputa entre discursos e o papel do Estado como *renunciador* do lugar da classe trabalhadora no pós-30, *A invenção do trabalhismo* dá pouca atenção às greves ocorridas no ano de 1945, e posteriores, e, em conjunturas decisivas, a reorganização partidária e o movimento queremista, para demonstrar como, no pós-30, não estavam descartados processos de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores. E ainda, o Estado aparece como um ator unívoco, capaz de

⁵¹ GOMES, *A invenção do trabalhismo*, p. 24-25.

estabelecer pactos, em nome próprio, com uma classe que teria sido por ele mesmo definida.

Uma apreciação crítica sobre as contradições e limites entre trabalhismo e organizações de trabalhadores não deve, entretanto, minimizar as relações históricas do período de 1945, e posteriores, para a compreensão das quais, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* deu uma contribuição fundamental.

1.1.2 – Populismo e Trabalhismo no Rio Grande do Sul:

continuação de uma herança ou uma interpretação alternativa?

Seguindo os objetivos de identificar e delinear as principais interpretações elaboradas pela historiografia para compreender o período 1945-1964, a obra de Miguel Bodea *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* ganha significativa importância.⁵² Obra duplamente relevante, pela construção teórica que se propõe a dialogar com as interpretações dominantes de Weffort e Ianni, e, também, por buscar, a partir do estudo partidário regional, frente às peculiaridades da formação

⁵² BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio Grande do Sul, o diálogo com as teses sobre o trabalhismo brasileiro.

Nesse sentido, a influência de Laclau se faz presente, quando Bodea demonstra como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola firmaram suas lideranças em uma estrutura regional, para depois se projetarem na política nacional. Essa ascensão, para Bodea, se dá dentro do partido político, e não, como muitos supõem, a partir de uma relação carismática direta entre líder e massas populares. Para Bodea, quando houve carisma, esse se desenvolveu *a posteriori*.

Bodea, assim, afirma:

“Na avaliação de todas as carreiras políticas (...) torna-se patente que nenhum destes líderes teria desenvolvido seu prestígio junto às massas – ao menos no âmbito regional – sem passar pelo crivo do partido, com suas disputas internas e a luta constante pelo voto dos delegados às convenções partidárias. Evidentemente, depois de serem sacramentadas suas lideranças e candidaturas no nível partidário, todos estes líderes criaram uma projeção própria de liderança de massa para fora e até acima do partido”.⁵³

⁵³ BODEA, op. cit., p. 197.

Bodea tem como tese central à distinção, sugerida por Ernesto Laclau, entre “*populismo das classes dominantes*” e “*populismo das classes dominadas*” e, baseando-se em Gramsci, entende que o diferencial entre essas categorias consiste na capacidade que os atores sociais concretos têm para *hegemonizar* a orientação assumida pelos movimentos sociais e políticos. Baseado nas categorias gramscianas de “*intelectual orgânico*” e de “*hegemonia*”, Bodea afirma que no caso do trabalhismo, de origem petebista, mais do que a simples força carismática de líderes como Vargas, Brizola e Goulart, funcionou um mecanismo de “*interpelações democrático-populares*”, ou seja, um processo pelo qual a participação das massas populares, nas crises que afetam as elites dominantes, não implica, necessariamente, a subordinação das primeiras às últimas, mas pelo contrário, pode em certos casos representar a aceitação e incorporação de valores sociais e políticos progressistas e democráticos por parte dos que detêm em suas mãos os principais e mais importantes recursos de poder.

Entretanto, isso só acontece, segundo Bodea, quando certas personalidades políticas relevantes funcionam como “*intelectuais orgânicos*” das massas populares que estão reivindicando a sua entrada na política. Dessa forma, Bodea volta sua análise para a formação do PTB no Rio Grande do Sul, buscando identificar as correntes que compõem esse partido e como as lideranças de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, o estrategista e o doutrinador, dividem a tarefa de encabeçar o trabalhismo, a partir, segundo o autor, da “*articulação de poder no nível da sociedade*”

política”, uma característica getulista, e do “*consenso ao nível da sociedade civil*”, personalizado em Pasqualini, o “*intelectual orgânico*”. Essa relação, como define Bodea, é de “*complementaridade conflitiva*”.⁵⁴

Apoiado em Gramsci, na teoria do partido político, o PTB teria em seu engendramento nascido da *sociedade civil* e, projetando-se para a *sociedade política*, buscando o controle do aparelho de Estado e a hegemonia política sobre o conjunto da sociedade, partindo da construção de uma “visão de mundo” e da “conquista de consciências”, assim, ligado a uma elaboração teórica de um intelectual orgânico, essa “visão de mundo” se transforma em força social e política efetiva.⁵⁵

Bodea afirma então:

“O ‘trabalhismo’ em sentido amplo, isto é, como corrente doutrinária e movimento social, tanto no nível da visão dos seus dirigentes quanto na cristalização de um ‘senso comum’ no âmbito das massas, pode ser considerado partido político justamente quando definido de forma abrangente, transcendendo o próprio PTB do Rio Grande do Sul como seção partidária e também o período específico analisado (1945-1954), uma vez que deita raízes na fase anterior a 1945 e mesmo a 1930, projetando-se, como força

⁵⁴ Ibid., p. 178-180.

⁵⁵ Ibid., p. 178-179.

política, pelo menos até 1964, em termos temporais, ao mesmo tempo em que busca abrir espaço político além das fronteiras do Rio Grande do Sul, em termos geográficos”.⁵⁶

Seguindo essa análise, Pasqualini aparece como “educador”, assumindo sua “direção moral e intelectual” criando no seio das massas a “verdadeira mentalidade trabalhista”, como afirmava o próprio Pasqualini.⁵⁷ Já para Vargas, o estrategista político, a questão central que se coloca, a partir de 1945, é justamente a conquista (ou a reconquista) da direção do aparelho de Estado, para garantir a continuidade e a ampliação de um projeto nacional iniciado a partir da Revolução de 1930. Assim Vargas procurava uma estratégia mais global de alianças políticas em âmbito nacional, na busca de consolidação da hegemonia do projeto trabalhista ao nível da *sociedade política*, em especial, do aparelho de Estado.⁵⁸

O autor considera essa questão anterior como a responsável pelo descompasso entre o doutrinador e o estrategista, pois Pasqualini privilegiava, de certa forma, a formação do partido a partir da sua oposição, no plano ideológico e doutrinário, em relação às demais forças políticas, principalmente o PSD. Vargas, ao contrário, busca privilegiar a etapa de alianças e de uma política concreta de poder, que extrapola o campo puramente doutrinário, de tal modo que, dentro da correlação das forças,

⁵⁶ Ibid., p. 179-180.

⁵⁷ Ibid., p. 181.

⁵⁸ Idem.

aquele “consenso” articulado pelo partido como força política, procurasse conquistar um espaço que o projetasse como força hegemônica no nível nacional.⁵⁹

Buscando as raízes do trabalhismo no Rio Grande do Sul, através do pensamento dos seus líderes, Vargas e Pasqualini, Bodea relaciona trabalhismo e positivismo como uma marca indelével do trabalhismo gaúcho. Nesse sentido, Bodea afirma que

“o aspecto do pensamento positivista que é absorvido e adaptado de forma mais nítida pelas lideranças gaúchas é justamente ‘a incorporação definitiva do proletariado na sociedade’, através da intervenção ativa dos poderes públicos, justificada a partir da constatação de que ‘o interesse social é a suprema medida de todos os direitos’”.⁶⁰

E ainda,

“A presença dessa concepção – na qual se privilegia a participação do proletariado como ator político é algo absolutamente inédito no panorama político nacional de um período no qual a ‘questão social’ era tratada como ‘questão de polícia’”.⁶¹

⁵⁹ Ibid., p. 181-182.

⁶⁰ Ibid., p. 183.

⁶¹ Ibid., p. 184.

O autor ainda identifica a idéia de que, na concepção positivista, o Estado é o espaço privilegiado para a realização da conciliação entre as classes. Nesse sentido, a articulação do PTB como partido de massas baseado nos assalariados urbanos visa à organização e à mobilização dos trabalhadores. Por outro lado, a política de alianças varguista, principalmente o acordo PTB-PSD, em 1945, visa à articulação do compromisso social entre as classes.⁶²

Essa ambivalência doutrinária, como aponta Bodea, passa a ter um apoio crescente e cada vez mais autônomo das classes populares. Se isso ocorre, diz o autor,

“é por que ao nível da política de massas, o discurso trabalhista, a articulação do PTB como partido de mobilização político-eleitoral e a própria idéia da transformação do Estado em instrumento de implementação da ‘justiça social’, dada a sua ressonância popular, adquirem cada vez mais uma dinâmica própria”.⁶³

O apoio e a fidelidade de amplos setores das classes populares ao projeto getulista e trabalhista, independe do apoio, ou não, de alguma fração das classes dominantes a este mesmo projeto.

⁶² Ibid., p. 184.

⁶³ Ibid., p. 186.

Segundo Bodea,

“Uma vez que o discurso trabalhista conseguiu manter uma unidade com este universo cultural dos ‘simples’, ele foi capaz de fornecer-lhes um conjunto de idéias, valores e representações (aquilo que Laclau denomina ‘interpelações’ de natureza democrática e popular, graças às quais, através da sua própria prática, as classes subalternas puderam progressivamente explicitar, de acordo com os seus interesses, aqueles elementos que originalmente se apresentavam de forma contraditória na teoria que sustentava o projeto trabalhista”.⁶⁴

Seguindo essa idéia, o autor afirma que a identificação das massas com o trabalhismo se traduziria na personificação de um ideário em torno da pessoa-símbolo, no caso, Getúlio Vargas.⁶⁵ Para Bodea, parafraseando Pasqualini, é nesse sentido que *“o quererismo é o trabalhismo representado e explicado através de uma figura humana; o trabalhismo é o quererismo na sua expressão racional. O quererismo é sentimento e intuição. O trabalhismo é idéia e concepção. O quererismo é a fé. O trabalhismo a razão. Mas a razão e fé não se excluem, antes se complementam.”*⁶⁶

⁶⁴ Ibid., p. 187.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

A partir do seu estudo de caso do PTB gaúcho, Bodea propõe um diálogo com as interpretações dominantes, de Ianni e Weffort, sobre o fenômeno do populismo na política brasileira do período 1945-1964. Dessa forma, o autor busca uma nova interpretação aos “modelos populistas” de análise através da problemática liderança-partido-massa e das relações líder-partido-Estado.

Bodea identifica na obra de Ianni o “modelo clássico” de interpretação populista, para a relação direta líder-massas, baseando-se nas categorias: carisma, demagogia, autoritarismo, personalismo, nacionalismo retórico, cunho emocional, manipulação ideológica. Nesse sentido, apontam a sobreposição do peso das lideranças carismáticas às estruturas partidárias. Segundo o autor, mesmo erro encontrado no estudo de Guita Debret, *Ideologia e Populismo*, para quem a combinação de “personificação do poder” com “necessidade de participação das massas”, constata que “...*não são as organizações, mas sim os líderes políticos que aparecem como catalisadores da expressão política dos grupos sociais*”.⁶⁷ A interpretação de Debret, no que se refere às relações líder-partido-massas, não difere, no essencial, do “modelo populista” de análise.

Entretanto, Bodea vê na obra de Weffort uma tentativa de superação ao “modelo simplificado” de interpretação do fenômeno populista como “mera manipulação demagógica”. Weffort, partindo da análise generalizante

⁶⁷ DEBRET, Guita. *Ideologia e Populismo*. São Paulo. Queroz editora, 1979. p. 1. 192.

dos partidos políticos do período 1945-1964, caracteriza o período pela “manifesta incapacidade de penetração popular”, ou seja, o atrelamento ao Estado e a falta de autonomia presentes tanto nos sindicatos quanto nos partidos políticos. Partindo dessa idéia, é que Weffort justifica que a influência do getulismo, do janguismo ou do janismo depende de cada um desses líderes.

Mas, segundo Bodea, a contribuição mais significativa de Weffort, e que serve como contraponto para sua tese, é o conceito de “populismo nacionalista”. E, mais ainda, uma das suas vertentes, o “reformismo nacionalista”. Para o autor, ao estudar a experiência trabalhista no Rio Grande do Sul, e o seu caso concreto o PTB gaúcho, é possível constatar uma diferenciação significativa do padrão de relação líder-partido-massas aos “modelos populistas”, anteriormente referenciados.⁶⁸ Nesse sentido, afirma Bodea:

“A partir do estudo da experiência concreta do PTB gaúcho, nos seus nove primeiros anos de existência, bem como da complexa interação entre seus líderes mais significativos (Vargas, Pasqualini, Jango e Brizola) tanto no cenário político regional quanto na sua projeção no cenário nacional, fica evidente que os grandes líderes do movimento trabalhista gestam, fortalecem, projetam e reproduzem a sua liderança

⁶⁸ BODEA, op. cit., p. 193.

essencialmente a partir da ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não, como muitos parecem supor, a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular. O carisma, quando houve, desenvolve-se a posteriori”.⁶⁹

No sentido de argumentar essa afirmação, Bodea utiliza-se de dois exemplos, Vargas e Pasqualini. Com relação ao primeiro, Bodea afirma que

“O carisma de Vargas, ao nível da política de massas, só desempenharia um papel significativo após quase trinta anos de luta política e – aí sim – a partir da sua privilegiada posição de chefe de Estado”.⁷⁰

E ainda,

“Mesmo em 1945 a sua liderança junto ao PTB gaúcho não se revelou tão inconteste quanto se pensa: desafiado por boa parcela do PTB na sua opção pelo voto em Dutra, em 1945, no ano seguinte, já na solidão de Itu, não consegue impor sua vontade na convenção partidária: em vez de apoiar Jobim do PSD (tese defendida por Getúlio), os trabalhistas lançam Pasqualini para o governo do Estado”.⁷¹

⁶⁹ Ibid., p. 194.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibid., p. 195.

Com relação a Pasqualini,

“Não exercia liderança direta sobre as massas ou mesmo a classe trabalhadora: sem o PTB, certamente teria sido um ilustre desconhecido no nível popular. Também não se pode argumentar que ele tenha se beneficiado de uma transferência de prestígio ou de carisma por parte de Vargas”.⁷²

É a partir dessas constatações que Bodea afirma que a tipologia Weffortiana de um “populismo nacionalista”, ou um “reformismo nacionalista” não se aplica ao PTB gaúcho. Segundo o autor, a gestação de lideranças como Vargas e Pasqualini, dentro de estruturas partidárias, ligadas ao positivismo, é uma característica marcante da política gaúcha do período. Para Bodea, seria impensável, sem um PTB forte e bem estruturado, no nível regional, tentar interpretar a trajetória de lideranças posteriores, como Brizola e Jango, no nível popular.⁷³ Dessa forma, uma organização partidária forte abre a possibilidade do líder criar uma relação de “identidade” com as massas. Isso leva o autor a afirmar que, *“a proposição de Weffort de que a introdução da intermediação de uma ‘organização’ possibilitaria uma ‘ruptura na relação de identidade líder-massa’, certamente*

⁷² Idem.

⁷³ Ibid., p. 196.

*não se aplica, no caso gaúcho, à relação líder-partido-massa. O partido, pelo contrário, tende a projetar e consolidar a imagem do líder junto à massa”.*⁷⁴

Entretanto, Bodea procura relativizar essa idéia de que a relação líder-massa seria dependente de uma organização partidária. Nesse sentido, busca suporte na fala de Pasqualini, num significativo discurso em Uruguaiana: *“Não segue o povo uma orientação por causa da pessoa, mas segue a pessoa por causa de sua orientação”.* E ainda, *“a idéia é mais assimilável através de sua personificação, que não se deve confundir com personalismo. O líder torna-se o símbolo de um pensamento coletivo e o povo o segue por intuição”.* Pasqualini conclui seu pensamento da seguinte forma: *“Assim como as massas trabalhadoras compreendem que Getúlio Vargas é o seu guia, sentem também que o PTB é o seu partido”.*⁷⁵ A fala de Pasqualini, segundo Bodea, *“canaliza-se, portanto, na visão dos trabalhistas gaúchos, para o fortalecimento de novo partido e não para substituí-lo, diluí-lo ou enfraquecê-lo”.*⁷⁶

O autor aponta, ainda, a relação líder-partido-Estado como outra face distinta do trabalhismo gaúcho com relação aos “modelos populistas”. Na visão de Weffort, o populismo nasce de dentro para fora do Estado, a partir de lideranças identificadas com o próprio poder estatal. O que teria afetado,

⁷⁴ Ibid., p. 198.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

desde sua origem os principais partidos políticos PSD e PTB, e também os sindicatos.

Bodea procura relativizar essa interpretação Weffortiana. Para tanto, não nega o prestígio de Vargas e da legislação trabalhista, mas pesa sua análise nas vertentes formadoras do PTB regional – sindicalistas, pragmático-getulistas e doutrinário-pasqualinistas. Identificando neste último grupo, a partir da sua origem a USB (União Social Brasileira), uma força de oposição ao Governo Federal desde sua origem, e oposição à diretriz “voto em Dutra”, sendo oposição durante todo o período. O autor ainda afirma, “*na verdade o conjunto do PTB gaúcho passa a ser oposição, simultaneamente, aos governos federal e estadual a partir de 29 de outubro de 1945*”.⁷⁷

Com relação ao sindicalismo e sua vinculação com o Estado, Bodea afirma que “*o PTB regional demonstra que o sindicalismo organizado representava apenas o setor minoritário no seio do trabalhismo, que era sobretudo um movimento político-partidário*”.⁷⁸

Concluindo, a caracterização do PTB gaúcho, dessa forma, para o autor, é de que ele se forja como partido de oposição – e, portanto, fora dos aparelhos do Estado, afastando-se de forma significativa do padrão de

⁷⁷ Ibid., p. 199-200.

⁷⁸ Ibid., p. 200.

“partido populista” criado a partir de estruturas estatais como proposto por Weffort e Ianni.

Quando Bodea sugere a categoria gramsciana “*intelectual orgânico*”⁷⁹ para caracterizar a atuação de Alberto Pasqualini, pois esse teria criado no seio das massas uma “*verdadeira mentalidade trabalhista*”, parece, que aí, se dá um deslocamento conceitual, pois para Gramsci, o intelectual orgânico “*é criado pela classe no processo de sua formação e desenvolvimento*”⁸⁰. Contudo, não se pode negar a importância de Pasqualini, na conformação do PTB, durante a conjuntura de 1945, como bem demonstra Bodea, mas, a partir daí, afirmar que a formação do partido é igual à formação da classe é recorrer ao erro de se procurar compreender a formação da classe trabalhadora sem analisar a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classe. Dessa forma, torna-se difícil perceber como Pasqualini teria incutido no meio

⁷⁹ Gramsci se posiciona entre as posições extremas de Manheim e dos Stalinistas, o primeiro vendo nos intelectuais uma camada inteiramente acima dos interesses e das ideologias de classe, os segundos reduzindo-os a meros propagandistas mecânicos de interesses político partidários. Gramsci estabelece um *tertius* para uma sociologia da natureza e da função dos intelectuais. Ele não nega o necessário condicionamento social dos intelectuais; mas também não esquece que este condicionamento jamais é mecânico ou direto. Dessa forma, Gramsci opera uma distinção fundamental entre o que ele chama de intelectual “orgânico”, ou seja criado pela classe no processo de sua formação e desenvolvimento, e os intelectuais “tradicionais”, que formam uma camada possuidora de relativa autonomia e continuidade histórica. Em sua luta pela hegemonia cultural e política, cada classe se vê assim diante de uma dupla tarefa: não só deve criar seus próprios intelectuais, ligados organicamente às novas formas de atividade que ele introduz na história, como deve lutar pela conquista e assimilação dos valores progressistas encarnados e transmitidos pela camada dos intelectuais “tradicionais”. É esta tarefa da classe em relação aos intelectuais; já o papel deles em face da classe que representam ideologicamente é claramente sintetizado por Gramsci. Cabe ao intelectual homogeneizar a classe e elevá-la à consciência de sua própria função histórica. Para usar a célebre expressão marxiana, o papel do intelectual consistiria em transformação de uma classe “em si” numa “classe para si”. A tarefa específica da intelectualidade torna-se assim uma tarefa fundamental – e insubstituível – no desenvolvimento histórico social. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁸⁰ GRAMSCI, op. cit., p. 48-52.

das massas trabalhadoras a “verdadeira” mentalidade trabalhista, e ainda, fica difícil compreender como essa relação se desenvolvia na prática social.

1.2. O quererismo na historiografia:

cultura historiográfica e a “superação” de um paradigma

Numa simples incursão bibliográfica percebe-se, claramente, a escassez de estudos sistemáticos sobre a temática do quererismo. Com recorrência se encontram estudos superficiais diluídos em esforços mais amplos, que perpassam o tema do quererismo, tendo como foco o populismo na política brasileira, a crise do Estado Novo, a redemocratização e a formação dos partidos políticos, entre outros temas.

No que tange à historiografia regional, essa escassez ainda se apresenta mais acentuada. Não havendo estudo específico sobre a temática, há apenas alguns textos, em sua maioria, memorialísticos, autobiográficos e biográficos, que referenciam o quererismo, sem se deter em análise mais aprofundada.⁸¹ Há

⁸¹Dentre alguns deles: DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002. GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: histórias de um pombo-correio: a revoada do exílio*. Porto Alegre: Rígel, 1992. MARTINS, Eloi. *Um depoimento político. Memória de um metalúrgico. 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989. DUTRA, Milton. *O trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986. VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1986. CHIARELLO, Antônio. *O trabalhismo brasileiro. Meio século de coerência*. Porto Alegre: Redactor, 1985. BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

também, textos mais gerais, compilatórios, sobre o Rio Grande do Sul, nesse período, ou ainda, trabalhos acadêmicos sobre a organização partidária do período, mas que, por serem trabalhos com outros enfoques, apenas referendam a escassez referida.⁸²

Como forma de justificar essa escassez, pode-se levantar como hipótese à “derrota” do movimento, que não atinge seu objetivo de manter Vargas no poder. “Derrota” decretada pelos oposicionistas do movimento, e depois encampada, sobretudo, pela historiografia na década de 1950. Essa “derrota” é verificada, sobretudo, pela dificuldade da oposição liberal, e de parte da historiografia, em entender por que os trabalhadores, tendo como opção a democracia, reafirmam seu apoio ao líder autoritário, Getúlio Vargas.

O apoio queremista “a Vargas e ao seu regime”, como se refere parte da historiografia, se encaixa precisamente nas categorias levantadas pelas análises populistas mais gerais: efeitos das técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação das massas, demagogia política, cooptação política e sindicalismo pelego. Dessa forma, o tema do queremismo, como objeto de análise, ou como reflexo historiográfico, apresenta-se articulado dentro de uma

⁸² Entre alguns estudos compilatórios: DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira: e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. Pelotas: UFPEL, 1996. CORTÉS, Carlos E. *Gacho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974. Dentre os trabalhos acadêmicos: CÂNEPA, Mercedes Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre:UFRGS, 2001. (Tese de Doutorado). COSTA, Maria Amélia Soares da. *Reorganização Partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado). KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

cultura que se perpetua pelo menos até os anos 1990 na historiografia brasileira, em ritmo e graus variados.

Também se pode perceber uma fronteira cronológica, a partir do ponto de vista político, que divide os anos que vão de 1937 a 1964, em dois grandes períodos, o Estado Novo (1937-1945) e a República liberal ou populista (1946-1964). Sobre essa fronteira, a maioria dos estudos busca compreender a redemocratização e a reorganização partidária, sendo que, para esses estudos o queremismo é apresentado como um movimento datado, no ano de 1945, sem conexões com as demandas trabalhistas, e quando vinculado, ligado à lógica da manipulação, do atrelamento e da cooptação política.

Diversos estudos sobre o Brasil republicano tangenciam o queremismo, sob diferentes teorias, metodologias e objetivos didáticos, mas todos, de forma geral, consolidam a interpretação que confere o caráter populista ao movimento.⁸³ Como

⁸³ Nessa nota cito apenas alguns trabalhos dentre vários que possuem características semelhantes no que se refere à análise do queremismo: D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo. Análise da Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Tomo III. Vol. 3. (História Geral da Civilização Brasileira). CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002. PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "união nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001. 3 v. D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da*

forma de sistematizar essa produção, a análise recairá sobre a obra de Jorge Ferreira, que de alguma forma representa a tentativa mais significativa de romper, ou superar, essa cultura historiográfica.

Justifica-se tal seleção por dois motivos principais: primeiro, em função da densidade dos trabalhos de Ferreira, comparados a outros produzidos para a temática específica do quererismo e, segundo, em função da importância que têm enquanto definidores de uma matriz alternativa de interpretação para a temática do quererismo.

1.2.1 - A superação de um paradigma?

Imaginário trabalhista, cultura política popular e quererismo

A obra de Jorge Ferreira,⁸⁴ de uma forma geral, tem como objetivo superar o paradigma, formulado e difundido no âmbito acadêmico, mas que também

política brasileira: e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX. Pelotas: UFPEL, 1996. PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo.* São Paulo : Brasiliense, 1987. FARIA, Antônio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época.* 3. ed. São Paulo: Global, 1986. AMARAL, Anselmo F. *Getúlio Vargas: continuador de uma idéia, vítima da espoliação.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974. HENRIQUES. Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas.* Rio de Janeiro: Record, 1966. 3v.

⁸⁴ Os principais trabalhos de Ferreira são: FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge. (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil

marca o “senso comum”, que entende o passado político brasileiro entre 1930 e 1964, através de representações negativas, tais como: “período populista”, “Estado populista”, “pacto populista” e “populismo na política brasileira”.

Jorge Ferreira, parte do campo teórico vinculado às abordagens histórico-antropológicas da história cultural. Assim, as influências de E. P. Thompson, Carlo Ginzburg e Roger Chartier são marcantes em sua obra.⁸⁵

O autor critica a historiografia sobre as relações entre o Estado e a classe trabalhadora entre 1930 e 1945, sobretudo, na sua interpretação mais conhecida que caracteriza o período pela conjuntura da propaganda política e repressão policial. Segundo essa visão, o aparato repressivo ter-se-ia dedicado a eliminar os setores mais combativos da classe trabalhadora, aniquilando as veleidades autonomistas do movimento operário e solapando as bases do sindicalismo mais avançado.⁸⁶ O que, para Ferreira, não obscureceu a classe trabalhadora de continuar uma tradição de lutas em prol de suas demandas sociais e políticas.

Ferreira segue delineando suas críticas às idéias historiográficas, para as quais as tradições econômicas, políticas e culturais dos trabalhadores e a

Republicano; v.3). FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁸⁵ E. P. Thompson ressalta a importância das *tradições culturais* no processo de formação das classes sociais. Já Carlo Ginzburg sugeriu o conceito de *circularidade cultural* e demonstrou, em um estudo de caso, que as idéias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo. Entretanto, os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias idéias, crenças, valores e códigos comportamentais, que, no conjunto, convencionou-se chamar de *cultura popular*. Segundo Chartier, as camadas populares se *apropriam* das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados.

⁸⁶ FERREIRA, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, p. 14.

importância da lógica simbólica na vida social cedem lugar a um enfoque que privilegia a lógica material nas relações com o Estado; os trabalhadores, no primeiro governo Vargas, tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocam os benefícios da legislação por submissão política. Assim, segundo essa historiografia, os trabalhadores são incapazes de pensar por si mesmos, fracos diante das investidas ideológicas das classes dominantes, recebendo passivamente e sem críticas a doutrinação política, destituídos de tradições de luta, organização e consciência, passaram a idolatrar Vargas e, desde 1945, a eleger outros líderes “populistas” e a votar no PTB.⁸⁷

O autor crítica a imagem conformada pela historiografia, que afirma que a *“repressão, propaganda, doutrinação, manipulação, demagogia, falta de consciência de classe, cálculos utilitários, entre outras situações, eis a história dos trabalhadores e da própria política brasileira entre 1930 e 1945”*.⁸⁸

Segundo Ferreira, a repressão policial e judiciária, a propaganda e a doutrinação políticas por mais avassaladoras que sejam, não garantem o sucesso dos governantes. Ainda que a propaganda no primeiro governo Vargas tenha sido sistemática e coordenada, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária, por si mesma, pudesse elevar seu nome à categoria de “homem providencial”. Para o autor, *“não há propaganda que transforme um personagem em líder*

⁸⁷ Ibid., p. 15.

⁸⁸ Ibid., p. 16

político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam".⁸⁹

Jorge Ferreira propõe, como superação desse paradigma historiográfico, que antes de se atribuir ao projeto estatal, nas décadas de 1930 e 1940, um poder “total”, que ele não alcançou, porque, teoricamente, tal poder está sendo postulado como inalcançável, talvez fosse mais enriquecedor analisar como os trabalhadores e as pessoas comuns o receberam, apropriaram-se dele, reagiram e mesmo resistiram a ele. Adotando as reflexões da literatura histórico-etnográfica, igualmente interessante seria a noção de *pacto* na análise das relações entre Estado e classe trabalhadora, em que a lógica simbólica foi tão importante quanto a lógica material.⁹⁰

Dessa forma, nas propostas sugeridas pelos historiadores da cultura, os trabalhadores não são definidos por sua passividade ou incapacidade de refletir sobre sua própria realidade social, e sim como personagens que viveram experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas disponíveis, escolheram suas estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos e constituíram sua identidade política. Se tais escolhas e estratégias não foram “reais” ou “verdadeiras”, elas não podem ser subestimadas

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

ou desconsideradas. Até mesmo porque, segundo Marc Bloch, não cabe ao historiador julgar, mas, sem perder a capacidade crítica, compreender.⁹¹

Ferreira, explicita seus referenciais teóricos, usando as palavras de Robert Darnton, afirmando que seu objetivo não é *“transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando no nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’ – e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos”*.⁹²

Procurando compreender melhor a cultura política popular na época de Vargas, Ferreira segue algumas indicações de Peter Burke, sobretudo, ao recusar a “teoria do rebaixamento”. Segundo Peter Burke, as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados, transformados. Nesse sentido, Ferreira apóia-se, também, na interpretação de Thompson, para quem o processo de hegemonia não impede as pessoas de defenderem seus interesses, de buscarem saídas alternativas, de procurarem brechas nas regulamentações autoritárias e de perceberem os limites impostos.⁹³

Com base nesse arcabouço teórico, o autor afirma:

“As enunciações discursivas de trabalhadores e populares à época do primeiro governo de

⁹¹ Ibid., p. 17.

⁹² Ibid., p. 25.

⁹³ Ibid., p. 78.

Vargas demonstraram como eles aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes. Todavia, não interpretam essas formas de expressão como conformismo, passividade ou resignação, mas, antes, como apropriação – no sentido de Roger Chartier -, que lhes permitia fazer leituras criativa, singulares e desviantes. O aparente conformismo fazia parte de uma estratégia de vida para alcançarem seus objetivos mais imediatos. Vivendo em difíceis situações existenciais, com baixos salários e reduzida oferta de empregos, ao recorrerem ao Estado, produtor de toda uma legislação que os beneficiava materialmente e formulador de um discurso que assumia suas dificuldades, os trabalhadores procuravam uma alternativa a mais em suas vidas – como escrever ao presidente - , que, como estratégia, não poderia ser subestimada. Mais ainda, as pessoas comuns apresentavam em seus escritos formas de críticas ao estado de coisas que viviam, criando contra-argumentos que tinham como base e matriz as idéias dominantes”.⁹⁴

Dessa forma, quando os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário do Estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los – a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar etc. – e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente.⁹⁵

⁹⁴ Ibid., p. 32.

⁹⁵ Idem.

É imbuído por essas referências teóricas que Jorge Ferreira analisa o quererismo.⁹⁶ Nesse sentido, Ferreira afirma que o quererismo, antes de ser apressadamente interpretado como uma vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia estado-novista, expressa uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, que é resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas.⁹⁷

Como fonte privilegiada de pesquisa utilizou-se do Jornal *O Radical*, jornal de sindicalistas cariocas, que se torna o órgão de imprensa do quererismo no rio de Janeiro. Ferreira identifica na fala dos trabalhadores que os ataques a Vargas, sobretudo, pela oposição liberal, significava, na cultura política popular, um grande perigo para aqueles que se beneficiavam, desde 1930, da legislação trabalhista. Dessa forma, o autor afirma que não se pode atribuir ao apoio incontestado das massas à sua ignorância ou à força da propaganda.⁹⁸ E ainda afirma:

“É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Esse mundo, no

⁹⁶ A análise de FERREIRA sobre o quererismo encontra-se em: Queremismo, trabalhadores e cultura política: Soberania popular e aprendizado democrático, *Varia História*, nº 28, dezembro, 2002. A democratização de 1945 e o movimento quererista. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge. (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.3). Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁹⁷ FERREIRA, *Queremismo, trabalhadores e cultura política*, p.70-71.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 73

entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram”.⁹⁹

Dessa forma, para o autor,

“O mito Vargas e o movimento que decorre dele, o quererismo, expressavam um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.¹⁰⁰

Para Ferreira, o quererismo expressa crenças e sensibilidades políticas populares, essas que passam a ser, a partir dos desdobramentos de 1945 e da fundação dos Comitês Pró-Candidatura Vargas, um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos. Isso se reflete, como demonstra o autor, nos depoimentos populares, transcritos do jornal *O Radical*: “*Só votarei se o presidente for candidato*”; “*o meu voto não dou a ninguém, a não ser a ele*”; “*Os inimigos do Presidente são uns mal educados. Quando fazem comício não sabem dizer outra coisa a não ser desaforos*”; “*Eles estão é com saudades. Ninguém pense que eles tenham verdadeiramente interesse pelo Brasil*”, entre outras frases.¹⁰¹

Ferreira também utiliza uma série de telegramas de apoio enviados ao Presidente e publicados, em páginas compradas, em alguns jornais cariocas. Com

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Ibid., p. 74-75.

a não desincompatibilização de Vargas, e a frustração queremista, Ferreira identifica que o queremismo passa a elaborar melhor seu projeto político, que deixa de ser personalista, e passa a exigir a institucionalização da política por meio da Assembléia Constituinte, exigindo “Constituinte com Getúlio”.

Procurando responder à pergunta Por que os trabalhadores queriam Getúlio? o autor identifica, na fala dos trabalhadores, inicialmente, um marco bem delimitado na cultura política popular, o tempo de “antes” e o tempo de “hoje”, cuja linha simbólica divisória era 1930. Nesse sentido, disse um operário em nome de seus colegas, que eles *“não querem voltar a tempos antigos quando bala e pata de cavalo imperavam”*.¹⁰² E ainda, *“o que era o operário antes de 1930? Escravo. Operário não tinha casa para morar, rua para andar quando políticos o perseguiam; não tinha férias, estabilidade, segurança contra acidentes e nem instituto de previdência para ampará-lo”*.¹⁰³

Partindo dessas idéias, Ferreira afirma que

“Repressão policial às reivindicações sindicais, campos de concentração, censura a jornais operários, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político, eis a maneira

¹⁰² Ibid., p. 77.

¹⁰³ Idem.

como em 1945, os que viviam do trabalho descreviam o tempo de ‘antes’”.¹⁰⁴

E leva o autor a concluir que “*a repercussão impactante que as leis sociais causaram entre os assalariados dificilmente pode ser minimizada e permitiu que, na memória popular, 1930 surgisse como um divisor de águas nas relações entre Estado e classe trabalhadora*”.¹⁰⁵

Ferreira avança sua análise ao afirmar que, a partir dos telegramas enviados ao Presidente, onde os trabalhadores ressaltam os benefícios alcançados com as leis sociais, ficam explícitas as repetidas declarações de gratidão e reconhecimento, o que, segundo o autor, demonstra as sensibilidades políticas que dizem algo mais do que a simples constatação dos ganhos materiais obtidos com a legislação.¹⁰⁶ O autor reforça essa idéia ao citar Marshall Sahlins, para quem as culturas humanas não se explicam somente pelas atividades materiais, mas também por outra razão que não prática, mas sim simbólica.¹⁰⁷ Dessa forma, para o autor, a lógica simbólica mediou as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir dos anos 1930.

Como complemento dessa análise, Ferreira indica que “*radicalismo popular, mas, sobretudo, saídas legais para a continuidade de Vargas no governo,*

¹⁰⁴ Ibid., p. 78.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Ibid., p. 79.

¹⁰⁷ Idem.

defendiam milhares de telegramas".¹⁰⁸ E, dessa forma, os textos demonstram que o aprendizado da cidadania social fincou tradições em sua cultura política e, agora, se tratava do aprendizado político, de lidar com os direitos inerentes ao regime democrático para fazer valer suas vontades como cidadãos. Ou seja, a soberania popular.¹⁰⁹

Concluindo, Ferreira afirma que "*os queremistas empenhavam-se em lutar pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores*", e ainda, que "*o queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior.*" Portanto, "*os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política*".¹¹⁰

A partir do exposto, é legítimo afirmar que as idéias de Ferreira acabam se aproximando das idéias de Ângela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo*, donde se pode perceber a confluência entre esses trabalhos, principalmente no tocante à idéia de *pacto trabalhista*. Se para Gomes, o *pacto* se deu emanado do Estado, a partir das relações: *dar, receber e retribuir*, Ferreira, também configura uma identidade coletiva de classe trabalhadora, como desdobramento de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns, e que, segundo Ferreira, integraria idéias,

¹⁰⁸ Ibid., p. 81.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Ibid., p. 83-84.

crenças, valores e códigos comportamentais que já circulavam entre os trabalhadores.

Ferreira avança em relação a Ângela Gomes ao deslocar o centro de análise, que gravita em torno do Estado, em *A invenção do trabalhismo*, para as falas dos trabalhadores e os canais de relações com o Estado. Entretanto, direitos instituídos em leis, Justiça do Trabalho ou canais de relação com o Estado não significam conquistas materiais líquidas e certas, como afirma Ferreira. Era preciso, muitas vezes, recorrer às greves para garantir direitos conquistados, enfrentar a insistência de patrões em descumprir acordos, contornar a repressão policial, ou ainda, denunciar a iniquidade de decisões judiciais.¹¹¹ Assim, a relação direta, apontada por Ferreira e Gomes, que referencia uma *tradição trabalhista*, apoiada pelos trabalhadores e sustentada pela “efetividade” da legislação social, não parece levar em consideração que essa materialidade dependia, ainda, de muita luta.¹¹²

No tocante ao caso específico do quererismo, Ferreira, apesar de apresentar um estudo instigante e inovador sobre a temática, deixa transparecer sua preocupação em compreender a cultura política popular, assim sua visão sobre o quererismo, ao não vislumbrar o movimento dentro da reorganização partidária, parece desconectar alguns sentidos importantes para sua compreensão. Como exemplo: as relações entre o quererismo e os partidos

¹¹¹ Ver a esse respeito as análises de FRENCH, John. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

¹¹² Ver: MATTOS, Marcelo Badaró (et all.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2003. v. 1.

políticos, principalmente, PSD, PTB e PCB e as relações entre o movimento e os sindicatos.

Mais do que compreender o queremismo, Ferreira está preocupado em delinear o que chama de *imaginário trabalhista* como forma de superar a análise populista sobre a política brasileira. Assim, rompe, ao não concordar com as teses clássicas construídas em torno da definição de um “sindicalismo populista”, que sustentaram que a estrutura sindical fora o limite efetivo para as mobilizações autônomas da classe trabalhadora. Ferreira mostra, ao contrário, que esse limite não se justifica na cultura política popular e em seu imaginário político, entretanto, ao não analisar o sindicalismo estado-novista e a reorganização partidária na abertura democrática, parece concordar com o atrelamento dos sindicatos e de alguns partidos ao regime.

1.3. Tendências atuais em estudos dos movimentos sociais e dos trabalhadores urbanos

Os estudos sobre a história dos trabalhadores no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960 têm se deparado com desafios de três ordens: epistemológica, metodológica e política. No terreno conceitual, o termo “populismo” tem passado por um crescente questionamento sobre a sua validade como fenômeno histórico e/ou categoria analítica. O problema metodológico está, por um lado, na

construção de generalizações com efeitos paradigmáticos que não simplifiquem a complexidade histórica, subordinando-a a modelos teóricos prefixados. Por outro, reside na reconstituição empiricamente densa de realidades específicas que não pulverizem o processo histórico em um mosaico de fragmentos. Quanto ao terceiro desafio, trata-se de repensar a participação política dos trabalhadores à margem das tradicionais noções normativas de autonomia e heteronomia de classe, o que remete aos modelos construídos para compreendê-lo.

Além dos significados pejorativos que adquiriu, o termo “populismo” tem sido reavaliado em razão do seu caráter genérico e, portanto, vago para abarcar diferentes fenômenos de realidades históricas distintas (classes, partidos e regimes políticos, organização e mobilização de “massa”, ideologias e discursos).

Dessa forma, podem-se identificar três reações frente ao conceito de populismo: há autores que rejeitam radicalmente o emprego do conceito, negando-lhe estatuto científico por considerá-lo inadequado para explicar determinadas realidades, já que as reduz a categorias reificadas, tais como *cooptação* e *manipulação* de massas. Outros entendem que populismo é um fenômeno histórico singular que se manifestou em um tempo e espaço determinado, representando uma etapa particular de uma sociedade. Segundo esta concepção, o alcance do conceito é tão amplo, que não permitiria fazer um inventário das diferenças entre realidades aparentemente similares. A ênfase é colocada nos aspectos singulares de cada fenômeno histórico por meio de

investigações empíricas, espacial e cronologicamente delimitadas, a partir de múltiplas variáveis.¹¹³

Na direção oposta aos “singularizadores”, há os que defendem que o populismo é uma categoria analítica que poder ser aplicada a um fenômeno “populista” mais amplo que se manifesta em diferentes sociedades e épocas. Favoráveis à construção de tipos ideais, os “agrupadores” preocupam-se com regularidades, similitudes e traços comuns em fenômenos aparentemente diversos. Com o objetivo de evitar um tratamento empirista das diversas especificidades históricas, os historiadores teriam maior êxito ao relacionar casos particulares com categorias amplas, localizando elementos comuns existentes em experiências históricas específicas, o que possibilitaria a construção de análises comparativas.¹¹⁴

A mesma tensão entre o imperativo da síntese macroanalítica e a reconstituição de manifestações históricas particulares permeia os problemas de ordem metodológica. A desconstrução dos paradigmas elaborados entre os anos 1950 e 1970 não acompanhou esforços significativos de sínteses explicativas alternativas.¹¹⁵ Se os estudos monográficos podem revitalizar a historiografia com novas informações e alargar o campo temático, por outro lado, buscando estar em

¹¹³ MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la cenecienta*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1988. p. 14.

¹¹⁴ MACKINNON, op. cit., p. 39-44.

¹¹⁵ JAMES, Daniel. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela M. *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 118.

todos os lugares, esse conjunto de estudos acabou por não estar em lugar algum, em lugar da recusa de estabelecer novas sínteses. Tal crítica, então, convida a historiografia recente a participar desse debate e a *“reconhecer a atração exercida pelas sínteses generalizantes e holísticas que prometem encher o vácuo existente no centro da disciplina”*.¹¹⁶

O terceiro problema – o da participação política dos trabalhadores – remete igualmente a outras dualidades que permeiam o debate sobre supostas peculiaridades da cidadania em nosso país. Trata-se de desafiar cristalizadas dicotomias, tais como disfunção entre Estado (forte) e sociedade civil (frágil), descompasso entre estruturas histórico-culturais (força das tradições) e modernizações (incompleta) e debilidade de agenciamento por parte dos atores sociais (heteronomia).

Abordando o estatuto e as implicações quanto aos problemas da relação entre síntese e especificidade, temas centrais e periféricos, para o caso da historiografia brasileira, não parece que a proliferação de estudos sobre conjunturas e estudos “de caso” tenha levado a um afastamento dos “objetos centrais” da história. Embora com enfoques, temas e abordagens inovadoras, a produção acadêmica dos últimos anos, quase sem exceção, tem mantido em sua pauta de investigação os itens que há cerca de quatro décadas vêm preenchendo a agenda da historiografia. Formação da classe trabalhadora, movimento operário, sindicatos e correspondentes ideologias, ações coletivas, subjetivas e

¹¹⁶ JAMES, op. cit., p. 123.

racionalidade operando nas escolhas dos trabalhadores, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho, entre outros, não são temas marginais na recente literatura da história do trabalho. Como aponta Cláudio Batalha, “*a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe*”.¹¹⁷

Se fosse possível constituir um corte arbitrário poderia dividir-se ao meio quatro décadas da produção acadêmica sobre a classe operária no Brasil, apresentando um divisor de águas no final dos anos 1970, segundo um conjunto de atributos que caracterizariam os estudos realizados em cada um dos períodos de vinte anos. Simplificadoras oposições binárias poderiam ser brevemente elencadas. Entre os anos 1950 e o final da década de 1970, ou seja, das teorias da modernização ao revisionismo dos modelos de análises anteriores, teríamos uma produção mais ensaística que histórica, que buscava estabelecer uma Teoria Geral sobre a classe operária no Brasil. Ao essencialismo dos primeiros estudos, contrapor-se-ia o nominalismo das últimas duas décadas, caracterizado pela preocupação de reconstruir empiricamente as manifestações particulares de determinadas realidades, firmar conclusões apenas com validade local, dar maior ênfase aos desafios metodológicos do que à necessidade de construção de

¹¹⁷ BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 153.

modelos teóricos, investigar mais a ação do que as estruturas históricas e culturais.

Se investigações monográficas prestam-se ao diálogo com “grandes temas”, sendo um deles o do populismo, críticas sistemáticas a esse termo, incluindo seu abandono, começam a ganhar terreno, embora sua utilização continue presente na maioria dos trabalhos. Tem havido poucos esforços em defini-lo de maneira sistemática. Sendo empregado ou por inércia conceitual, na falta de outro termo mais adequado, ou por ser considerado, se não o fenômeno capaz de nomear todo um período da sociedade, ao menos um aspecto fundamental da “*mediação institucional das relações sociais*”.¹¹⁸ Por outro lado, categorias derivadas desse “conceito matriz” têm passado por um severo escrutínio, tais como manipulação, cooptação, mistificação e demagogia, as quais, combinadas com populismo, permitiriam definir este último como fenômeno de massa, ideologia pequeno-burguesa, modernização conservadora e instrumento da hegemonia burguesa.

Esse conjunto de categorias, permeado por implicações normativas, tem sido tratado com cautela por implicar “*uma descrição de relações sociais vista de cima e que se auto-regulam pela reciprocidade e ausência de conflitos*”.¹¹⁹ Há uma mudança de perspectiva: compreender os trabalhadores nos seus próprios termos: como viviam seu mundo social e como, em sua consciência, respondiam a

¹¹⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p, 28-30.

¹¹⁹ Idem.

esse mesmo mundo. Não se trata, em nome da experiência vivida, de um voluntarismo culturalista avesso à teoria, às formas mais abstratas do discurso e às estruturas, em favor da racionalidade e da ação. As relações sociais não são objetivações de estruturas dadas *a priori*, mas se constroem em situações concretas nas quais se movem personagens de carne e osso.

Parte da história social do trabalho tem procurado, portanto, relacionar dialeticamente estrutura e ação. Trata-se de sublinhar as discrepâncias entre as restrições dos sistemas normativos, ressaltando que os indivíduos têm *“um conjunto diferente de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa e suas escolhas com respeito a ela”*.¹²⁰ A ação social resulta de freqüentes escolhas, decisões e negociações dos indivíduos frente aos poderes constituídos, plenos de contradições e porosidades. Cabe, então, *“definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”*.¹²¹

A reconstituição dessa luta não implica a contemplação isolada do fragmento, pois deve ser capaz de fazer as conexões entre os significados sócio-culturais e o contexto histórico mais amplo, a lógica da mudança e as relações de poder. No que se refere ao populismo, o desafio está em se pensar a ambigüidade

¹²⁰ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 139.

¹²¹ Idem.

histórica que lhe é inerente, o que foi expresso por Daniel James, ao se referir ao “*paradoxo da consciência de classe*”, da seguinte forma:

“a lealdade a um movimento cuja ideologia pregava a virtude da harmonia de classes, a necessidade de subordinar interesses dos trabalhadores aos da nação e a importância de obedecer com disciplina ao Estado paternalista não eliminaram a possibilidade de resistência da classe operária nem o surgimento de uma forte cultura de oposição entre os trabalhadores”.¹²²

Certas análises, como fora visto anteriormente, que operam com o conceito de populismo como fenômeno de massas vislumbram a emergência do conflito e do comportamento de classe dos trabalhadores apenas em momentos de aguda crise e contradição econômica e política no interior do desigual “*pacto populista*”. Segundo essa concepção, isso ocorre e permitindo uma maior congruência entre situação de classe e a consciência da classe, transcendendo a subalternidade cultural em direção à essência do antagonismo político.¹²³ No entanto, o desafio está justamente em reconstituir e interpretar os conflitos sociais também em épocas de “*aparente aquiescência social*”, além de compreender que classe não poder ser definida somente a partir de identidades políticas, mas também pela

¹²² JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990. p. 346.

¹²³ IANNI, Octávio. Populismo e classes subalternas. *Debate & Crítica*, nº 1, julho-dezembro, 1973, p. 16.

fissura social e cultural que estabelece a percepção da diferença entre “*nós e eles*”.¹²⁴

Assim, tanto as noções de heteronomia e de autonomia, parecem pouco adequadas como categorias capazes de apreender tais experiências, pois essas categorias correspondem mais a “*um reflexo do papel dos intelectuais, que responde muito mais às suas necessidades particulares: emocionais, teóricas e ideológicas*”.¹²⁵ Nessa perspectiva, ao contrário de identificar e destacar as supostas ausências ou os imputados desvios da história dos trabalhadores, impõe-se à necessidade de repensar em outros termos os temas da democracia, da cidadania e da participação política dos trabalhadores.

Dessa forma, para superar esses problemas historiográficos, é preciso reconstituir a dinâmica e a complexidade política de alianças entre os vários atores sociais, analisar a legislação social e trabalhista como uma via de mão-dupla, apropriada de diferentes maneiras de acordo com os interesses em jogo, recuperar a dialética entre continuidades e descontinuidades históricas, reavaliar a explicação para o período baseando-se na clivagem entre lideranças sindicais e trabalhadores.

Para compreender essas relações complexas entre sociedade e política, salienta French, exige-se a adoção de um modelo interativo de classe social. Isso

¹²⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, p. 56.

¹²⁵ Pensar a América Latina: entrevista com Daniel James e John French. In: FORTES, Alexandre. (et. al.). *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 181-207.

significa, acima de tudo, articular a análise das mudanças na composição interna da classe trabalhadora com as transformações vividas por outros segmentos sociais (como a classe média), que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças, sem implicar, necessariamente, em passividade e subordinação dos trabalhadores a líderes carismáticos. A configuração dessas alianças, assim como os mecanismos institucionais e as práticas sociais que estabeleciam suas condições de existência é o que o autor denomina de *sistema político populista*, que apesar das desigualdades existentes, “*influenciou o comportamento de todos os participantes*”.¹²⁶

O *sistema político populista* definiria o enquadramento geral mediante o qual mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível. Ele não anula a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período, nem substitui a ação das classes sociais, cuja interação conflitiva impunha limites à exploração política e econômica, não obstante a eventual realização de alianças.¹²⁷ Do ponto de vistas dos trabalhadores, essa realidade era, não rara vezes, diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Dessa forma, se trata de um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis. Assim, os trabalhadores logravam impor,

¹²⁶ FRENCH, John. *O ABC dos operários: lutas e alianças de classe em São Paulo (1900-1950)*. São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995. p. 266-268.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 269-273.

“ao Estado e aos padrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira a priori, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores”.¹²⁸

Essa formulação não estigmatiza o período, mas também evita que se abra mão, ao estudá-lo, do exercício da crítica e da formulação de juízos, fundamentados pelas evidências, sobre suas contradições, dilemas e perplexidades, expressos muitas vezes por aqueles que o vivenciaram.

Os trabalhadores, assim entendidos, foram capazes de superar, em diferentes momentos, os obstáculos colocados pela legislação, entendida como um terreno de disputas. Dessa forma, instituíram na prática, ainda, uma legítima representação de seus interesses, na medida em que o *sistema político populista* não era fechado e acabado, mas sim aberto e indeterminado, fazendo com que o jogo político implicasse em barganhas políticas e, evidentes, conquistas de direitos.

¹²⁸ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, *O populismo e sua história*, p.261-262.

2. O QUEREMISMO NO RIO GRANDE DO SUL:

CONTORNOS POLÍTICOS, PARTIDÁRIOS E SOCIAIS DIANTE DA REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

*Lembraí-vos, outrossim que os trabalhadores não são mais uma força puramente econômica, e sim também política.*¹²⁹

No primeiro mês de 1945, as articulações das oposições antigetulistas ainda se faziam dentro do ambiente autoritário e repressivo. Contudo, o sistema já vinha demonstrando sinais de enfraquecimento. Esses sinais, além das

¹²⁹ Nota anônima de um grupo de operários gaúchos. CORREIO DO POVO, 19/8/1945. p. 20.

manifestações antifascistas, expressaram-se, também, numa série de Congressos organizados por categorias profissionais, que debatiam temas técnicos e políticos. O mais relevante, o *Congresso de Escritores*, reuniu liberais e esquerdistas que pediam a liberdade de expressão e eleições livres.¹³⁰ Só se conheceu o teor dos seus debates um mês depois, quando a censura mostrava sinais de enfraquecimento. A imprensa, sob vigilância do DIP, quase nada podia revelar à opinião pública. Esta só tomou conhecimento que haveria eleições no país, ainda em 1945, para eleger um Congresso, a fim de que o Brasil se sentasse à mesa de paz – numa alusão à futura participação brasileira na Conferência de São Francisco – por um editorial do *New York Times*, reproduzido pela imprensa.¹³¹

Não se pode perder de vista o caráter determinante que as pressões diplomáticas, vindas do exterior, tiveram na aceleração do processo de redemocratização, ao longo do ano de 1945. Assim, por exemplo, Adolf Berle, o novo embaixador americano que viera designado para o Brasil dissera ao chegar que o presidente Roosevelt combateria todos os ultranacionalismos.¹³²

Semanas depois, Edward Stettinius Jr., Secretário de Estado Norte-americano, ao regressar da Conferência de Yalta, veio ao Brasil para conversar com Vargas. Uma semana após sua partida, de volta aos Estados Unidos, Vargas anunciava que estavam em estudo medidas que estabeleceriam as condições objetivas de democratização e, logo, se iniciava, na prática, um abrandamento da

¹³⁰ CORREIO DO POVO, 23/1/1945, p. 12.

¹³¹ O GLOBO, 2/2/1945; CORREIO DO POVO, 6/2/1945, p. 10.

¹³² O GLOBO, 26/1/1945.

censura. José Américo de Almeida, em famosa entrevista ao *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945, “rompia” a censura, anunciando que as oposições já tinham um candidato às eleições¹³³ e, no dia seguinte, anunciava, em *O Globo*, que o candidato era o Brigadeiro Eduardo Gomes.¹³⁴

Concomitantemente, os jornais já apresentavam uma suposta candidatura de Vargas.¹³⁵ Durante todo o ano de 1945, Vargas negava, afirmando que não seria candidato, e que entregaria o governo ao seu legítimo sucessor, como fizera na homenagem no automóvel clube paulista realizada pelos jornalistas.¹³⁶

Ainda em fevereiro de 1945, o *Correio do Povo* realizava uma enquete para sondar a opinião das diversas camadas de atividades em Porto Alegre sobre o processo de redemocratização. Segundo o jornal, “*com raras exceções conseguiu-se declarações formais*” sobre o momento político. E ainda analisava o estranhamento das pessoas sobre o tema diante da sua atualidade e impactante surpresa das medidas redemocratizantes.¹³⁷ Assim, apesar da discussão em torno do processo de redemocratização estar adiantada nos meios políticos, parece que a sociedade ainda estranhava a velocidade dos acontecimentos.

O quadro da disputa pelo poder, que até aqui se delineava começaria a mudar a partir de abril. Uma das mudanças foi à conotação ideológica assumida

¹³³ CORREIO DA MANHÃ, 22/2/1945.

¹³⁴ O GLOBO, 23/2/1945.

¹³⁵ CORREIO DO POVO, 24/2/1945. p. 8.

¹³⁶ CORREIO DO POVO, 13/3/1945. p. 12.

¹³⁷ CORREIO DO POVO, 24/2/1945. p. 4.

pelo debate político, em grande parte devido ao posicionamento e às propostas de Prestes na campanha sucessória. Somente, então, os partidos já definidos começariam a expor seus programas. Em entrevista concedida em abril, na sede da UNE, Prestes dizia que *“as candidaturas que aí estão surgiram às avessas (...) primeiro apareceram os candidatos, para depois se formarem os partidos e, em seguida, os programas.”*¹³⁸ Críticas não vinham apenas da esquerda, o jornal conservador *“O Estado de São Paulo”*¹³⁹ criticava Eduardo Gomes porque, nas poucas vezes em que este falava, só o fazia para atacar Vargas, não apresentando, ainda, nenhum programa de governo.

Entretanto, era a candidatura de Eduardo Gomes que recebia a mais entusiástica divulgação pela imprensa, que a cada dia relatava sua crescente aceitação pela opinião pública, e as adesões que recebia. Já se preparando para as eleições, Prado Kelly, Flores da Cunha, Raul Pilla e outros líderes das oposições pressionavam Vargas a desistir da candidatura, ou mesmo renunciar antes das eleições para *“não expor o eleitorado à pressão, à corrupção e à fraude na mais larga escala”*.¹⁴⁰

A linguagem mais ríspida usada pelos antigetulistas se tornou a norma da retórica no discurso dos adversários de Vargas e assumiria tão grandes proporções no decorrer da campanha que mesmo os meios de comunicação, a eles vinculados reconheceriam o fato e relutavam em divulgar a virulência de sua

¹³⁸ O GLOBO, 25/4/1945.

¹³⁹ O GLOBO, 19/4/1945, referenciando *O Estado de São Paulo*, 18/4/1945.

¹⁴⁰ O GLOBO, 27/2/1945; CORREIO DO POVO, 1/3/1945. p. 10.

linguagem.¹⁴¹ Para além da violência de linguagem, passou-se, também, em algumas circunstâncias, à violência física, como no caso do operário que durante um comício pró-Eduardo Gomes dera “vivas a Getúlio”, sendo surrado, violentamente e arremessado pela janela do Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro, onde se dava o encontro.¹⁴²

No Rio Grande do Sul, os insultos udenistas ao presidente e aos próprios sindicatos, acusados de *pelegos*, soam como críticas às leis sociais, até então implementadas. Além disso, as oposições coligadas à UDN nacional usam como uma de suas frases de campanha o “*Basta de gaúchos no governo*”¹⁴³, o que no estado acabou gerando uma série de repercussões, sobretudo em função dos políticos gaúchos então alinhados a essa sigla, entre eles Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, os mais destacados opositores de Vargas no Rio Grande do Sul.

Delineava-se, assim, nas oposições, a incapacidade na compreensão e no trato do fenômeno popular. De uma forma geral, as oposições atravessariam toda a campanha sob atritos constantes, mas sem abdicarem de suas posições elitistas, se deixando perceber como extração social diferente do homem popular, embora, contraditoriamente, a ele dirigindo seus discursos.

¹⁴¹ O GLOBO, 8/3/1945.

¹⁴² CORREIO DO POVO, 18/4/1945. p. 8.

¹⁴³ CORREIODO POVO, 13/4/ 1945. p. 8

Entretanto, o grupo getulista acusava os udenistas, e, particularmente, Eduardo Gomes, de golpistas, de não quererem as eleições, e apenas de querer a deposição de Vargas. Como também, diante de comícios udenistas, as manifestações pró-getulistas, em tom de provocação, não raramente acabaram em confrontos físicos.¹⁴⁴

A outra candidatura que já vinha sendo anunciada pela imprensa, ainda em março de 1945, era a Eurico Gaspar Dutra.¹⁴⁵ Esta, com a sustentação militar do grupo de Góis Monteiro, e do lado civil, com setores empresariais muito fortes, principalmente de São Paulo, e de políticos estado-novistas, não hostilizava Vargas, ao contrário, não “*consideravam uma candidatura que não tenha como projeto a política social do Presidente Getúlio Vargas, de perfeita harmonia entre o capital e o trabalho*”.¹⁴⁶

Setores das oposições estavam certos de que Prestes, ao sair da prisão, se oporia a Vargas e ofuscaria, pelo menos em certos setores do proletariado e das classes médias, parte do brilho da popularidade de Getúlio. Seria o “mito” contra o “mito”. Mas, quando Prestes, em 7 de abril, ainda na prisão, enviou a Vargas um telegrama no qual elogiava as medidas democráticas que seu governo vinha tomando, assim como o reatamento das relações com a URSS, a decepção das oposições foi muito grande e se traduziu em duras críticas públicas a Prestes, que

¹⁴⁴ CORREIO DO POVO, 25/4/1945. p. 3.

¹⁴⁵ CORREIO DO POVO, 13/3/1945. p. 12.

¹⁴⁶ O GLOBO, 5/3/1945.

perdurariam várias semanas depois.¹⁴⁷ Prestes acentuava, como sendo essencial, a participação efetiva do povo no processo político de forma permanente, e não apenas no momento de depositar o voto. E, ao recusar as duas candidaturas, Eduardo Gomes e Eurico Dutra, acabaria optando pelo lançamento de um terceiro nome – o *tertius*, como se disse na época –, fato que avolumou suspeitas de que Prestes estivesse pactuando com Vargas.

Outra mudança significativa foi a inquietação demonstrada pelos setores populares que começariam a indicar que a solução da crise não se faria apenas entre as elites, mas teria de passar também pelas suas mãos. No começo de abril, um redator de jornal observava que, quando nos cinemas aparecia Vargas na tela, a sala, às escuras, prorrompia em vaias, logo entrecortada por aplausos. Como observou o jornalista “*existiam forças em tensão*”, dizia ele, “*que voltavam a explodir cada vez que Getúlio Vargas aparecia nas telas*”.¹⁴⁸

Este capítulo tem por objetivo delinear o contexto político no Rio Grande do Sul diante do processo de reorganização partidária, no ano de 1945, tendo como foco mais central a análise do contexto social e de suas organizações. Entende-se que o desenvolvimento desses objetivos são importantes para a compreensão do quererismo gaúcho, pois permite a reconstituição dinâmica e complexa de sua organização, de sua política de alianças, entre os vários atores sociais, e das relações com o processo político-partidário, tornando-se possível articular as

¹⁴⁷ O GLOBO, 7/4/1945; 30/4/1945; 10/7/1945.

¹⁴⁸ O JORNAL, 5/4/1945.

mudanças na composição interna do queremismo, com as transformações vividas por outros segmentos sociais, que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças, sem implicar, necessariamente, em passividade e subordinação.

A configuração dessas alianças, assim como os mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleceram suas condições de existência configuram, juntamente com uma infinidade de outros canais criados no cotidiano, a ampliação dos limites do politicamente possível, construindo, assim, seu lugar diante do contexto político.

2.1. Reorganização política-partidária no Rio Grande do Sul:

os setores conservadores

No início de 1945, o Estado Novo se encontrava desafiado pela sociedade brasileira por dois tipos de pressão: a democratização e a liberalização. Isso levou o Presidente Vargas a outorgar a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, a qual declarava que haviam sido criadas as *“condições necessárias para que entre em funcionamento o sistema dos órgãos representativos previstos na*

Constituição".¹⁴⁹ A Lei Constitucional nº 9, seguida pela anistia, pela libertação e instrumentalização de Prestes, constitui um claro repto de Vargas às pressões liberalizantes da sociedade.

Diante dessas novas condições políticas e dos prazos legais exíguos, os setores conservadores da sociedade gaúcha procuraram se organizar rapidamente. Entretanto, segundo a observação de Raul Pilla, essa rapidez imprimida pelo governo nos preparativos eleitorais se constituía em uma forma de desqualificar as eleições, em um claro prejuízo às oposições. Havia, portanto, uma forte desconfiança das oposições quanto às reais intenções do governo que, ao invés de adiar as eleições, como fazia antes, passou a apressá-las. Aparentemente, seu procedimento atendia ao anseio popular de uma rápida democratização do Brasil; por outro lado, acusava Pilla, havia o objetivo de desqualificar o processo eleitoral e, quem sabe, garantir a continuidade dos mesmos grupos no poder.¹⁵⁰

De qualquer maneira, tão logo a legislação permitiu, os oposicionistas lançaram a candidatura de Eduardo Gomes à sucessão de Vargas e fundaram um novo partido político - a União Democrática Nacional (UDN) -, que nasceu como uma *"associação de partidos estaduais e correntes de opinião"*.¹⁵¹ Isso porque, segundo determinava a lei eleitoral, os partidos deveriam ser organizados nacionalmente e, como explicou Virgílio de Melo Franco, para adaptar-se a ela, a

¹⁴⁹ CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. p. 112.

¹⁵⁰ CORREIO DO POVO, 8/2/1945. p. 2.

¹⁵¹ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 5836.

UDN "teve de se associar a outras agremiações - ao Partido Republicano, ao Partido Libertador e à Esquerda Democrática".¹⁵²

No início de 1945, pretendendo assegurar a continuidade de sua política, Vargas cria o Partido Social Democrático (PSD), o qual "se organizou nos Estados sob as chefias dos interventores ou daquelas pessoas de grande projeção política, diretamente ligadas as interventorias",¹⁵³ o que assegurava a existência de um partido de âmbito nacional, isto é, a aplicação da lei antes mesmo de sua vigência, pois, para impedir a formação de partidos regionais – característicos da República Velha e tão caros às oligarquias estaduais –, elaborou o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, que exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de 10 mil eleitores, distribuídos em pelo menos cinco estados, cada um no mínimo de 500 adeptos.

Os dois candidatos, Gomes e Dutra, dividiam, portanto, entre si as forças políticas tradicionais, procurando se organizar em quadros partidários definidos. Ambos defendiam o restabelecimento dos direitos democráticos, entretanto ambos eram conservadores. A propósito, diria Luís Carlos Prestes, cerca de trinta anos depois:

"Efetivamente Gomes e Dutra eram duas personalidades bastante parecidas. O programa de ambos poderia ser muito bem resumido em 4

¹⁵² SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976, p. 115.

¹⁵³ OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi de. *Partidos Políticos Brasileiros. O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973. (Tese de Mestrado/mimeografado). p. 17.

pontos: a) colaboração com o capital estrangeiro, ou seja, abertura do país ao financiamento externo para desenvolver o parque industrial; b) preocupação com os aspectos jurídicos da redemocratização; c) moralização administrativa e saneamento financeiro; d) defendiam uma política de industrialização (...) Pessoalmente, eram também pessoas insípidas.”¹⁵⁴

No Rio Grande do Sul, o Partido Social Democrático não foi organizado pelo interventor, mas, seguindo a idéia de Lúcia Lippi, por uma pessoa de grande projeção política, diretamente ligada a interventoria: Cylon Rosa – Secretário do Interior nos anos 1944-1945, durante a interventoria de Ernesto Dornelles –, que mantém uma série de contatos com a administração federal, o que evidencia sua participação na articulação do novo partido.¹⁵⁵

Em 21 de janeiro de 1945, se reuniram na Capital Federal, sob a presidência de Agamenon Magalhães, diversos interventores.¹⁵⁶ Logo após, em 4 de fevereiro, Cylon Rosa parte para o Rio de Janeiro, a chamado do Ministro da Justiça. Em sua estada na Capital da República, Cylon Rosa mantém contatos diários com Benjamim Vargas. Palestra, também, com Batista Luzardo, Marcondes Filho, Eurico Gaspar Dutra e, com o próprio, Agamenon Magalhães. Finalmente, na véspera de seu regresso ao Rio Grande, se entrevista longamente com Getúlio Vargas. E retorna no dia 17 ao sul. No período em que Cylon Rosa

¹⁵⁴ MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e auto-críticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982 . p. 111.

¹⁵⁵ CORREIO DO POVO, 4/2/1945. p. 18

¹⁵⁶ CORREIO DO POVO, 21/1/1945. p.22.

permanece no Distrito Federal, se noticia, também, que lá se encontravam diversos interventores ou secretários do interior.¹⁵⁷

Logo após, a 23 de fevereiro, o *Correio do Povo* noticia que haverá uma convenção, em Porto Alegre, do novo partido nacional, o qual conta como apoio de Walter Jobim, Oscar Fontoura, Artur de Souza Costa, Salgado Filho e João Daudt de Oliveria.

Por sua vez, entendimentos para a campanha constitucionalizadora nacional foram iniciados pelos generais Góis Monteiro e Eurico Dutra. Entretanto, Marcondes Filho se manifesta publicamente contra essa idéia. A Francisco Campos coube dar a forma geral ao movimento e a Agamenon Magalhães se responsabilizar pelas negociações políticas entabuladas desde então.

Enfim, essa movimentação política tem como resultado a publicação, a 28 de fevereiro de 1945, do Ato Adicional nº 9, que estabelecia, em seu artigo 4º, que, a partir dessa data, dentro de noventa dias, seriam marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas. Dentro desses noventa dias, o governo, ainda, deveria elaborar a Lei Eleitoral e montar seu conseqüente aparelhamento.

Portanto, pode-se deduzir que Cylon Rosa está estreitamente vinculado à formação do partido político nacional, partido esse que, inspirado por Vargas e

¹⁵⁷ CORREIO DO POVO, 17/2/1945. p. 8.

montado através das interventorias, seria a organização nacional que possibilitaria a “continuidade” política estado-novista, e de seus próceres, com as novas roupagens da democracia e que, viabilizado, permitiria a instalação de mecanismos democráticos no “jogo político”.

Com o lançamento, em 13 de março, através da mensagem especial de Benedito Valadares na “Hora do Brasil”, da candidatura de Eurico Gaspar Dutra,¹⁵⁸ começa o movimento para a elaboração da Lei Eleitoral e da estruturação do partido situacionista, sobretudo, porque as oposições ao Estado Novo já estavam coligadas e possuíam um candidato, Eduardo Gomes, nome esse que vinha sendo veiculado desde 1944. Por esta razão, Cylon Rosa segue imediatamente para o Rio de Janeiro para participar da criação do Partido Nacional. Simultaneamente, se reúne o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), presidido por José Diogo Brochado da Rocha, Paim Filho, Nicolau Vergueiro, Joaquim Luiz Osório, Glicério Alves, Marcial Terra e Marques da Rocha. Na reunião é extraída nota oficial, que ratifica “*a decisão da comissão central (...) para designar um representante que, no Rio de Janeiro, acompanhe os trabalhos da organização de um partido nacional*”,¹⁵⁹ e atribui a esse representante poderes para participar ativamente dos trabalhos. Nessa ocasião, José Diogo Brochado da Rocha é aclamado como o representante do PRR.

¹⁵⁸ CORREIO DO POVO, 14/3/1945. p. 8.

¹⁵⁹ CORREIO DO POVO, 5/4/1945. p. 8

Walter Jobim era considerado o provável delegado do Partido Libertador junto à comissão que iria se reunir para criar o partido nacional, uma vez que fora o último representante do partido, quando, em 1937, todas as organizações partidárias foram fechadas. Porém, já em março de 1945 alertava os libertadores que não se comprometessem politicamente com referência à próxima eleição presidencial sem conhecer o programa dos candidatos e antes da promulgação da Lei Eleitoral, no que se colocava claramente contra Raul Pilla, que apoiava a candidatura Eduardo Gomes e estava reorganizando o Partido Libertador. Jobim permanece em Porto Alegre, não comparecendo à reunião para a elaboração do partido nacional.¹⁶⁰

O trabalho de organização do Partido Social Democrático, realizado no Gabinete do Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, foi por esse apressado para se antecipar à iniciativa das oposições coligadas que se iriam reunir nos próximos dias. Nessa reunião, em que comparecem por São Paulo, Cirilo Jr.; pelo Rio Grande do Sul, Cylon Rosa; por Minas, Israel Pinheiro; pelo Ceará, Olavo Pereira; e por Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho; este último, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, declarou:

“Representando as forças políticas dos grandes Estados, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Ceará, constituímos-nos em comissão para organizar o Partido Social Democrático do Brasil, de caráter nacional e elaborar o esboço dos seus estatutos. Feito este trabalho será o

¹⁶⁰ CORREIO DO POVO, 3/3/1945.

mesmo enviado para receber o 'placet' dos pequenos Estados."¹⁶¹

A linguagem sugere que ainda estava bem viva, no espírito e na prática dos atores, a tradição política da República Velha, em que as oligarquias centrais, com o apoio das oligarquias secundárias, comandavam a política nacional, obtendo a adesão de oligarquias periféricas.¹⁶²

Cylon Rosa permanece durante um mês no Rio, trabalhando ativamente para a elaboração do programa do PSD. Ao final da sua estada, é substituído por José Diogo Brochado da Rocha, que também lá permanece durante um mês.

Em 28 de maio, é promulgada a Lei Eleitoral e no dia 6 do mês seguinte Cylon Rosa recebe telegrama de Israel Pinheiro comunicando que foi organizada no Rio a comissão diretora do PSD. Dez dias depois, está formada a comissão executiva do PSD gaúcho: Protásio Vargas (presidente), Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza.

A comissão do PSD gaúcho reúne, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidárias, todas anteriores ao Estado Novo. José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de

¹⁶¹ CORREIO DO POVO, 6/4/1945.

¹⁶² Nesse sentido ver: TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 105-106.

1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador.¹⁶³

Mas não é só na organização do PSD que ocorre essa representação das diferentes origens partidárias. Ela também se verifica ao nível governamental, apesar das atitudes “contraditórias” de Ernesto Dornelles.

Dornelles manifestava o desejo de limitar sua ação à administração estadual, mantendo-se alheio à reorganização política. E assim o faz com relação à criação do PSD. Não participa de sua organização, deixando essa atividade, no que se refere ao Rio Grande do Sul, para com o Secretário do Interior, Cylon Rosa.

Entretanto, três dias antes de publicada a Lei Constitucional nº 9, e prevista, já, a eleição presidencial, discursando em Gramado, Ernesto Dornelles pede apoio popular à candidatura Getúlio Vargas à presidência da República. Este foi um dos raros discursos que pronunciou ao longo de 1945, pois teve, como praxe, passar a palavra a Walter Jobim, seu Secretário de Obras Públicas, para que falasse em nome do governo, nas diversas viagens que fez pelo interior do Estado. Quando, em maio, foi lançada a candidatura a governador, de Walter Jobim, esse já havia discursado em grande número de municípios durante aquele

¹⁶³ NOLL, Maria Izabel. A crise do sistema partidário rio-grandense. (1936-1937). In: TRINDADE, Hélgio. (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 270-295.

ano: entre eles, Santa Cruz, Júlio de Castilhos, Taquari, Encantado, Arroio do Meio, Carazinho e Vacaria.

Dornelles apoiava a candidatura de seu Secretário de Obras Públicas, Walter Jobim. Entretanto, o mesmo não se pode afirmar, examinando suas declarações, a respeito do lançamento da candidatura Eurico Dutra:

“Ponderáveis forças políticas, em articulação no país, estão empenhadas em formar um grande partido político de âmbito nacional, no objetivo de identificar os superiores interesses das correntes de opiniões.

Rio Grande, por suas agremiações partidárias, acha-se em conseqüência, em entendimento com os demais Estados, visando a esse objetivo comum, que importa em fundamentar a política brasileira seguindo programas e idéias de acordo com as necessidades da época que vivemos.

Caberá, portanto, à próxima convenção das forças políticas assim congregadas pronunciar-se sobre a nossa atualidade política.

Quanto à candidatura do general Eurico Dutra à presidência da República, a minha opinião é que recaiu numa expressiva figura de chefe e cidadão, digna, por todos os títulos, de exercer essa alta investidura.”¹⁶⁴

¹⁶⁴ CORREIO DO POVO, 14/3/1945. p. 8.

Sem dúvida, seu pronunciamento enfatiza o partido, de cuja criação encontra-se alheio, e não o candidato, que obviamente não é o seu, posto que já havia lançado o nome de Getúlio Vargas.

Bem diferente é a atitude de Cylon Rosa – organizador gaúcho do partido –, que se detém no candidato, mencionando apenas de passagem, que o partido o apoiaria:

“Recebi com maior entusiasmo cívico a notícia do lançamento, em São Paulo, da candidatura do Gal. Eurico Gaspar Dutra à suprema magistratura da Nação.

Trata-se incontestavelmente, de um cidadão de acrisoladas virtudes cívicas e detentor de um acervo considerável de relevantes serviços prestados a nossa pátria.

Possuidor de tão altas credenciais, estou certo de que as correntes políticas que se estão articulando no Rio Grande e nos demais Estados da Federação, para constituição de um Partido Nacional, prestigiarão o nome aureolado do ilustre brasileiro.”¹⁶⁵

Entretanto, Dornelles, ao mesmo tempo em que se mantém afastado da articulação do PSD, reorganiza seu secretariado. E nos primeiros dias de maio, Ataliba Paz deixa a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ao ser

¹⁶⁵ CORREIO DO POVO, 14/3/1945. p. 8.

nomeado diretor da Caixa Econômica Federal, e é substituído por Desidério Finamor.

Por sua vez, a Secretaria de Educação é preenchida por Antônio Brochado da Rocha, prefeito de Porto Alegre, em substituição a José Coelho de Souza. A prefeitura de Porto Alegre é ocupada por Clóvis Pestana, diretor do DAER, posto que Egídio de Souza passa a exercer. A vaga no Conselho Administrativo Estadual, aberta com a renúncia de Camilo Martins Costa, é preenchida por Adroaldo Mesquita da Costa. Dessa forma, a composição do governo antecipa em um mês a composição que se verificaria na cúpula partidária estadual do PSD.

Na composição do PSD, em suas vertentes partidárias, pode-se identificar a chamada dissidência do PRL (Partido Republicano Liberal). Partido criado no Rio Grande do Sul, em 1932, em resposta à “revolução” constitucionalista, como partido regional de apoio ao governo nacional de Vargas, mas, ao mesmo tempo, fiel à chefia de Flores da Cunha, cindindo-se, em abril de 1937, em função da contradição em sua “dupla lealdade”, formando no grupo leal a Vargas, a dissidência liberal.¹⁶⁶

Na crise-estadonovista, Loureiro da Silva, encontra-se como Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil; Moysés Velinho no Conselho Administrativo do Estado; Coelho de Souza e Cylon Rosa como Secretários da Educação e do

¹⁶⁶ A partir da publicação do *Correio do Povo* em 25/4/1937 do documento “Ao Partido Liberal e ao Rio Grande”, forma-se a dissidência Liberal, assinaram o documento: Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Velinho, Coelho de Souza, Xavier da Rocha, Paulino Fontoura, Cylon Rosa, Benjamin Vargas, Protásio Vargas e Walzumiro Dutra.

Interior, respectivamente; Xavier da Rocha deixando de ser Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal, no Rio grande do Sul, e ocupando o cargo de adido comercial na embaixada brasileira em Roma; e Benjamin Vargas, no Distrito Federal, como pessoa chave na organização do PSD.¹⁶⁷

Outra vertente do PSD é a oriunda do Partido Libertador (PL). Raul Pilla, em outubro de 1937, em carta a Assis Brasil, relata que, com a deposição de Flores da Cunha, foi o PL convidado a tomar parte no governo Daltro Filho, o que o levou a reunir o diretório do partido e a se opor a colaborar “num tal governo”, pois considerava que fazê-lo seria “desmoralizar” o partido. Entretanto, segundo o depoimento de Pilla naquela carta, somente um de seus correligionários o acompanhou.¹⁶⁸ Posteriormente, em manifesto de 1945, Pilla fazia referência a dois correligionários que o teriam acompanhado em sua atitude: Décio Martins Costa e Orlando Carlos, aderindo os demais à interventoria estadual, sendo que, dentre esses últimos, Walter Jobim e Oscar Fontoura ocuparam imediatamente as Secretarias das Obras Públicas e da Fazenda. Em decorrência, Raul Pilla deixa a presidência do diretório, que passa a ser ocupada por Walter Jobim, tendo como membros do diretório Firmino Torelly, Renato Guimarães, Oscar Fontoura e Orlando Serrano.

¹⁶⁷Essa situação é identificada por Hélio Jaguaribe através do conceito de *mecanismo de cooptação cartorial*. Ou seja, os dissidentes do PRL ganharam cargos preeminentes no governo e na administração ocupando lugares do aparelho do Estado, num momento em que este estava produzindo e acumulando poder.

¹⁶⁸ NOLL, op. cit., p. 95.

Desde a deposição do governo Flores da Cunha, em 1937, até a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, a Secretaria da Fazenda foi ocupada por Oscar Fontoura e a Secretaria de Obras Públicas por Walter Jobim, que dela se afastou apenas durante a interventoria de Cordeiro de Farias, e ainda assim depois de ocupá-la por cerca de dois anos.

Quando da publicação da Lei Constitucional nº 9, em 28 de fevereiro de 1945, Raul Pilla convida os antigos integrantes do Partido Libertador, e todos aqueles que dele queiram participar, para uma reunião em Porto Alegre.¹⁶⁹ No dia seguinte à reunião, 13 de março de 1945, encontram-se no gabinete do Secretário de Obras Públicas

“membros do extinto Diretório Central do Partido Libertador. Srs. Walter Jobim, Oscar Fontoura, Luiz Pacheco Prates, João Máximo dos Santos Sobrinho, Orlando Serrano e Guilherme Ludwig, e mais os seguintes libertadores; Luiz Mércio Teixeira, Alfredo Simch e Camilo Teixeira Mércio. Autorizaram a subscrever as deliberações que fossem tomadas nessa reunião aos srs. Batista Luzardo e Alberto de Araújo Cunha, ora no Rio de Janeiro, e membros, também, daquele extinto diretório.”¹⁷⁰

Também esteve presente Anacleto Filipo, que, entretanto, declarou-se comprometido com a candidatura Eduardo Gomes.

¹⁶⁹ CORREIO DO POVO, 13/3/1945. p. 12.

¹⁷⁰ CORREIO DO POVO, 14/3/1945. p. 8

Esse grupo ainda combinaria uma reunião na noite seguinte, na residência de Alberto Pasqualini, para redigir uma nota à imprensa, que contaria, entre outras recomendações aos libertadores, a de “*que não se desfaçam, sem motivos ponderáveis, as ligações com as demais correntes políticas rio-grandenses, estabelecidas em momentos decisivos para a vida do Estado e da Nação*”.¹⁷¹

Entretanto, tal recomendação, antecipada pelo *Correio do Povo*, terminaria desaparecendo na versão final da nota, uma vez que Alberto Pasqualini, pertencendo, com os demais membros do grupo, ao PL, até a dissolução dos partidos em dezembro de 1937, não poderia subscrevê-la, pois se proclamava comprometido com diferentes forças que estavam se reunindo em torno de um programa.

De qualquer modo, na residência de Pasqualini, e com a assinatura deste, a nota foi finalmente formalizada sob o título “*Advertência aos Libertadores*”:

“Os abaixo assinados, membros do último Diretório Central do Partido Libertador, responsável pela vida partidária até à data em que cessaram as atividades políticas no País, sentem-se no dever de exortar seus antigos correligionários a que não assumam, de momento, qualquer compromisso político com referência à próxima eleição presidencial pelas razões seguintes:

¹⁷¹ Idem.

a) a inconveniência de quaisquer pronunciamentos antes de estabelecidas às normas de orientação programática e da futura ação política, de acordo com as tradições dos libertadores; b) a necessidade da convocação de um Congresso, único meio democrático capaz de traçar as referidas normas, o que somente será possível depois de promulgada a Lei Eleitoral; c) a conveniência de ser assegurada a unanimidade de ação dentro de um amplo programa que congregue todas as forças progressistas e os elementos das antigas correntes políticas tendo em mira os altos interesses do Estado e da Nação; d) e, finalmente, porque é da tradição dos libertadores comprometerem a sua solidariedade a qualquer candidato somente depois de conhecido o seu programa e de bem caracterizados os elementos políticos que o apóiam. Porto Alegre, 14 de março de 1945: Walter Jobim, Oscar Fontoura, Alberto Pasqualini, Luiz Pacheco Prates, José Máximo dos Santos e Orlando Serrano. Manifestaram-se de acordo com a presente advertência os srs. Batista Luzardo, Araújo Cunha e Carlos Brasil, membros do Diretório, ausentes os dois primeiros no Rio de Janeiro e o último em Bagé, e também os srs. Luiz Mércio Teixeira, Camilo Teixeira Mércio e Alfredo Simch, antigos membros da direção libertadora.”¹⁷²

Com exceção de Pasqualini – que àquela altura se orientava no sentido da articulação de um programa e de um projeto político ao redor dos quais se

¹⁷² CORREIO DO POVO, 15/3/1945. p. 3.

articulária, mais tarde, a organização da União Social Brasileira (USB) – a “Advertência aos Libertadores” define a posição do grupo que, reunindo figuras expressivas que haviam pertencido ao PL até o fim de 37, algumas quais integravam-lhe o comando naquele ano, entre a renúncia de Pilla, em outubro, e o ato de dissolução dos partidos políticos em dezembro, ingressará e permanecerá no PSD durante o ano de 1945.

O “Grupo Advertência”¹⁷³ contém uma clara e inequívoca condenação ao comportamento político de Raul Pilla. Este último, já em fevereiro de 1945, apoiava a candidatura Eduardo Gomes; no dia 1º de março, publicou um manifesto aos libertadores conclamando-os a se congregarem ao redor daquela candidatura; e finalmente, dois dias antes da “Advertência aos Libertadores”, numa reunião de antigos membros do PL, aparentemente convocada para eleger o Diretório Municipal de Porto Alegre, Raul Pilla enfatizava seu apoio à candidatura nacional do Brigadeiro Eduardo Gomes identificando-a como o único caminho para a redemocratização e a reconstitucionalização do país, deste modo, para esta candidatura, Pilla buscava mobilizar a adesão ativa do partido.

Significativamente, naquela reunião, o discurso de Pilla foi contestado não apenas por um jovem libertador, que posteriormente flexionaria para o PTB, mas por Mário de Lima Beck. Pasqualini e Mário de Lima Beck, insistiam que ao aprovar a proposição de Pilla, se legitimaria acordos e compromissos realizados

¹⁷³ O grupo proveniente do PL, que ingressa e permanece no PSD, será identificado, para este estudo, como “Grupo Advertência”.

por Pilla sem qualquer consulta ou informação ao partido. Lima Beck assinalou que, *“no obscuro período de transição institucional em que vivia o país, Pilla se aproximara de figuras que nos merecem reservas, de figuras até mesmo suspeitas”*.¹⁷⁴

Enfim, percebida a questão do ponto de vista de uma estrita ética política formal, fora Raul Pilla quem “violara” as “normas democráticas” e a própria estrutura organizacional e hierárquica do partido: no início de 1945, diante do desgaste do regime e do processo de liberalização, insinuava reiteradamente pronunciar-se em nome de um partido cuja chefia renunciara em 1937, flexionando-o e mobilizando-o para o apoio à candidatura presidencial oposicionista. Ao fazê-lo, desafiava aqueles membros do último diretório regional do partido que aderiram à interventoria de Daltro Filho e ocupavam desde então posições proeminentes no governo e na administração do Estado.

Outro grupo que compõe o PSD é aquele formado por dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense. É necessário assinalar, nesse sentido, que apesar das penalizações de alguns de seus líderes e militantes, em detrimento da oposição ao regime varguista, outros continuaram a participar do aparelho do Estado, entre os quais os irmãos Antônio e José Diogo Brochado da Rocha: o primeiro, Prefeito de Porto Alegre até meados de 1945, e logo após, Secretário da Educação; o segundo, diretor da Viação Férrea Rio-Grandense (VFRGS), na

¹⁷⁴ CORREIO DO POVO, 13/3/1945.

interventoria Dornelles. De uma forma geral, muitos republicanos foram durante o Estado Novo, prefeitos de municípios rio-grandenses.

Em março de 1945, alguns dias após a publicação da nota “Advertência aos Libertadores”, o *Correio do Povo* publica o seguinte a pedido:

“Aos Republicanos.

Os abaixo assinados, membros da Comissão Central do PRR, em exercício à época em que cessaram as atividades partidárias, reunidos em Porto Alegre, para examinar os atuais acontecimentos políticos, dirigem-se, por este meio, aos antigos correligionários, recomendando-lhes: a) a necessidade de se manterem unidos, nesta fase preparatória das atividades partidárias; b) conveniência de evitarem pronunciamentos isolados sobre quaisquer candidaturas, antes de conhecidas às diretrizes políticas dos nomes em evidência para a mais alta magistratura da República; do exame destas diretrizes ficará dependendo a resolução do Partido.

Uma vez promulgada a Lei Eleitoral, a Comissão Central, órgão ao qual compete a direção republicana, no impedimento do eminente chefe, sr. Borges de Medeiros, provocará o pronunciamento definitivo do Partido, para firmar orientação, no sentido que melhor atenda seus elevados e tradicionais objetivos, sem prejuízo, entretanto, da sua adaptação às condições sociais, políticas e econômicas de momento.

Nessa oportunidade, procuraremos promover o conagraamento das forças políticas do Estado, cuja união só poderá ser fecunda em benefícios ao Rio Grande e ao Brasil. Porto Alegre, 19 de março de 1945. Ass. Osvaldo Vergara, Osvaldo Rentzch, Alfredo Favaret. Domingos da Costa Lino, Miguel Lopes de Almeida, Albino Lenz, José Diogo Brochado da Rocha (secretário) e Cândido Machado Carrion (sub-secretário).

O dr. João Pi Crespo, membro da Comissão Central, residente em Pelotas, não tendo comparecido à reunião por motivo de moléstia, aprovou a presente nota e manifestou-se de acordo com seus termos.”¹⁷⁵

Logo após a nota do PRR, o Gen. Paim Filho¹⁷⁶ chega a Porto Alegre, onde conferencia com próceres republicanos e depois vai à estância de Borges de Medeiros conversar com este. Ao retornar da estância de Borges de Medeiros, Paim Filho integra, juntamente com José Diogo Brochado da Rocha, Nicolau Vergueiro, Joaquim Luiz Osório, Glicério Alves, Marcial Terra e Ernesto Marques da Rocha, a mesa que preside a reunião do Partido Republicano Rio-Grandense da qual é extraída a nota ratificando a decisão da Comissão Central no sentido de enviar um representante para acompanhar a organização de um partido nacional no Rio de Janeiro: para tal função é escolhido José Diogo Brochado da Rocha. E é confiado a Ariosto Pinto, Paim Filho e Sérgio de Oliveira o encargo de manterem a ligação dos republicanos com o partido nacional após o regresso do aludido

¹⁷⁵ CORREIO DO POVO, 20/3/1945. p. 3

¹⁷⁶ O Gen. Paim Filho pertencia ao grupo de estudantes da geração de 1907, que apoiou a candidatura Carlos Barbosa.

representante. A reunião delibera também convocar o congresso do PRR imediatamente após a promulgação do Código Eleitoral. Nessa reunião, dissente Joaquim Luiz Osório, manifestando seu apoio à candidatura Eduardo Gomes.

Entretanto, em meados de junho, encontrava-se já o PRR sob a direção de Borges, e este manifesta seu irredutível apoio à candidatura Eduardo Gomes. Diante de tal circunstância e dada a ascendência histórica de Borges, se inverte a relação de forças no interior do partido, tendo como desenlace, dessa vez, a dissidência de Marcial Terra, Glicério Alves, Osvaldo Vergara, Clóvis Pestana, Antônio Brochado da Rocha, José Diogo Brochado da Rocha, Geraldo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha e Cândido Carrion que, se afastando do PRR, ingressam no PSD. Três dias depois, em 17 de junho de 1945, dois desses dissidentes – José Diogo Brochado da Rocha e Osvaldo Vergara – estão participando da comissão executiva do PSD no Rio Grande do Sul. E, no início de julho, é formado o diretório municipal de Porto Alegre, esse teria como presidente Clóvis Pestana. Logo, essa dissidência é alimentada e fortalecida por outros 41 membros do PRR, que se afastam do PRR e ingressam no PSD. A intransigência de Borges de Medeiros em seu apoio à candidatura presidencial oposicionista ofereceu-lhes, não apenas o motivo, mas a legitimidade de que careciam para abandonarem o partido e ingressarem no PSD.

Lúcia Lippi de Oliveira aponta que a estrutura federativa do PSD é resultado de uma engenharia institucional que objetivava integrar nacionalmente, embora a um nível mínimo, as oligarquias regionais. Partindo do centro nacional de poder, o

Ministro da Justiça – Marcondes Filho, logo substituído por Agamenon Magalhães – assume a iniciativa de convocar os interventores estaduais para um conjunto de reuniões cujo propósito consistia em organizar institucionalmente um grande partido nacional, complexo, flexível e versátil, capaz, desse modo, de aglutinar no seu interior os diferentes segmentos estaduais.¹⁷⁷

No Rio Grande do Sul, um mês após ter sido formada a comissão executiva estadual do PSD, esse já contava, com aproximadamente, dez diretórios municipais espalhados pelas diferentes zonas do estado, o que o tornava o partido mais organizado da época. Contava, também, com uma ala trabalhista, que no início de julho fazia, já, sua primeira convenção. Nessa ala trabalhista incluíam-se, entre outros, João Lino Braun, José Vecchio e Guilherme Mariante.

Em julho, o PSD se encontra em grande agitação: na segunda semana do mês ocorreu em Porto Alegre a primeira convenção estadual do partido, na qual foi lançada a candidatura Eurico Gaspar Dutra, no Rio Grande do Sul. Concomitantemente, é lançada, a partir dos pessedistas de São Borja, a candidatura Walter Jobim, ao governo do Estado.

No dia 9 de julho, em Porto Alegre, é instalada a convenção do PSD, que aclama a seguinte diretoria: presidente, Getúlio Vargas; Vice-presidentes, Protásio Vargas, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha e Cylon Rosa. Na mesma ocasião, Oscar Fontoura lança a candidatura a Presidência da República do gen.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 68-74.

Eurico Dutra, e José Diogo, lança a candidatura, a governador do estado, de Walter Jobim.

Quando foi outorgado o Decreto-Lei nº 8.063, de 10 de outubro de 1945, estabelecendo as eleições para governador, o PSD rio-grandense estava preparado: seu candidato estava lançado e era conhecido em todo o estado. Jobim, inclusive, chega a se desincompatibilizar, mas no mesmo dia o Presidente Vargas é deposto e, logo após, é revogado o Decreto Lei nº 8.063, permanecendo marcadas para 2 de dezembro somente as eleições federais.

Mas não só o PSD se organiza rapidamente no Rio Grande do Sul. O Partido Libertador o faz com extrema brevidade, pois mesmo não contando com a máquina administrativa estadual, nem com prefeitura alguma, consegue se articular, no ano de 1945, em grande parte dos municípios gaúchos; e, embora retomando a existência de um partido que, até sua dissolução, fora estritamente regional, consegue preencher os requisitos da Lei Eleitoral, que só concede registro a partidos que contém a adesão de dez mil eleitores, distribuídos pelo menos em cinco Estados, cada um com um mínimo que quinhentas assinaturas. O Partido Libertador que, sob a República Velha e o Regime Constitucional de 1934, fora sempre minoritário, é o único, dentre os antigos partidos rio-grandenses, que satisfaz essas exigências.

Em fevereiro de 1945, Raul Pilla apresenta a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, no Rio Grande do Sul e, imediatamente depois da outorga da Lei

Constitucional nº 9, lança um manifesto aos libertadores indicando essa candidatura. Em 8 de março, em entrevista ao *Correio do Povo*, Raul Pilla esclarece:

“Não poderia eu falar formalmente em nome do Partido, pois ele deixou aparentemente de existir, antes do decreto do governo que o dissolvia, quando a maioria do seu Diretório aceitou a Ditadura e lhe deu a sua colaboração. Eu e mais dois companheiros de direção, os drs. Décio Martins Costa e Orlando Carlos, não nos conformávamos e nos retiramos, para permanecer fiéis à ideologia de Partido e aos sérios compromissos que ele tinha com a opinião pública do Estado e do País. Mais tarde, quando publicado o decreto dissolutório, outro membro do Diretório Central, o Dr. Renato Guimarães, tomou o mesmo rumo. (...). Assinei realmente um manifesto em que se lançava a candidatura Eduardo Gomes (...) vitorioso o candidato democrático dentro das instituições atuais, que são as da ditadura, cumprir-lhe-ia, antes de mais nada, convocar uma assembléia constituinte, onde pudessem encontrar expressão todas as correntes ponderáveis de opinião. Exigir um programa de governo quando se trata de subsistir completamente um regime, chega a ser um contra-senso, porque se dividiram fatalmente as forças democráticas na sua luta contra a Ditadura, que poderá já estar ferida de morte, mas ainda não morreu. (...). Durante a campanha presidencial de 1937, que se tratara dentro do

regime democrático e entre candidatos democráticos, seria impossível, era desejável e até imperiosa a conciliação. A sete de novembro daquele ano, tomei um avião e desembarquei no Rio com o fito exclusivo de tentar a conciliação: três dias depois, dava-se o golpe de Estado. (...). ... não me parece fácil semelhante fusão (as dos partidos Libertador e Liberal) ... o Partido Libertador tem uma tendência nitidamente parlamentarista e o Partido Liberal é presidencialista; o Partido Libertador, cujas raízes vamos encontrar nos primórdios da República com o Partido Federalista e as várias dissidências republicanas, nasceu e viveu na oposição e o Partido Liberal, embora esteja agora no ostracismo, nasceu do governo. Repito: o que há entre nós e o mesmo objetivo essencial do País”.¹⁷⁸

Nessa entrevista, Raul Pilla reafirma seu apoio pessoal à candidatura Eduardo Gomes, pois não fala em nome do partido, o qual considera extinto desde antes do decreto dissolutório. Entretanto, nega a necessidade de um programa de governo ao candidato opositor, uma vez que esse programa poderia dividir as oposições, dando a vitória à “ditadura”, e desse modo, prejudicando o objetivo comum das oposições: a reconstitucionalização e a redemocratização do país.

Pilla nega a possibilidade de fusão entre os partidos Liberal e Libertador, em razão das suas tendências, presidencialista e parlamentarista, respectivamente. Embora coligados em determinadas eleições, a fusão entre

¹⁷⁸ CORREIO DO POVO, 8/3/1945. p. 8.

esses dois partidos não se verifica. Entretanto, a visão de Pilla legitima o Grupo Advertência que, reunindo parte do grupo Libertador ligado à máquina administrativa do Estado, e se antecipando à tentativa de arregimentação oposicionista do PL, chama atenção, com a nota que lhe dá o nome, para a necessidade de um programa, e de uma definição das forças de apoio a esse programa, como requisito prévio à adesão a qualquer partido.

Não obstante, há casos de libertadores que, embora ocupando cargos no aparelho de Estado, retornam ao seio de seu partido de origem: é o caso de Mem de Sá, que permanece na direção do Departamento Estadual de Estatística no decorrer do ano de 1945, conseqüentemente, a esses não se aplica à denominação Grupo Advertência.

Publicada a “Advertência aos Libertadores”, a resposta de Raul Pilla não se faz esperar: nega àqueles que a assinaram autoridade para o fazer. Considera que, em 1937, o PL assinou sua “sentença de morte” e, ao rasgar o programa do partido, seu Diretório se colocou ao lado do regime varguista, posição em que permanecem seus membros, em 1945, buscando, segundo Pilla, postergar a luta política oposicionista na expectativa de um programa, quando a questão é retomar a democracia.

O chefe do Partido Libertador, na crise estado-novista, levanta a bandeira partidária, sendo uma figura sempre presente nos jornais. Além de sua coluna diária no *Correio do Povo*, intitulada “*Microscópio*”, de crítica ao governo, faz

declarações, dá entrevistas, analisa a situação política, e também participa da reunião das oposições coligadas a nível nacional, com Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Raul Bitencourt e Pedro Aleixo.

Em meados de abril, observando as forças políticas estaduais, declara:

“temos em resumo a seguinte situação: estão com a candidatura Eduardo Gomes – o Partido Libertador, o Partido Liberal e a ala Joaquim Luiz Osório do Partido Republicano Rio-Grandense.

Do seu lado o oficialismo [PSD] – interventor, secretários de Estado e prefeitos municipais – não dispõe de nenhuma organização partidária permanente. Conta, apenas com a força inerte dos interesses materiais criados: meros usufrutuários da ditadura, como já os caracterizei.”¹⁷⁹

Dessa forma, Pilla nega ao PSD vida partidária, e a dá, somente, aos partidos Libertador, Liberal e Republicano. Após um manifesto dos partidos Republicano, Liberal e Libertador, constituindo a junta estadual da União Democrática Nacional (UDN), é realizado, no mês de agosto, o Congresso do PL em Bagé, no qual é eleito o seguinte diretório: Raul Pilla, presidente; Décio Martins Costa, Orlando Carlos, Lucídio Ramos, Camilo de Freitas Mércio, José Trude de Godoy, Carlos Bozano, Mem de Sá, Dácio de Assis Brasil, Dário Brossard, José Gomes Filho, Anacleto Filipo, Bernardo Fernandes, Renato Guimarães e Félix

¹⁷⁹ CORREIO DO POVO, 13/4/1945. p. 8

Simões Pires. No mês seguinte, foi solicitado seu registro como partido de âmbito nacional, registro obtido ainda em setembro. Entretanto, o mesmo não acontece com o Partido Liberal e com o Partido Republicano Rio-Grandense, que acabam fundidos sob a sigla UDN.

Após a deposição de Vargas, e confirmadas as eleições nacionais, o Partido Libertador comunica aos seus correligionários que está aliado à UDN na campanha partidária.

Não é Pilla o único líder gaúcho que em fevereiro de 1945 manifesta o seu apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Assim, também se manifesta José Antônio Flores da Cunha, líder do Partido Republicano Liberal. Entretanto, parece que há uma diferença estrutural no comportamento dos líderes integrantes do Libertador e do Republicano Liberal. Enquanto Pilla se apresenta como permanente opositor de Vargas, Flores da Cunha, em alguns momentos, principalmente, após 1932, desfrutou, em parte, do situacionismo. Posteriormente, o relacionamento entre Flores, Eurico Dutra e Marcondes Filho, ou seja, com as diversas orientações do situacionismo, faz com que a posição de Flores fosse mais branda, procurando, às vezes, um denominador comum entre seus antigos correligionários, o que resulta, gradativamente, e sobretudo, após as eleições de 2 de dezembro de 1945, num aproximamento entre UDN e PSD.

O resultado desses posicionamentos, é que em meados de julho há uma reunião entre Osvaldo Aranha, Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha

para a formação da comissão central executiva da UDN no Rio Grande do Sul, sendo que poucos dias depois é lançado um manifesto em que os partidos Republicano, Libertador e Liberal constituem a junta estadual da UDN. Por sua vez, esse manifesto antecede de três dias a instalação de um diretório do PRR em Porto Alegre. Também, o Partido Republicano Liberal estava organizado com diversos diretórios formados no interior do Estado. Em setembro, o partido republicano é reorganizado por Borges de Medeiros, constituindo a Comissão Central, Joaquim Luiz Osório, Cel. Osório Tuiuti de Oliveira Freitas, Evandro Ribeiro, João Fernandes Moreira, Augusto Carvalho, João Pio de Almeida, Adel Carvalho, Roni Lopes Almeida, Euribíades Dutra Vila, Alcides Miller, Luiz Pinto Chaves Barcelos e Maj. Francisco Aragão.

Nesse mesmo mês, a UDN obtém, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o registro provisório, dando oportunidade a que, a 10 de outubro, os partidos Republicano e Liberal nela ingressem. Desse modo, o Partido Republicano Rio-Grandense e sua dissidência restabelecem novamente a unidade, mas desta vez fundidos sob um novo partido nacional, a UDN, para a qual convergem dois chefes políticos que, por aproximadamente treze anos, estiveram distanciados: Borges de Medeiros e Flores da Cunha.

2.2. Queremismo e reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul:

os setores populares

Logo após haver o Interventor Ernesto Dornelles pedido, em Gramado, o apoio popular à reeleição do Presidente Getúlio Vargas,¹⁸⁰ constitui-se no Rio Grande do Sul, com inequívoca precedência histórica sobre as demais latitudes do país – com a fundação em Porto Alegre, nos últimos dias de fevereiro de 1945, do Comitê Rio-Grandense de Apoio à Candidatura de Getúlio Vargas¹⁸¹ –, o movimento que, brotando, posteriormente nos demais estados, seria nacionalmente conhecido como *queremismo*.

Equivocadamente, Edgar Carone situa a origem do *queremismo* no “*movimento das panelas vazias, de março de 45*”,¹⁸² ocorrido em São Paulo, quando surgem indícios de movimentos simpáticos à idéia de continuidade de Vargas. Aos poucos “*estes movimentos descontínuos e dirigidos vão ser substituídos por outros, mais organizados e de caráter mais abrangente. Eles começam, em junho, com a reunião da Associação das Donas de Casas em Defesa do Lar...*”¹⁸³ Essa visão de Carone, também é compactuada por Jorge

¹⁸⁰ CORREIO DO POVO, 25/2/1945. p. 24.

¹⁸¹ CORREIO DO POVO, 28/2/1945. p. 12.

¹⁸² CARONE, *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 332.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 333.

Ferreira e Elza Borghi Cabral em seus estudos específicos sobre o *queremismo*.¹⁸⁴

Entretanto, não só Dornelles é o primeiro interventor a levantar a bandeira da reeleição de Getúlio Vargas, assim como o movimento *queremista* inicia no Rio Grande do Sul com a inauguração, em 28 de fevereiro, do Comitê Pró-Getúlio Vargas. Entretanto, em seus primórdios, este Comitê é composto por pessoas que, de alguma forma vinculadas ao Estado Novo e ao Presidente, desejam a continuidade deste, legitimada através das eleições, tais como, Francisco Brochado da Rocha, Geraldo Brochado da Rocha, Gabriel Obino, Hermes Pereira de Souza, Tarso Dutra e Clóvis Pestana, entre outros, que, posteriormente alinhados ao PSD, no início de março de 1945, enviam telegrama de apoio a Vargas.¹⁸⁵

No final do mês de maio, o advogado dos sindicatos do 4º Distrito de Porto Alegre, Jayme Boa Vista, congrega partidários para iniciarem um movimento em torno da permanência de Getúlio Vargas, dirigindo a este um apelo para que aceite o lançamento de sua candidatura. Esse movimento pró-Candidatura Getúlio Vargas, entretanto, tem em suas bases elementos alheios à política partidária, ou a cargos públicos, criticando os demais partidos, por possuírem políticos ligados à máquina administrativa, como afirmava Boa Vista: “*viciados na origem*”.¹⁸⁶ Para

¹⁸⁴ CABRAL, Elza Borghi de. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Niterói: UFF, 1984. (Mestrado em História). FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁸⁵ CORREIO DO POVO, 4/3/1945. p. 14.

¹⁸⁶ CORREIO DO POVO, 30/5/1945. p. 8.

presidir o comitê são eleitos: Bernardino de Souza Feijó, comerciário; Pedro de Freitas, cirurgião dentista; Sebastião Vargas, comerciante; Luiz Mazzalli, industrialista, e Jayme Boa Vista, advogado.

A partir de junho, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas veicula suas reuniões através de notas em jornais, afirmando que “*a candidatura Vargas está na consciência dos brasileiros e que o povo elegerá o candidato das suas preferências*”. Também ficam explícitas as intenções desse comitê em se tornar um movimento político popular, segundo as notas “*fora da influência dos políticos da conhecida crônica*”.¹⁸⁷

O *Correio do Povo* do dia 1º de julho traz a seguinte matéria, intitulada “*Movimento Nacional para sufragar nas urnas a candidatura do Presidente Getúlio Vargas*”, durante a instalação do comitê distrital Passo da Areia:

“O comitê pró-candidatura Getúlio Vargas continua a receber adesões em todos os pontos do país, articulando-se um movimento nacional no sentido de sufragar nas urnas o nome do atual presidente da república. O que caracteriza essa campanha é o seu cunho eminentemente popular(...). Destarte, núcleos vão sendo fundados em todos os recantos do Brasil e, dia a dia cresce a solidariedade e avultam as manifestações de simpatia à causa que chega a

¹⁸⁷ CORREIO DO POVO, 24/6/1945. p. 6.

constituir, no momento, a expressão mais viva da vontade e do sentimento brasileiro.”¹⁸⁸

Uma série de núcleos distritais, subordinados ao Comitê Central passaram a ser inaugurados, tanto em Porto Alegre quanto no restante do Estado. No dia 8 de julho, se instalou um comitê no Bairro Higienópolis, ficando constituído dos seguintes elementos: Luiz Dias de Castro, Rui Stoll, Osório Martins, Rui Vargas, Carlos Crippa, Arci Coelho Marques, Alexandrino Sampaio Chaves, Casemiro Xavier de Melo e Silva, Leobaldino Braga, Breno Rosa Pacheco, Rudolfo Jerabek, Mário Freitas Flores, Osmar Salazar da Silveira, José Puglia e Homero Pereira da Rosa.¹⁸⁹ Na mesma data, também ficou instalado o núcleo Galópolis, com a seguinte diretoria executiva: José Dal Prá, presidente de honra; Cláudio Belo, presidente; Pedro Pires, vice-presidente; Renato Orlandi e Nilo Forner, secretários; Antônio Manea e Wilson Goulart, tesoureiros; João Orlandi, Vídio Pirtorello, Adelino Lorenzoni, Luís Canali, Argemiro Rigon, Conselho de Propaganda. Em 15 de julho, instalaram-se comitês em Passo Fundo, Farroupilha, Caxias e Viamão.¹⁹⁰ Em 18 de julho, foi a vez de Dunas, Capão do Leão, Canguçu e Rio Grande.¹⁹¹ Em 21 de julho, se instalou, também, um núcleo em Pelotas.¹⁹² Uma ala feminina pró-Getúlio foi fundada em 18 de agosto, na capital se alastrando rapidamente pelo Estado.¹⁹³

¹⁸⁸ CORREIO DO POVO, 1/7/1945. p. 3.

¹⁸⁹ CORREIO DO POVO, 8/7/1945 .p.18.

¹⁹⁰ CORREIO DO POVO, 15/7/1945. p. 4.

¹⁹¹ CORREIO DO POVO, 18/7/1945 p. 8

¹⁹² CORREIO DO POVO, 21/7/1945. p. 2.

¹⁹³ CORREIO DO POVO, 18/17/1945. p. 8; 19/8/1945. p. 10; 21/8/1945. p. 4; 23/8/1945. p.5; 29/8/1945. p. 8.

O movimento queremista gaúcho se estende rapidamente, se organizando em diversas cidades, entre as quais São Leopoldo, Novo Hamburgo, Vacaria, Uruguaiana, Camaquã, Santa Vitória do Palmar, Esteio, Cachoeirinha. Em Rio Grande, é realizado um desfile com mais de cinco mil componentes aos gritos de “*Queremos Getúlio*” e levando cartazes que diziam “*Getúlio se te queremos de novo, é porque és homem do povo!*”.¹⁹⁴ Em Vacaria, quando da visita do Interventor Federal Ernesto Dornelles, em maio, uma grande massa popular lhe rendeu uma expressiva homenagem, com mais de 1.500 cavalarianos e 1.200 colegiais, que gritavam “*vivas a Dornelles!*” e “*Queremos Getúlio!*”.¹⁹⁵

A partir de então, uma série de comícios, e ondas de telegramas, pedem a Vargas para lançar sua candidatura. Em 23 de agosto, a ala-trabalhista pró-candidatura Vargas organiza um comício no largo da prefeitura de Porto Alegre, convocando a população e os trabalhadores em geral. Ainda em agosto, um telegrama com mais de 30 mil assinaturas é enviado a Vargas pedindo sua permanência.¹⁹⁶ Em Pelotas, no 27 de agosto, é realizado um comício, que segundo o *Correio do Povo*, “*constitui uma viva demonstração da popularidade de que goza o presidente Vargas nos meios operários, pois foi uma das maiores reuniões públicas realizadas em Pelotas.*” Segundo o jornal, “*o comício contou com mais de 8 mil assistentes em perfeita ordem e vibrante entusiasmo*”.¹⁹⁷ De Palmeira partiu um telegrama pedindo a candidatura de Vargas e o afastamento

¹⁹⁴ CORREIO DO POVO, 4/3/1945. p. 14

¹⁹⁵ CORREIO DO POVO, 22/5/1945. p. 10.

¹⁹⁶ CORREIO DO POVO, 24/8/1945 .p.10.

¹⁹⁷ CORREIO DO POVO, 28/8/1945 p. 5.

de Dutra.¹⁹⁸ De Gravataí, parte um telegrama comunicando a criação do comitê local e o lançamento do nome de Vargas para a eleição.¹⁹⁹

Em São Leopoldo, o Comitê pró-Getúlio Vargas, sindicalistas e a ala-trabalhista do PSD organizaram um grande comício queremista. Participaram desse *meeting* os oradores: Parahim Lustosa; José Miranda, presidente do Sindicato do Sindicato de Construções Civis, daquela cidade; Emílio Tibúrcio Salvador, representante do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo; Pedro Petry, representantes dos comerciários de Novo Hamburgo; Mac Maon Pontes, ferroviário; Paulo dos Santos, representante do comitê de Cruz Alta; José Vecchio, transviário; Egon Campani, Merne Castilhos, e Zilmar Vasconcellos, vice-presidente da ala-trabalhista do PSD.²⁰⁰ Após o comício, foi endereçado a Vargas o seguinte telegrama: *“Povo de São Leopoldo, neste momento reunido em praça Prefeitura, brada seu entusiasmo nome V. Excia., milhares de vozes clamam candidatura Getúlio Vargas, garantia de ordem em nossa pátria”*.²⁰¹

Enfim, o queremismo adquire no Rio Grande do Sul a característica que lhe seria peculiar, um movimento popular. E prossegue crescendo, como se pode observar nas palavras de Protásio Vargas, em carta a seu irmão Getúlio Vargas: *“O queremismo continua apesar de tudo e novos Comitês dos moços se criam”*.²⁰² Essa referência de Protásio Vargas é clara: trata-se das oposições ao movimento

¹⁹⁸ CORREIO DO POVO, 31/8/1945. p. 8.

¹⁹⁹ CORREIO DO POVO, 30/8/1945. p. 4.

²⁰⁰ CORREIO DO POVO, 2/9/1945. p. 4.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Arquivo Getúlio Vargas, 45.06.05. A numeração segue conforme o CPDOC/FGV.

queremista, o qual teve toda a sua *“gloriosa campanha abafada pelas forças políticas e pelas forças armadas.”*²⁰³

O que é importante assinalar do ponto de vista desse estudo, consiste em que, ao situar a origem e a primeira manifestação queremista no “movimento das panelas vazias”, que ocorre em março de 1945, na capital paulista, a historiografia específica sobre a temática, simplesmente, ignora a processo político rio-grandense. Entretanto, cabe assinalar que, ao longo do ano de 1945, são constantes as manifestações do Presidente Vargas reiterando que não é candidato, inclusive solicitando que sejam cessadas quaisquer atividades nesse sentido, mas independentemente desses apelos, o movimento continua recebendo adesões e apoios por todo o país.

Em 22 de julho o *Correio do Povo* noticia que o Comitê Pró-Getúlio Vargas será um partido político e que com o *“fim de concluir os atos consultivos da entidade jurídica já foram convocados pelo Comitê Central de Porto Alegre os representantes de Comitês de outras unidades federativas, que deverão se encontrar no Rio de Janeiro”*.²⁰⁴ Menos de um mês depois é noticiada a fundação, no Rio de Janeiro, do Partido Trabalhista Brasileiro por um grupo de líderes trabalhistas.

Logo após, a 24 de agosto, o Comitê Rio-Grandense Pró-Getúlio Vargas é organizado em Porto Alegre, sob a direção de Afonso de Assumpção Vianna, e

²⁰³ Arquivo Getúlio Vargas, 46.08.12/1. Afonso de Assumpção Vianna em carta a Vargas.

²⁰⁴ CORREIO DO POVO, 22/7/1945. p. 4.

filiado ao Comitê do Distrito Federal. No dia seguinte, é iniciada, oficialmente, a campanha queremista em Porto Alegre, com um comício em que se pronunciaram diversos oradores, entre eles: Ataliba Paz, ex-Secretário da Agricultura e Diretor da Caixa Econômica Federal; José Vecchio, pelos transviários; Zilmar Vasconcellos, contador; Mac Mahon Pontes, ferroviário; e Raul Gudolle. Nessa ocasião, a comissão trabalhista organizadora do comício popular transmite mensagens a Getúlio Vargas, solicitando-lhe que se desincompatibilize para se candidatar; ao Gen. Góis Monteiro, pedindo-lhe que seja intérprete do movimento no sentido da desincompatibilização do Presidente Vargas; ao Gen. Dutra e ao Brigadeiro Eduardo Gomes, comunicando a ambos do conteúdo do telegrama enviado ao Presidente.

O grupo de sindicalistas trabalhistas gaúchos, formado por José Vecchio, presidente, Silvio Ulderico Sanson, secretário, Zilmar Vasconcellos, vice-presidente, entre outros, convencidos da necessidade de ingressarem na política partidária, aderiram, em sua maioria, ao recém-fundado Partido Social Democrático (PSD), até então o único partido identificado com Getúlio Vargas. No entanto, sabiam que no PSD encontrariam políticos que nunca haviam estabelecido vínculos com o movimento sindical. Assim, entraram no partido com uma organização própria deles, chamada de “*ala trabalhista do PSD*”, que logo se espalhou pelo Rio Grande do Sul.²⁰⁵

²⁰⁵ CORREIO DO POVO, 8/7/1945 p. 18; 14/8/1945. p. 12; 21/8/1945. p. 10.

No entanto, logo os sindicalistas perceberam que, entre eles e os políticos do PSD, as afinidades eram poucas. Como exemplo, José Vecchio conta um episódio. Segundo ele, em uma sala na sede do partido, presenciou um jovem operário conversar com um dirigente político, Gabriel Obino. Pela resposta de Obino, Vecchio percebeu do que se tratava: *“Foi ótimo chegares agora aqui, rapaz, [disse Obino]. Pois casualmente está aqui o presidente da ala trabalhista do PSD, o José Vecchio, ele vai te encaminhar para um emprego”*.²⁰⁶ Vecchio, contrariado, encarou o jovem, ouvindo dele: *“Pois é, doutor...”*. Vecchio, irritado, interrompeu-o:

“Mas espera um pouco rapaz, tu trabalhastes na Carris, depois fostes para a Guarda Civil, tu me conheces e sabes que eu não sou doutor. Sou teu companheiro, operário; que bobagem é esta? Doutor é esse aí [Obino], eu não sou! Sou um operário, um trabalhador igual a ti, apenas um pouco mais esclarecido. Mas se queres trabalhar, não é aqui que vais arrumar emprego, isso não é comércio, não é indústria, nisto aqui tens que entrar, se gostares do programa e do estatuto. Aí, então, tu entras para vir brigar em favor dos outros lá fora. Mas emprego não tem.”²⁰⁷

O jovem, desapontado, foi embora. Gabriel Obino tentou argumentar: *“Ora, Vecchio, mas que barbaridade, tu não devias ter dito isso, rapaz! Tinhas que dizer para este camarada voltar amanhã. No outro dia ele voltava, dizias que estava*

²⁰⁶ VECCHIO, José. *Depoimento*. op. cit., p. 49.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 52.

providenciando. Vai indo, vai indo, ele depois se retira, mas sempre fica filiado ao partido".²⁰⁸ Vecchio, então disse a Obino:

“Mas é isso que é o PSD? nós não viemos aqui para isso, seu doutor. Para o trabalhador não se deve mentir. Trabalhador é cioso da sua responsabilidade, ele não pode e não deve ser enganado, por isso pratiquei assim. Se esta é a orientação do partido dos senhores, eu estou militando no partido errado.”²⁰⁹

Gabriel Obino, percebendo o equívoco, logo pediu desculpas a Vecchio. Essa falta de afinidade entre os sindicalistas trabalhistas e os políticos pessedistas têm sua razão de ser, pois eles possuíam lógicas e tradições políticas diferentes. Logo, a ala trabalhista do PSD adere inteiramente ao queremismo gaúcho, sendo que muitos de seus membros, inclusive Vecchio, estavam na sua organização desde fevereiro, com a fundação do Comitê de Candidatura Pró-Getúlio Vargas.²¹⁰ Essa adesão ao queremismo distancia cada vez mais a ala trabalhista do próprio partido, logo que a candidatura Eurico Dutra já vinha sendo preparada desde abril.

Um dos mais importantes partidos políticos do período, no Rio Grande do Sul, é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assim como o PSD e a UDN, o PTB se constitui, enquanto organização, durante o ano de 1945. Entretanto, ao contrário do PSD e da UDN, a origem partidária prévia ao Estado Novo parece

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Ibid. p. 53.

²¹⁰ CORREIO DO POVO, 28/2/1945. p. 12.

irrelevante na composição do PTB gaúcho. A justificativa para tal afirmação encontra-se em que seus quadros dirigentes, tanto quanto os membros desse partido, provêm, indistintamente, dos diferentes partidos, organizações e dissidências, anteriores a novembro de 1937.

Mais precisamente, a formação do PTB se dá na segunda metade do ano de 1945, apresentando uma peculiaridade que convém assinalar: seus membros já haviam, no primeiro semestre, participado de algum movimento político constituído em 45 – o movimento queremista e a ala trabalhista do PSD.

Com a fundação do PTB no Rio Grande do Sul, em 14 de setembro de 1945²¹¹, assume a presidência, vice-presidência e a primeira secretaria os líderes queremistas, e pertencentes à ala-trabalhista do PSD, José Vecchio, Sílvio Sanson e Zilmar Vasconcellos, os quais, nessa fundação, assinam carta para Getúlio Vargas pedindo a este que assuma a presidência do partido, que, embora datada de 29 de outubro, provavelmente, deve ter sido escrita em 29 de novembro, pois é remetida para São Borja, e trata de assuntos ocorridos no final de novembro. Nessa carta enviam a Getúlio Vargas a *“solidariedade ao sacrifício pessoal que se consumou com a mensagem de apoio à candidatura Gaspar*

²¹¹ A comissão executiva do PTB gaúcho, conforme documentação do seu Diretório Estadual, é a seguinte: Sylvio Sanson, presidente; Darcy Gross; Clodomiro Batista; Milford Bastos; Edison Chagas; Samuel Figueiredo; Alarico Lopes; José César Mesquita; Arthur Michel; José Luiz Prado; Paulo dos Santos; Ari Siqueira; Leopoldo Machado Soares; Sady Machado Soares; Max Schoen; Álvaro Telles e Adílio Viana. Arquivo Getúlio Vargas, 45.00.00/10

Dutra".²¹² E ainda, lamentam “as confusões surgidas no âmbito do PTB”²¹³, e afirmam que a Comissão Executiva Nacional não assumiu compromisso algum.

Segundo José Vecchio, a participação da ala trabalhista do PSD na criação do PTB se deu da seguinte forma:

“Em 1945, todos os dirigentes sindicais de Porto Alegre integravam, sob minha presidência, a ala trabalhista do Partido Social Democrático – PSD. (...). No dia 14 de setembro de 1945, como Presidente da ala trabalhista do PSD, convoquei todos os seus membros, solicitando ao nosso companheiro Sílvio Sanson, que apresentasse a todos os presentes em seu relatório da viagem para deliberação. Em questão a decisão de continuar na ala trabalhista do PSD ou fundar, no Rio Grande do Sul, o Partido Trabalhista Brasileiro. Discutido o assunto, ficou deliberado que, a contar desta data, ficava fundado o Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul e extinta a ala trabalhista do PSD. (...). A dois de outubro de 1945, na sede provisória do PTB, à Praça Parobé, 120, como consta da Ata nº 1 do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, das trinta e três pessoas que o integravam apenas duas eram bacharéis”.²¹⁴

²¹² Arquivo Getúlio Vargas, 45.10.29/1.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sessão do dia 26/3/1980.

Os sindicalistas trabalhistas gaúchos tomam ciência da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio de Janeiro. Partido que recebe o apoio de Vargas e, logo, se alinha ao queremismo nacional. Assim, a ala-trabalhista do PSD, após uma deliberação entre seus membros, funda o PTB no Rio Grande do Sul, que tem em sua organização José Vecchio, e seu ex-secretário na ala trabalhista do PSD, Silvio Sanson. Ambos ligados ao queremismo gaúcho.

O surgimento do PTB, portanto, não foi, como a historiografia comumente afirma, uma invenção de última hora para barrar o crescimento do PCB. Sua fundação resultou de tradições políticas que circulavam entre os próprios trabalhadores, que almejavam a institucionalização do trabalhismo em um partido. O partido, pelo menos no Rio Grande do Sul, foi fundado exclusivamente por ativistas queremistas, na maioria presidentes de sindicatos. Vecchio organizou o PTB em Porto Alegre, enquanto Silvio Sanson, primeiro presidente da organização e defensor intransigente do projeto de que no partido só entrassem trabalhadores, excluindo a participação de bacharéis e políticos profissionais, se encarregou de estruturar o partido no interior do estado. Essa orientação de Sílvio Sanson acaba sendo derrotada, pois Vecchio entendia da necessidade do PTB gaúcho se abrir a algumas autoridades políticas como, por exemplo, Alberto Pasqualini, que logo vai se apresentar como uma liderança nacional do PTB.

Porém, o Partido Trabalhista Brasileiro, como já foi mencionado, não é composto somente por integrantes do Comitê Pró-Getúlio Vargas, isto é, somente por queremistas; também, o integram membros provenientes da ala-trabalhista do

PSD, dos sindicatos, do Partido Comunista, da USB e do MUT. Entretanto, todos queriam a desincompatibilização que viabilizaria a posterior reeleição de Vargas à Presidência.

Nesse período, de reorganização partidária, no Rio Grande do Sul, não são nítidos, ainda, os contornos que separam o PSD do PTB. Alguns membros do PSD pertencem ao movimento queremista; outros migram para o PTB, sem formalizarem, previamente, uma dissidência. No Rio Grande do Sul, o presidente do PSD, excepcionalmente, não é o interventor, mas sim Getúlio Vargas, que também é o presidente de honra do PTB gaúcho. Getulistas, queremistas, trabalhistas, dessa forma, pertencem a um ou ao outro partido.

Em outubro de 1945, se sucedem decretos-leis que revelam muito bem as condições de extrema incerteza em que mergulhara a política nacional. Isso se reflete no desconcertante comportamento de Vargas que, através do Decreto nº 8.063 de 10 de outubro de 1945, estende as eleições do dia 2 de dezembro – que primeiramente, eram para Presidência da República, Conselho Federal e Câmara de Deputados – aos Executivos e Legislativos estaduais. Esse decreto dispõe também sobre a formação das comissões que elaborem, em 20 dias, as Cartas Constitucionais do Estados Brasileiros.

Essas medidas de Vargas acentuam a percepção de ameaça que sentem as oposições liberais conservadoras. Essa percepção ainda se avoluma em reação à quantidade de comícios queremistas que se sucedem por todo o país no

mês de outubro de 1945, em apoio a Vargas. Significativamente, o comício queremista de 23 de outubro é o episódio que aglutina as forças que se opunham à continuidade de Vargas. As vésperas desse comício, há no *Correio do Povo* um “Aviso aos Queremistas”, assinado por Assumpção Vianna, para que não se comprometam com partido algum, uma vez que sua bandeira é “Getúlio”.

Com a confirmação das eleições para o Executivo e Legislativo Nacional se torna necessário, ao PTB, apesar de revogado o Decreto nº 8.063 e conseqüentemente suspensas às eleições estaduais, coalizar com a União Social Brasileira (USB), para poder apresentar candidatos à deputação federal, aliança que se constitui em 31 de outubro de 1945. A USB provém do Movimento de Articulação Popular de Adesão e Apoio ao Programa Social de Alberto Pasqualini.

Nas vésperas da decretação da Lei Constitucional nº 9, Alberto Pasqualini – membro do Partido Libertador até dezembro de 1937, Secretário do Interior da Interventoria Dornelles, em 1943-44 e membro do Conselho Administrativo do Estado – declara à imprensa não possuir compromisso com nenhuma corrente política.²¹⁵ Entretanto, suas declarações parecem não corresponder com a realidade, uma vez que na quinzena subsequente seu nome aparece, por dois momentos, vinculado a forças políticas em formação. No primeiro momento, há uma notícia de uma articulação em torno de seu nome como candidato a governador do Estado.²¹⁶ Mas esse fato, ao que tudo indica, não pode ser

²¹⁵ CORREIO DO POVO, 1/3/1945. p. 10.

²¹⁶ CORREIO DO POVO, 4/3/1945. p.24.

traduzido como compromisso de Pasqualini, pois a articulação poderia estar sendo realizada a sua revelia.

Mas, quando da formulação da “Advertência aos Libertadores”, Pasqualini é explícito, logo após a primeira reunião, quando declara que não poderia subscrever a nota aos libertadores “*nos termos em que fora redigida, porquanto tinha compromissos em torno de um programa que estava congregando diferentes setores de opinião e das forças produtoras do Estado*”.²¹⁷ Entretanto, termina assinando a “Advertência aos Libertadores”.

No mês seguinte, Alberto Pasqualini tornara mais definida sua posição quando, respondendo a uma crítica de Batista Luzardo, que o acusa de estar criando um novo partido sem haver se demitido do Diretório Libertador, explica que não pretende criar um partido mas,

“realizar um movimento de caráter puramente doutrinário para discutir problemas nacionais e assuntos que respeitem à vida e à economia do nosso Estado, fazer uma consulta a todas as classes e setores da opinião com o fim de verificar quais as verdadeiras necessidades, tendências e legítimas aspirações do povo.”²¹⁸

Ainda em abril, sob o título “*Sugestões para um Programa*”, o *Correio do Povo* publica um artigo de Pasqualini, no qual esse define seu pensamento. É

²¹⁷ CORREIO DO POVO, 15/3/1945. p. 10.

²¹⁸ Nossa única Filosofia, artigo de Alberto Pasqualini. CORREIO DO POVO, 3/4/1945. p. 4

interessante salientar, pelo menos, um aspecto desse artigo: a utopia estrutural do artigo, que pretende ser o bem coletivo o objetivo da organização política e da organização econômica, dessa forma, definir o bem coletivo como finalidade da organização política, do Estado, é um argumento que supõe a existência de um interesse público e de uma racionalidade comuns e universais à sociedade inteira, ignorando precisamente a natureza conflitual da política.

Entretanto, cabe destacar que Pasqualini é o primeiro, senão o único, a se opor ao Artigo 39 da Lei Eleitoral de 1945, acusando-a de fascista, pois, segundo Pasqualini, defendo o Artigo 121 da Constituição de 1937. O art. 39 de 1945, dispõe que somente podem concorrer às eleições os candidatos registrados por partidos ou alianças partidárias, enquanto o art. 121, da Constituição de 1937, definia como inelegíveis apenas aqueles que não podiam ser eleitores. Pasqualini tem a impressão de que a Lei Eleitoral não é somente inconstitucional como também *“um verdadeiro atentado contra o regime democrático, pois torna virtualmente inelegível todo cidadão que não figure em lista de partido”*.²¹⁹

As idéias de Pasqualini encontram ressonância no Rio Grande do Sul e, em julho, o Movimento de Articulação Popular de Adesão e Apoio ao Programa Social de Alberto Pasqualini já havia tomado vulto, mas somente em setembro – quando Pasqualini retorna do Rio de Janeiro, onde colaborava na Redação da Carta de Paz Social idealizada por João Daudt de Oliveira, a qual *“visa criar um compromisso de cooperação entre patrões e empregados no sentido de*

²¹⁹ Entrevista com Alberto Pasqualini, CORREIO DO POVO, 3/6/1945. p. 12.

conjugarem os seus esforços para assegurar a paz social e o engrandecimento do país” é que o Movimento pró-Alberto Pasqualini se transforma em União Social Brasileira (USB), quando é lançado o Manifesto-Programa da USB, assinado por Pasqualini. Este Manifesto-Programa declara que a USB “visa à união de todas as classes sociais para, em ação harmônica e conjunta, realizar o bem público, a paz social e o engrandecimento da Nação.”²²⁰

É instalada, no Teatro São Pedro, imediatamente, a União Social Brasileira; e, posteriormente, com a outorga do Decreto nº 8.063, a USB lança a candidatura de Alberto Pasqualini, a governador do Estado.

Com a indicação de Vargas aos trabalhadores para se filiarem ao Partido Trabalhista, imediatamente, o Comitê Pró-Getúlio Vargas considera que *“está claramente apontado, sem a menor sombra de dúvida, o caminho a ser seguido por todos os queremistas: filiar-se ao Partido Trabalhista Brasileiro para que nas urnas se demonstre que a vontade popular não pode ser vencida nem pelo arbítrio nem pela violência”*.²²¹

Diversamente da USB – em cujos quadros, heterogêneos, encontram-se profissionais liberais, intelectuais e, inclusive, um banqueiro –, o Partido Trabalhista Brasileiro apresenta, à época de sua fundação, a fisionomia de um partido de trabalhadores, apesar dos vínculos com o PSD. Seu diretório é

²²⁰ Manifesto-Programa da USB, Arquivo João Batista Marçal; CORREIO DO POVO 16/9/1945. p. 11.

²²¹ Nota do Comitê Pró-Getúlio Vargas, CORREIO DO POVO, 20/11/1945. p. 3.

composto na sua maioria, por trabalhadores: Sílvio Sanson, José Baudelino de Lemos, João Augusto Rodrigues, José Vecchio, Belmonte Macedo, Otildo Mossmann, Zilmar Vasconcellos, Antônio Achutti, Manuel Palma Martins, Bernardino Caetano Fraga e Guilherme Mariante. Também a primeira chapa que apresenta contém, aproximadamente, 50% de trabalhadores. Entre vinte e dois candidatos, dos quais cinco são figuras expressivas da USB, há seis industriários, dois comerciários, dois ferroviários, sete profissionais liberais, um criador, um ruralista, dois funcionários públicos e um bancário.²²²

Há, dessa forma, uma diferença entre a primeira e a segunda chapa apresentadas pela aliança PTB-USB. Na segunda, publicada doze dias depois, a percentagem de trabalhadores decresce para 45,4%, sendo composta da seguinte forma: oito profissionais liberais, cinco industriários, um industrial, dois comerciários, um criador, um ruralista, dois ferroviários, um bancário e um funcionário federal. Em qualquer das duas chapas, entre os candidatos da USB só um era trabalhador.

Entretanto, o PTB não possui candidaturas próprias para presidência e senadores, indicando a seus eleitores que votem nos candidatos a senador pelo PSD: Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles. Porém, os queremistas são contrários ao General Dutra, por considerá-lo “*conviva permanente do grande banquete onde*

²²² Nota do PTB, CORREIO DO POVO, 18/11/1945. p. 3.

se preparava o sacrifício do sr. Getúlio Vargas”²²³ e, portanto, não podem aconselhar os companheiros a sufragar seu nome.

Somente após Getúlio Vargas, já no exílio em São Borja, dar seu apoio à candidatura Dutra, ao enviar um documento declarando que o General Dutra se encontra dentro às idéias do programa trabalhista, e de haver o candidato à presidência do Partido Social Democrático respondido à sua consulta, é que o Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul apóia a candidatura do General Dutra à presidência da República. Quanto ao movimento queremista, já então filiado ao PTB, embora não apoiando claramente o General Dutra, o faz indiretamente, ao considerar que a palavra de Getúlio Vargas deve ser ouvida.

Quando a direção estadual do Partido Trabalhista Brasileiro resolve apoiar a candidatura presidencial de Dutra, Pasqualini se opõe àquela resolução, que teria sido *“motivada pela atual atitude do presidente do Partido, expressa em recente mensagem que a imprensa ora divulga”*²²⁴ e que *“constitui um dos mais deploráveis documentos políticos de nossos dias, trazendo razões de profundo desencanto para todos aqueles que viam no seu eminente autor líder e defensor das classes trabalhadoras”*.²²⁵ Dessa forma, a USB denuncia a aliança com o PTB por haver este realizado *“acordos que a moral política não pode recomendar”*,²²⁶ deixando a seus membros a liberdade de, caso eleitos, não assumirem a deputação. A direção do Partido Trabalhista Brasileiro replica asperamente,

²²³ Nota do Comitê Pró-Getúlio Vargas, CORREIO DO POVO, 22/11/1945. p. 5.

²²⁴ Arquivo Getúlio Vargas, 45.11.14.

²²⁵ Carta de Alberto Pasqualini ao PTB, CORREIO DO POVO, 29/11/1945. p. 14.

²²⁶ Idem.

apelando para a unidade dos trabalhadores brasileiros em torno da política definida por Vargas.

Todavia, realizadas as eleições de 2 de dezembro de 1945, somente um candidato sob a sigla do PTB vence: Artur Fischer, ruralista, membro da USB, o qual assume sua cadeira na Câmara Federal.

Em abril de 1945, Luís Carlos Prestes é anistiado e posto em liberdade, imediatamente após, começa a reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Para tanto, a palavra de ordem de Prestes é “*paz, ordem e tranqüilidade.*”

No Rio Grande do Sul, o partido é solenemente inaugurado no dia 30 de julho de 1945, com a presença do Secretário Nacional de Divulgação do Partido, Maurício Grabois, da delegação de comitês municipais gaúchos e de representante do Chefe de Polícia.²²⁷ Contando com a presença de mais de 15 mil pessoas, a frase se ordem lançada foi “*não existe democracia, lá onde a classe operária não tem liberdade para organizar-se.*”²²⁸ Na data de sua instalação, o PCB já possui, no estado, comitês municipais em dezoito cidades, nos maiores centros industriais e, conseqüentemente, de maior concentração operária. Para a instalação do Comitê Estadual do PCB, em Porto Alegre, - que tem como secretário geral Abílio Fernandes, metalúrgico -, Luís Carlos Prestes não comparece, mas envia mensagem de apoio.

²²⁷ CORREIO DO POVO, 27/7/1945 p. 8.

²²⁸ Idem.

O Partido Comunista Brasileiro, no Rio Grande do Sul, precisou enfrentar não só a oposição ferrenha da Liga Eleitoral Católica (LEC), como o repúdio dos tradicionais partidos gaúchos (PRR, PRL, PL) e dos novos partidos (UDN e PSD). O *Correio do Povo* de 30 de setembro publica tanto frases do diretório do PSD, quanto, também, frases de Flores da Cunha, de Borges de Medeiros, de Raul Pilla e de Armando Câmara, e ainda, declarações da LEC e dos partidos Libertador, Republicano Rio-Grandense, Social Democrático e Republicano Liberal, todos contrários ao comunismo.

Ao longo do ano de 1945, o PCB propugna pela União Nacional e por uma candidatura civil à Presidência da República. Esta última será lançada na segunda quinzena de novembro, quando deposto Vargas e, conseqüentemente, abandonado o *slogan* Constituinte com Getúlio – é lançada a candidatura presidencial, pelo partido Comunista Brasileiro, de Yedo Fiúza.

Em sua campanha de Constituinte com Getúlio, Prestes vem ao Rio Grande do Sul duas semanas antes da queda do Presidente e discursa em diversas cidades do estado, defendendo a idéia da necessidade de uma nova constituição para que o povo se possa fazer representar. Até a deposição de Vargas, a palavra de ordem do PCB é “apertar o cinto”, “denunciar as greves” e “Constituinte com Getúlio”.

Nas eleições de 2 de dezembro, o PCB concorre para todos os cargos, e contará no Congresso Nacional com um deputado: Abílio Fernandes, e na

Assembléia Legislativa com três representantes: Otto Alcides Ohlweiller, químico; Dionélio Machado, psiquiatra e Antônio Pinheiro Machado Neto, advogado.

2.2.1. Greves e participação política (1945)

O período de democratização que seguiu à queda do Estado Novo é muito significativo para a história da luta sindical no país. Em Porto Alegre, algumas categorias começaram a se mobilizar, a partir da pressão dos grupos de fábricas sobre os sindicatos sobre os sindicatos já no ano de 1944. Os metalúrgicos, no final de novembro, desencadearam uma paralisação que duraria 15 dias, reivindicando aumento salarial de 1.000 réis por dia.²²⁹

No Rio Grande do Sul, uma nova onda grevista ocorreria em 1945, numa conjuntura marcada pela redemocratização, pela reorganização partidária e pela eclosão do movimento queremista.

²²⁹ CORREIO DO POVO, 29/11/1944. p. 8.

No que diz respeito às forças políticas atuantes no movimento operário, dois processos merecem destaque: de um lado, a formação do PTB, que pretendia dar organicidade à imensa simpatia dos trabalhadores pela figura de Vargas, na medida em que esse era identificado com a legislação social produzida por seu regime; de outro, a preparação do PCB para viver um “novo” período de legalidade. Os comunistas, que inicialmente ensaiaram uma aproximação das forças democráticas anti-Vargas, logo avaliaram que a melhor opção conjuntural seria contribuir para a manutenção de Vargas, enquanto se realizasse uma constituinte, para assim, impedir a consolidação de uma nova aliança conservadora no poder. Daí o apoio comunista ao queremismo, buscando transformar o lema *Queremos Getúlio!* em algo mais complexo *Queremos Constituinte com Getúlio!*

Nessa fase, segundo alguns estudiosos e ex-dirigentes, os comunistas se viram subitamente transformados num simulacro de partido de ordem, apelando aos trabalhadores que não fizessem greves, que “apertassem os cintos” e colaborassem com os patrões. Como demonstra Paoli, essa linha política se chocava frontalmente com o avanço das lutas operárias que, aproveitando a euforia democrática, se disseminavam pelo País, paralisando as fábricas e tomando as ruas. Os dirigentes comunistas teriam se mostrado incapazes de aprender “*os desafios concretos para a classe*”.²³⁰ Se é que existem tais desafios. O impasse entre as orientações conflitantes do movimento grevista e do partido

²³⁰ PAOLI, Maria Célia. O trabalhador urbano na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio L. (Org.) *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987. p. 99.

colocou os militantes em fogo cruzado, mas muitos, como Eloy Martins, ainda que com alto custo, optaram seguir a tendência definida pelas bases.

No mesmo ano, numa assembléia dos metalúrgicos, no salão da Sociedade Espanhola, que discutiam um aumento de salários, Eloy Martins, que seria o último orador, encontrou os trabalhadores agitados. Contrariando a linha do PCB e dos oradores que o precederam, ele interveio no sentido da deflagração da greve, que logo a seguir foi aprovada. A situação se repetiu quando, encarregado de levar solidariedade a uma assembléia de ferroviários em Santa Maria, também discursou a favor da paralisação. Em consequência, foi “*duramente criticado e rebaixado de responsabilidade na direção do partido no município*”, passando de secretário “*a simples membro da comissão sindical*”.²³¹

Apesar de muitas contradições, esse foi, sem dúvida, o momento de maior crescimento na história do Partido Comunista. Captando a simpatia pela União Soviética, após a libertação do Leste europeu na Segunda Guerra, e por Luís Carlos Prestes, que fora anistiado em abril, o partido conseguiria, na sua breve legalidade, expressar politicamente não apenas um dos setores mais significativos do movimento operário em rearticulação, mas também uma série de outros segmentos emergentes da sociedade civil organizada, tais como moradores de bairros populares, mulheres, intelectuais e estudantes. Na eleição presidencial do final do ano, o candidato do PCB, Yedo Fiúza, conseguiria um resultado

²³¹ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989. p. 77.

surpreendente, atingindo 10% da votação nacional, índice que em Porto Alegre se elevaria a 30%, o que fazia dele o segundo candidato mais votado no município, atrás apenas de Eurico Dutra, cuja votação, em Porto Alegre, ficou com média de 48%.²³²

A definição e implementação de uma linha sindical pelos comunistas, ainda estava sujeita à polêmica, quando, no início do ano, se iniciava uma série de greves por todo o estado, que atingira Porto Alegre, com maior peso, em abril. Já os trabalhistas queremistas estavam em franco processo de constituição de definição de identidade, buscando se diferenciar dos setores conservadores tradicionais, que haviam dado sustentação a Vargas.

Os conflitos trabalhistas de 1945 renunciaram-se já em janeiro de 1945, quando os frigoríficos da região sul do estado, como o Swift de Rio Grande e Rosário, assim como o Armour, de Livramento, iniciaram demissões em massa.²³³ Demissões que fizeram com que o governo aprovasse a dissolução do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Carne e Derivados de Rio Grande, sob a alegação de que *“a profissão exercida pelos mesmos enquadra-se perfeitamente no comércio, integrando na mesma categoria profissional de empregados no comércio”*.²³⁴

²³² NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1995, p. 23.

²³³ CORREIO DO POVO, 18/1/1945. p. 16.

²³⁴ CORREIO DO POVO, 2/2/1945. p. 8.

No final do mesmo mês, os mineiros ligados ao setor carvoeiro, em São Jerônimo, iniciavam uma mobilização reivindicativa, contando com a simpatia de José Diogo Brochado da Rocha, presidente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), que os visitara pouco tempo antes. O movimento desembocou numa greve de mais de uma semana, exigindo “*aumento salarial e condições humanas de trabalho*”.²³⁵ A extração do carvão havia se intensificado, na medida em que a guerra levava à redução do fornecimento de petróleo, e o trabalho ocorria 24 horas por dia, com revezamento contínuo de turmas. O caráter estratégico da produção serviu de justificativa para que, diante da paralisação, o Exército realizasse uma intervenção nas minas.²³⁶

Ainda em fevereiro, José Diogo alertava os ferroviários a não sucumbirem aos “*cantos da sereia*”, pois frente à carestia, o governo do Estado propusera um aumento de 50 cruzeiros em seus vencimentos, ou aumentar o abono familiar de 20 cruzeiros para 35, e ainda, em 50 cruzeiros por filho. A responsabilidade desse aumento, que já tramitava no Rio, ficaria sob encargo do próprio governo do estado, ainda para o mês de março.²³⁷

Entretanto, a 5 de abril, seria a vez dos próprios ferroviários pararem, demandando a permanência de Brochado da Rocha na direção da Viação Férrea, a aprovação dos estatutos que os definiam como funcionários públicos, um

²³⁵ CORREIO DO POVO, 29/1/1945. p. 4.

²³⁶ As páginas que se seguem baseiam-se no jornal CORREIO DO POVO, e em MOURE, Telmo Remião. O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945). Porto Alegre: UFRGS (Monografia de conclusão de curso), 1979.

²³⁷ CORREIO DO POVO, 20/3/1945 p. 4.

aumento no salário mínimo, aumentos escalonados de acordo com as faixas salariais e ausência de represálias após a greve. No dia seguinte, os principais setores da ferrovia: almoxarifado, via permanente, tráfego e movimento estavam desativados. Apenas o telégrafo, necessário para a coordenação do movimento grevista, foi mantido operando. José Diogo, aclamado nas reuniões grevistas, nas quais era saudado como “*um ferroviário que participa dos sentimentos da classe*”, e considerado o *delegado* da categoria no governo, conclamava, porém, os trabalhadores a que meditassem sobre os “*prejuízos que sua atitude traz à nossa economia*”. Endossando a fala do diretor, o líder grevista Doroci da Silva persuadiu seus colegas a aprovar o retorno ao trabalho numa assembléia realizada no dia 6 de abril. Entretanto, 3 dias depois, a Associação dos Ferroviários sul-riograndenses condena o desfecho dado à greve, voltando atrás no dia seguinte, e reafirmando a lealdade para com seu Diretor, José Diogo Brochado da Rocha.²³⁸

Paralelamente, na Carris de Porto Alegre, os bondes eram imobilizados por grevistas às 17 horas do dia 5 de abril, demandando um aumento de 40% sobre os salários vigentes, dois fardamentos gratuitos por ano e oito horas de trabalho diárias.²³⁹ A empresa alegava que uma solução para essas reivindicações só poderia vir da administração central, no Rio de Janeiro, e que se encontrava em regime deficitário. Já o prefeito municipal, Antônio Brochado da Rocha, irmão de José Diogo, exigia da companhia o atendimento dos pleitos operários e, tentando obrigá-la a “assumir uma atitude positiva”, prometia pagar dos cofres públicos aos

²³⁸ CORREIO DO POVO, 10/4/1945. p. 4.

²³⁹ CORREIO DO POVO, 6/4/1945. p. 8.

empregados, se a companhia não tivesse condições de fazê-lo. O que demonstra a importância das lutas trabalhistas do período. O próximo ator a intervir no processo é o jornalista Arlindo Pasqualini, irmão de Alberto, e diretor da *Folha da Tarde*, que se apresentava como mediador do conflito, propondo que a empresa comprovasse o alegado déficit. Como a Carris desconversava, Antônio Brochado da Rocha, em reunião com operários, funcionários da prefeitura e diretores da empresa, partiu para a ameaça: “*Se os senhores não assinarem hoje o acordo sobre os salários, amanhã a prefeitura encampará os bondes!*”.²⁴⁰ O ultimato do Prefeito parece ter surgido efeito, pois rendeu o aumento aos trabalhadores e a fixação desse aumento para as horas extraordinárias. Os funcionários da Carris vêm a público manifestar a gratidão e o apoio que tiveram por parte dos srs. Ernesto Dornelles, Antônio Brochado da Rocha, Arlindo Pasqualini e do chefe de polícia Darcí Vignoli.²⁴¹ Dias depois, entretanto, a Carris solicitava um aumento de passagens, indeferido pela prefeitura com a afirmação de que “*não é o aumento da passagem o remédio ideal!*”.²⁴² Não tardou muito para que os funcionários da Cia. de Energia Elétrica Rio-Grandense usassem do mesmo expediente que os seus colegas transviários.

No dia seguinte, generalizam-se as paralisações na cidade. Os metalúrgicos buscavam aumentos escalonados por faixa salarial, entre 10% e 40%. Uma comissão de ativistas da categoria dirige-se aos principais estabelecimentos do ramo, conclamando os trabalhadores à greve e tentando

²⁴⁰ CORREIO DO POVO, 7/4/1945. p. 8.

²⁴¹ CORREIO DO POVO, 10/4/1945. p. 1.

²⁴² CORREIO DO POVO, 10/4/1945. p. 12.

abrir negociação com os patrões. Na Cia. Siderúrgica Riograndense, é obtido um acordo, atendendo aos 500 operários da empresa. A Wallig, que contava então com 350 operários, alegava ter concedido aumentos recentes, que atenderiam à maior parte do seu corpo funcional, mas se comprometia a estudar as demais reivindicações e oferecer uma resposta no mesmo dia. Os grevistas seguiram em passeata paralisando a fábrica de Balanças Santo Antônio, a Cia. de Fumos Souza Cruz, as Estacas Franck, dirigindo-se, por fim, à Fábrica Berta. Nessa última, de propriedade do ex-intendente Alberto Bins, deparando-se com um contingente expressivo da Brigada Militar, que visava *“garantir a continuidade das atividades para aqueles operários não integrados ao movimento grevista”*. Os 160 trabalhadores da empresa não aderem à greve, e Bins critica o movimento, alegando que o *“apelo deveria ter partido de comissões designadas pelos sindicatos de classe senão por elementos estranhos às direções das entidades”*.²⁴³

As greves de 1945 atingiram, também, uma série de outros setores. Em relação aos bancos, paralisaram o Banrisul, o Nacional do Comércio, o Porto-Alegrense e o Agrícola Mercantil. As reivindicações giravam em torno do salário-mínimo, aumentos de acordo com a faixa salarial (com caráter de abono até que o governo federal decretasse aumentos gerais), gratificações semestrais nunca inferiores ao ordenado, sábado inglês, e ausência de retaliações. O movimento contou com adesões no interior, especialmente de agências do Banrisul e do Banco Industrial e Comercial Sul, em Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, São

²⁴³ CORREIO DO POVO, 7/4/1945. p. 8.

Leopoldo, Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo e Cachoeirinha.²⁴⁴

Na Cervejaria Continental, 800 operários também entraram em greve, exigindo 40% de aumento salarial e uma hora e meia de intervalo para o almoço. Na construção civil, demandava-se o mesmo índice, sob alegação de que os salários em vigor não possibilitavam nem sequer a reposição de ferramentas. Os obreiros, seguindo a tendência de transviários e ferroviários, em buscar apoio oficial para o movimento, solicitavam a mediação de Darci Vignoli, Chefe de Polícia, na negociação com as empreiteiras. Já os estivadores, guindasteiros e serventes do porto pediam aumentos especificados para cada grupo de trabalhadores, além das demandas comuns pelos pagamentos de 50% nas horas extras e 75% nos domingos e feriados. Lixeiros, trabalhadores de tinturarias, da Fábrica de Rapaduras Delícia, e de algumas gráficas também entraram em greve (no caso das gráficas, não atingiu as maiores empresas do ramo: Livraria do Globo, Selbach e Tipografia do Centro). No interior, a greve se estendia ao Frigorífico Nacional Sul-Brasileiro, aos avulsos do porto e funcionários públicos municipais de Rio Grande, aos Mineiros de São Jerônimo, assim como aos cobradores e condutores de ônibus de São Leopoldo, Gravataí, Canoas e São Jerônimo.

A estrutura sindical oficial, controlada ainda na sua maioria por interventores, buscou não apenas evitar assumir qualquer responsabilidade sobre

²⁴⁴ CORREIO DO POVO, 7/4/1945. p. 5.

o movimento, como também encerrá-lo o mais rapidamente possível. O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas de Porto Alegre, por exemplo, declarou-se contra “*paralisações espontâneas e isoladas*” e em nota ao sindicato patronal solicitava a concessão de aumentos a título de abono, a partir de 1º de maio, com a “*finalidade única de terminar com os movimentos grevistas que à sua revelia e muito contra a vontade de seus dirigentes, vêm se realizando entre os componentes da categoria profissional*”. Algumas empresas, como a Renner, já se haviam antecipado à reivindicação, reajustando espontaneamente os salários e, na medida em que o exemplo era seguido, a maioria dos grevistas retornou ao trabalho. Enquanto isso, seis federações, 16 sindicatos e uma associação profissional, representando 17 categorias (comércio, vestuário, construção civil e mobiliário, metalúrgicos, fiação e tecelagem, alimentação, alfaiates e costureiras, serviço de teatro e operadores cinematográficos, gráficos, energia termo-elétrica e gás, estivadores e navegação fluvial, oficiais marceneiros, sabão e velas, frios, carnes e derivados) enviavam um telegrama a Vargas, reproduzindo o apelo que dirigiam às suas bases, no sentido de que os trabalhadores, honrando seu “espírito de lealdade e patriotismo”, se mantivessem

“na mais absoluta ordem, entregues ao trabalho construtivo, aguardando com serenidade e confiança as providências que já estão sendo tomadas pelo governo para melhoria geral atuais

salários e combate aos gananciosos e exploradores do povo.”²⁴⁵

Entretanto, outros sindicatos declaravam que não tomariam parte das festividades do 1º de maio, como forma de protesto pelo encarecimento da vida e da carestia resultante.²⁴⁶ As greves, é importante salientar, era ilegais de acordo com a constituição em vigor. Embora o próprio executivo municipal e o estadual, assim como alguns empresários, manifestassem a opinião de que as paralisações eram legítimas diante do alto custo de vida, e destacassem o seu caráter ordeiro e pacífico. Já outros segmentos da população, como os estudantes de Filosofia e Direito da Universidade de Porto Alegre e a União Estadual de Estudantes, que chegaram a organizar um comitê de apoio aos grevistas em abril, arrecadando donativos e alimentos, se mostravam preocupados com as “*participações políticas no movimento*”.²⁴⁷

Líderes políticos trabalhistas emergentes, como Alberto Pasqualini, buscavam, na análise da paralisação, respaldo para a doutrina social que começavam a sistematizar, e que viria a ser identificada com a *ala programática* do PTB. Num artigo publicado no *Correio do Povo* sob o título “*A lição das greves*”, Pasqualini citava com admiração a Constituição Mexicana, que admitia e regulamentava as greves, comparando-a com a visão repressiva da Constituição de 1937. Porém, incorporando argumentação que se aproximava dos setores desenvolvimentistas do empresariado, escrevia que “*o simples aumento de*

²⁴⁵ CORREIO DO POVO, 7/4/1945. p. 4.

²⁴⁶ CORREIO DO POVO, 18/4/1945. p. 3.

²⁴⁷ CORREIO DO POVO, 7/4/1945 p. 5.

salários, por si só não resolverá o problema”, e que era necessário *“romper esse círculo vicioso”*, entre aqueles e o aumento da carestia, sendo a única saída

“o aumento da produção de utilidades de consumo, a redução dos gastos públicos improdutivos, notadamente, na medida do possível, as despesas militares que absorvem grande porcentagem dos ingressos públicos, a taxação dos lucros e aplicação da respectiva receita exclusivamente em obras e serviços de assistência social, a simplificação do cipoal legislativo que entrava a produção e entorpece a circulação de riquezas.”²⁴⁸

Raul Pilla se pronuncia a favor do direito de greve, afirmando que *“não se pode falar em democracia, sem falar em direito de greve”* e assinala que o primeiro passo, nesse sentido, seria acabar com os sindicatos oficiais. Quando perguntado sobre a relação das greves com o queremismo, Pilla diz não saber a respeito, entretanto Barros Cassal, que acompanhava Pilla, não resiste e dá um aparte, *“não tenha dúvidas de que o governo está empenhado em que estas greves se reproduzam por todo o país”*.²⁴⁹

llegais, e tendo a sua legitimidade em debate, repletas de contradições e com resultado duvidoso em termos de conquistas concretas para muitas categorias, as greves, no Rio Grande do Sul, em 1945, eram parte de um amplo movimento que recolocava o trabalhador em destaque na cena política. Desde

²⁴⁸ CORREIO DO POVO, 8/4/1945. p .4

²⁴⁹ Idem.

fevereiro, os Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas buscam defender as leis trabalhistas, posteriormente, em fins de abril, ocorreria o lançamento do Movimento dos Trabalhadores Unificados (MUT), cuja bandeira era a luta por reajustes salariais.

3. O QUE QUEREM OS QUEREMISTAS?

O DISCURSO QUEREMISTA E SUAS TÁTICAS

Está na hora de mostrarmos que o povo não é uma massa amorfa e inconsciente, mas uma expressão viva e poderosa.²⁵⁰

²⁵⁰ Fala de José Antônio Aranha em entrevista a *Revista do Globo* de 28 de maio de 1945. p. 40-41.

De agosto até à queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, a luta política assumiria proporções de um radicalismo sempre crescente. A maneira reticente com que Vargas encaminhava o processo eleitoral deixava um rastro de dúvidas sobre a efetividade do processo de abertura em curso. Os grupos políticos que haviam proposto a candidatura Dutra temiam, e os fatos pareciam concordar com suas apreensões, que Getúlio ganhava tempo para se substituir a Dutra como candidato do PSD. A UDN, também temia Vargas. À medida que o movimento queremista foi se expandindo, passou-se a suspeitar que Vargas preparava o terreno para articular sua permanência no poder, apoiado na pressão dos trabalhadores urbanos.

O queremismo, a partir dos desdobramentos políticos, estruturou-se como movimento e desdobrou-se em táticas e alianças que agilmente se sucederam a cada vez que os adversários da permanência de Vargas no poder manobravam vedando-lhe o avanço. Dessa forma, a rápida leitura feita pelos queremistas, mesmo de diferentes matizes, era de que para além de Vargas outras formas de lutas eram possíveis. Ou seja, havia um campo aberto de possibilidades, que logo os trabalhadores vão direcionar para a busca da cidadania política. Nesse sentido, o queremismo pode ser entendido, também, como um movimento de pedagogia política, pois possibilitou aos trabalhadores organizados exercer seus aprendizados em um “novo” terreno de disputas, o terreno da política sob um regime democrático.

Seguindo essas idéias, esse capítulo busca compreender a dinâmica política do quererismo oriunda da conjuntura de diferentes momentos do embate político-partidário através do seu discurso e de suas táticas. Contudo, não se pretende fazer uma análise do discurso²⁵¹, e sim tentar compreender o conteúdo e as táticas políticas utilizadas pelos quereristas. O caminho empregado baseia-se na análise qualitativa de conteúdos, buscando nas fontes subsídios textuais para essa compreensão.

3.1. As táticas do quererismo gaúcho: “Queremos Getúlio!”

Com o lançamento da candidatura Vargas, feita com precedência inédita, pelo interventor gaúcho Ernesto Dornelles, em Gramado, e com a organização do primeiro Comitê Rio-Grandense de União Nacional e Apoio a Candidatura Getúlio Vargas, movimento composto em torno deste nome, num primeiro momento, por pessoas que, de alguma forma eram vinculadas ao Estado Novo, como fora referenciado anteriormente, pode-se identificar as bases do movimento que, posteriormente, viria a se chamar de quererismo. Desde o princípio, mesmo sem a presença dos trabalhadores, e com objetivos diversos, a bandeira levantada é a

²⁵¹ Sobre análise de conteúdo: BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-americanos*. Pucrs, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho de 2002.

permanência do Presidente Vargas. Entretanto, os motivos elencados para tal apoio partem de pressupostos diferentes daqueles oriundos dos trabalhadores organizados.

Ainda durante a fundação do primeiro Comitê Rio-Grandense de União Nacional e Apoio a Candidatura Getúlio Vargas, os seus signatários enviam um telegrama a Vargas, onde ficam explícitos seus objetivos:

“No momento em que se noticia a promulgação do Ato Adicional a Constituição de 1937 e se aguarda a convocação do povo brasileiro para em pleito livre eleger o seu novo magistrado do país, sentimos o indeclinável dever de dirigirmos a V. Excia. Em 1930, como nosso primeiro e mais elevado mandatário partiu V. Excia. do Rio Grande levando a imensa tarefa de empreender a renovação nacional. Empossado então no governo pelo apoio e armas teve V. Excia ratificado seu mandato pelo voto do congresso em 1934 pelo pronunciamento da opinião em 1937. Nesse difícil período de nossa história perigos de toda ordem ameaçaram a pátria e a marcha ascensional de seu progresso nunca faltou a V. Excia. os imperativos de seu mandato e com o risco da vida sua e dos seus preservou-nos destemida e corajosamente de todos os extremismos. (...). Essa carta constitucional que congregou todos os brasileiros conscientes da gravidade do momento possibilitou a preparação do país para o impávido gesto de solidariedade americana realizado desassombradamente pela

V. Excia. quando da traiçoeira agressão do império nipônico aos gloriosos irmãos da América do norte, e ainda a ela devemos o estado de apaziguamento de ânimos sinceros e de perseverança no trabalho produtivo que se encontrava a nação quando o corsário nazista na claridade da noite ignominiosa e miseravelmente fez correr o inocente sangue brasileiro. Foi também V. Excia. que soube redigir esta lei magna personificando a bravura, o destemor e o heroísmo da gente da nossa terra soube revidar a arrogância totalitária”.²⁵²

A partir do telegrama, fica clara a idéia de exaltação do personalismo de Vargas, que conseguiu “destemida” e “corajosamente” afastar o Brasil dos extremismos e preparar a nação para a “solidariedade” americana. Enfaticamente, o centro desse discurso gravita em torno da defesa da democracia contra os totalitarismos.

Por ocasião do aniversário do presidente Vargas, o prefeito de Porto Alegre, Antônio Brochado da Rocha, envia um telegrama ao presidente, congratulando-o pela data, “*pelo seu patriotismo, pela sua abnegação, serenidade, e superior espírito público, que ainda uma vez se constituem no melhor alicerce para o princípio de ordem e progresso de nossa pátria*”.²⁵³

²⁵² CORREIO DO POVO, 4/3/1945. p. 14.

²⁵³ CORREIO DO POVO, 20/4/1945. p. 10.

Entretanto, no final de maio, com a inauguração do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, Jayme Boa Vista, congrega elementos populares alheios à política partidária e a cargo públicos, que lançam um manifesto apelando a Vargas para que este aceite sua candidatura. Durante a fundação, Boa Vista afirma, “*ninguém pode continuar a obra social de Getúlio Vargas, senão o próprio Getúlio Vargas!*”. O advogado ainda analisa que perante os programas políticos que se lançam “o nome Getúlio Vargas por si próprio já é um programa. Um programa de proteção aos trabalhadores”.²⁵⁴

Ficam explícitas as diferenças entre esses movimentos. O primeiro, busca o continuísmo de Vargas como defesa da democracia, e como manutenção do *status quo*, dos grupos políticos a ele vinculados. O segundo, introduz como elemento catalisador, a questão social, no que tange à defesa do trabalhador através da Legislação do Trabalho. Visões diferentes de um mesmo anseio: querer a permanência de Getúlio. Entretanto, se o primeiro *querer* tem como bandeira o personalismo de Vargas, o segundo está ligado à defesa da classe trabalhadora.

Em junho o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas veicula suas reuniões através de notas em jornais, afirmando que “*a candidatura Vargas está na consciência dos brasileiros e que o povo elegerá o candidato das suas preferências*”.²⁵⁵ Duas idéias estão implícitas nessas notas: a primeira, Getúlio

²⁵⁴ CORREIO DO POVO, 30/5/1945. p. 8.

²⁵⁵ CORREIO DO POVO, 24/6/1945. p. 6.

Vargas é o candidato natural dos anseios populares; e a segunda, remete ao povo o direito de sufragar nas urnas o seu candidato.

No dia 1º de julho, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, durante a instalação do seu comitê distrital no Passo da Areia, lança o Movimento Nacional para sufragar nas urnas a candidatura do Presidente Getúlio Vargas, como característica dessa campanha, Boa Vista salienta que “os *trabalhadores – amparados por uma legislação social das mais adiantadas do mundo – foram os primeiros a cerrar fileiras em torno do ideal de ser Getulio Vargas o continuador de sua própria obra*”. Mas, segundo Boa Vista, além da obra social de Getúlio, há outros objetivos mais amplos, “*que o povo se manifeste, que paire, acima das lutas partidárias, à vontade das massas*”. Ou seja, o objetivo queremista não é só, pura e simplesmente, a defesa da obra social de Vargas, mas também a inserção das massas no processo político, a busca da cidadania política. Jayme Boa Vista, ainda reforça essa idéia, quando afirma que,

“se as forças majoritárias têm o seu candidato, si candidato tem oposição, porque negar ao povo o direito de escolher livremente o supremo mandatário da Nação? Organizado o movimento popular (...) marcharemos para a disputa eleitoral.”²⁵⁶

Ainda na mesma ocasião, outros oradores fizeram uso da palavra. José Barcellos Ferreira, do Comitê do Passo da Areia, afirmou que “*as Leis Trabalhistas*

²⁵⁶ CORREIO DO POVO, 1/7/1945 p. 3.

não fazem distinção na valorização do esforço construtivo, entre o operário fabril, o técnico de direção, e o engenheiro especializado, o médico, o advogado, o industrial ou o agricultor". O operário Antônio José da Silva fez um histórico das conquistas trabalhistas, afirmando que *"o próximo passo é a conquista do trabalhador em eleger aqueles que o representarão, aqueles que se aproximam dos anseios dos trabalhadores"*.²⁵⁷ Os trabalhadores, assim desejam se fazer representar através do voto. Para além da legislação social e do personalismo de Vargas, está implícita uma vontade política.

Nesta mesma matéria, a convite do Comitê Central, no encerramento da sessão, falou o jornalista Waldir Rodrigues:

"Como jornalista eu quero consignar aqui o pensamento de um jornalista americano, John Gunther sobre a figura do chefe da nação: O presidente Vargas obteve grandes sucessos no combate ao analfabetismo, no aumento da produção de estradas de ferro e de rodagem, no cultivo do trigo, na criação de escolas primárias e secundárias, no estabelecimento de cooperativas comerciais. Ergueu 56 estações de rádio, criou parques nacionais e estabeleceu o serviço de combate às secas"²⁵⁸

A fala de Waldir Rodrigues demonstra, mesmo se valendo de uma opinião de outrem, que o motivo pelo qual os trabalhadores saíram às ruas fora a luta por

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

demandas políticas e não, como seria o esperado, por reivindicações econômicas. A política do esforço de guerra, com a suspensão temporária de alguns benefícios da legislação trabalhista, e a inflação que corroera os salários resultaram em um empobrecimento dos assalariados. Contudo, foram esses mesmos trabalhadores que saíram às ruas exigindo a permanência de Vargas.

De Pelotas, vem um manifesto sobre o caráter do movimento e do lançamento da candidatura Vargas:

“é resultante da comunhão de idéias dos dirigentes dos comitês de Porto Alegre e Pelotas, e que agora se estendem por todo o país. Esses comitês são núcleos de brasileiros livres – homens e mulheres – que, espontaneamente seguem à direção de outros homens livres do povo, firmando as suas inabaláveis *convicções políticas* [grifo nosso]. Ninguém, desconhece a força de um movimento que ascende das classes mais humildes às grandes classes trabalhadoras, produtoras e liberais, até as elites do pensamento. Os tempos mudaram. Ruíram as velhas e falhas orientações políticas. Cabe ao povo, na hora que se aproxima, impor à Nação o seu candidato – Getúlio Vargas”.²⁵⁹

O quererismo gaúcho quer Vargas. Mas também quer que os trabalhadores sejam voz de decisão dentro do quadro complexo de redemocratização e de reorganização partidária. Portanto, somente clamar pela

²⁵⁹ CORREIO DO POVO, 21/7/1945 .p. 2.

permanência, pura e simples, de Vargas não é objetivo do quererismo no Rio Grande do Sul. Existem, para além dessa demanda, outras formas de luta. Entre elas, a inserção dos trabalhadores na arena política, para assim defender seus interesses.

É interessante perceber como os propositores e os detratores da permanência de Vargas se referem a essa temática através dos jornais da época. Os que apóiam a permanência de Vargas se utilizam de argumentos como: *“campanha de cunho eminentemente popular”*; *“Vargas continuador de sua própria obra”*; *“a expressão mais viva da vontade e do sentimento brasileiro”*; *“aquele que elevou o Brasil no concerto das Nações Unidas”*; *“não distinguiu o operário, do médico, do advogado, do agricultor”*; *“livre manifestação da vontade popular”*. Entretanto, as oposições argumentam: *“o programa dos quereristas quer levar Getúlio Vargas a um novo (?) [sic.] período presidencial”*; *“o trabalho que realizam e estão realizando atinge as raias do inconcebível em processos políticos”*; *“solicitam ao sr. Getúlio Vargas que aceite sua candidatura à suprema magistratura, muito embora o ‘lapso de 15 anos’ o tenha deixado ‘cansado e com direito a um repouso’”*; *“O discurso (...) traçou os méritos do sr. Getúlio Vargas e a necessidade nacional de prolongar um pouco mais o ‘curto lapso’ de 15 anos de ditadura ...”*²⁶⁰

²⁶⁰ Argumentos extraídos de matérias do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* durante o ano 1945.

No Rio Grande do Sul causa especial repercussão a posição de líderes da UDN nacional que, ao acusar o queremismo de continuísta, ilegítimo, acabam utilizando como uma de suas frases o “*Basta de gaúchos no governo*”²⁶¹, o que no estado acabou gerando pressão da opinião pública, sobretudo, em função dos políticos gaúchos então alinhados a essa sigla, entre eles, Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, os mais destacados opositores de Vargas no Rio Grande do Sul. Rapidamente, esses líderes vêm à pública externar suas posições sobre o queremismo. Obviamente negando o “basta de gaúchos” e acusando de ser mais uma manobra continuísta da imprensa getulista.

Raul Pilla, em entrevista para o *Correio do Povo*, afirma:

“o ‘queremismo’ é um fato no Rio Grande, e um fato que nos envergonharia grandemente se não fosse comum ao resto do país. Mal de muitos... Para o favorecer as gazetas da situação ou a ela ligadas têm procurado explorar a seguinte frase: ‘Basta de gaúchos’. Pretendem que todos os riograndenses se unam em torno do ditador”.²⁶²

Como se sabe, a UDN no Rio Grande do Sul não teve a mesma repercussão frente à população do que no restante do país. Isso fica evidente na nota a pedido vinda de São Borja, enviada por Francisco Gonçalves Miranda, após as eleições. Ele afirma:

²⁶¹ CORREIO DO POVO, 13/4/ 1945. p. 8

²⁶² CORREIO DO POVO, 18/7/1945. p. 4.

“após as eleições tive um forte abalo, com momento de grande mágoa e tristeza, pois os jornais publicaram que em São Borja, o candidato oficial das coligações e dos resíduos da ditadura fizera milhares de votos, e que o candidato nacional democrata, o impoluto e competentíssimo Brigadeiro Eduardo Gomes não obtivera um único sufrágio! (...). Dias depois li que o candidato libertador (...) fora sufragado com 445 votos (...)”.²⁶³

Seria a resposta dos trabalhadores através das urnas ao “*basta de gaúchos*”? Ou, a plataforma udenista não reconhecia os anseios populares? Para a tradição liberal, tudo se explica através da “demagogia”, da “cooptação política”, das “consciências desvirtuadas”, do “populismo” materialmente expressos na legislação social do trabalho.

Como lembra John French, a legislação, além de definir os parâmetros dos novos direitos, podia ser invocada para justificar e avançar suas lutas contra os empresários. Enfim, não há razões para afirmar que as leis trabalhistas exerceram um “*efeito soporífero sobre a classe trabalhadora e operária*”.²⁶⁴

Sob o impacto da vitória do Partido Trabalhista da Inglaterra, no final de julho de 1945, e de suas promessas de socialização, a grande imprensa deixava transparecer e sua confusão, sem saber, ao certo, diferenciar os contornos doutrinários que separam o trabalhismo do socialismo, do comunismo e do

²⁶³ CORREIO DO POVO, 29/12/1945. p. 5.

²⁶⁴ FRENCH, op. cit., p. 49-56.

queremismo. Artigos e entrevistas deixavam entrever o temor de que o suspeito apoio de Prestes a Getúlio acabasse por colocar a política trabalhista de Vargas em dia com o aparente rumo da política internacional. Dizia o *Correio da Manhã* em editorial:

“No entender de todos os vultos de responsabilidade política, a vitória dos trabalhistas na Inglaterra foi o pêndulo que indicou a direção de todos os governos conservadores no mundo inteiro.”²⁶⁵

No início de agosto, é proibida a realização de uma série de comícios quemistas no Rio Grande do Sul, e no restante do país. O Ministro João Alberto, argumentava que, já que Vargas afirmava que não era candidato, não tinha sentido tal movimento. Entretanto, ao que tudo indica, não era apenas João Alberto que não compreendia o sentido do movimento. O Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas, rapidamente, revidou ao encaminhar um *Hábeas Corpus*, para garantir os comícios, e ao enviar a João Alberto um telegrama. Nesse telegrama o líder quemista gaúcho Waldir Rodrigues dizia:

“O Comitê Central Pró-Candidatura Getúlio Vargas, confiando nas franquias liberais do nosso governo, que está concedendo a todas as correntes políticas para sua livre manifestação, com reuniões internas e comícios, deliberou a realização de dois comícios de propaganda do

²⁶⁵ CORREIO DA MANHÃ, 4/8/1945. p. 2.

nosso candidato (...) tendo, porém os jornais divulgado que V. Excia., em entrevista coletiva proibiu as nossas manifestações, pedimos a confirmação, em caso afirmativo, a reconsideração desse ato por vir nos colocar dentro de uma exceção inadmitida em qualquer país de índole e práticas democráticas”.²⁶⁶

Os queremistas gaúchos defendiam, então, o seu direito de participar e opinar no processo político. Já que as regras se norteavam pela democracia, como não lhes garantir esse direito?

Nesse ambiente de apreensões, surgiu a notícia de que Jayme Boa Vista, sairia do Rio Grande do Sul, para fundar um diretório Pró-Candidatura Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Em entrevista, Boa Vista explicava:

“Inicialmente os velhos políticos profissionais se sentiam donos da presidência; como desconfiavam muito do povo, em benefício de quem nada fizeram, pensaram em apoiar-se no exército, lançando a candidatura Eduardo Gomes”.²⁶⁷

E ainda,

“Em face desta candidatura as forças governistas se organizaram e apresentaram um candidato que é a expressão das correntes situacionistas. Ainda aí o povo não foi ouvido. Ora, todos os que (...) têm contato com o grande público, com a

²⁶⁶ CORREIO DO POVO, 10/8/1945. p.8.

²⁶⁷ O GLOBO, 4/8/1945.

massa dos empregados e dos operários, com os elementos do comércio honesto e fora dos trustes e do lucro extraordinário, todos sabem que o nome do sr. Getúlio Vargas é uma garantia de equilíbrio de realização efetiva dos interesses populares (...) candidatura natural e querida do povo, que teve no próprio povo seu órgão de propaganda.”²⁶⁸

Nessa entrevista, Jayme Boa Vista destacava dois pontos principais: que a pequena e a média burguesia eram parceiras da aliança queremista com os assalariados e colocavam a candidatura Vargas fora e acima dos partidos, os quais não apresentavam vínculos legítimos com o povo.

Em uma “*sala acanhada e escura*”, cedida pela Associação de Escreventes da Justiça, instalou-se o Diretório Pró-Candidatura Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O gaúcho Jayme Boa Vista foi o principal orador da solenidade, fazendo questão de deixar claro que nenhum deles era pessoalmente ligado a Getúlio. Garantiu que os dutristas haviam sido apressados e “*falsos adeptos da candidatura oficial (...). Falsos porque, no íntimo, eles também querem Getúlio*”. Concluiu, ousadamente, que Dutra se afastaria como candidato “*cerrando fileiras para apontar ao Brasil o verdadeiro candidato na Nação*”.²⁶⁹

No dia 2 de agosto, Boa Vista fundou idêntico comitê em São Paulo e, dada à importância da cidade, Segadas Viana, Diretor do Departamento Geral do

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

Trabalho, sem constrangimento, aparecia como diretor desse comitê e articulador do quererismo paulista. As ironias da imprensa noticiavam que os oito oradores da cerimônia, em São Paulo, lançaram um manifesto que ressaltava que “*dois grandes problemas sobressaiam na realidade brasileira*”.²⁷⁰ Provavelmente, as candidaturas Dutra e Eduardo Gomes.

A partir de então, passaram a ser quase diárias as notícias da fundação de novos comitês quereristas em dezenas de cidades de todo o país. A crescente preocupação que este fato causava nos meios políticos se refletia nos editoriais dos jornais:

“Iniciado meio ridiculamente, sugerindo antes a pilhéria do que despertando qualquer interesse político ou inquietando as forças partidárias organizadas, sobretudo, as que apoiavam a candidatura do ex-Ministro da Guerra, General Eurico Dutra – o quererismo vai assumindo, entretanto, a proporção de um movimento real, ameaçando tornar-se em mais uma técnica para iludir e confundir o povo.”²⁷¹

Dutra, inconformado com o crescimento quererista, com a não adesão de Vargas, e ansioso por lançar sua candidatura, marca para 14 de julho, no Rio de Janeiro, a convenção que homologaria sua candidatura pelo PSD. Sobre essa solenidade disse o *Correio da Manhã*: “(...) o nome de Getúlio Vargas, como já se

²⁷⁰ O JORNAL, 3/8/1945 e 7/8/1945.

²⁷¹ O GLOBO, 6/8/1945.

*sabe, e vai ficando enfadonho repetir, despertava aplausos mais prolongados do que o do candidato”.*²⁷²

Mas não era apenas a área pessedista que se alarmava com o surto quererista no interior do partido e nas ruas. A UDN, entendendo que seu maior concorrente não era Dutra, mas sim os quereristas, desencadearam uma violenta campanha, em comícios e pronunciamentos, em jornais e revistas, denunciando os propósitos continuístas de Vargas e do quererismo.

Contra as acusações udenistas, Jayme Boa Vista não se intimidou e, em matéria paga nos jornais, protestou, dizendo que os udenistas confundem saudosismo, com temor pela candidatura de Vargas, e que “*em meio à indiferença do povo pelas bandeiras sem cores que lhe apresentam (...). O quererismo é do povo, pelo povo, para o povo*”.²⁷³

Nova agitação no meio político se deu no dia 15 de agosto, quando Prestes anunciou, em telegrama a Vargas, logo tornado público, que depois de uma reunião nacional, firmara-se o propósito no partido de lutar pela eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, antes de se realizarem eleições presidenciais. O Partido Comunista assumia, agora na prática, a palavra de ordem que recusava, até então, a autoria: Constituinte com Getúlio.

²⁷² CORREIO DA MANHÃ, 10/8/1945.

²⁷³ O GLOBO, 9/8/1945; O JORNAL, 14/8/1945.

Como se pode supor, a reação da imprensa foi imediata, denunciando que a *"manobra insidiosa para o adiamento das eleições encobria fins inconfessáveis"*, tanto da parte de Prestes quanto de Getúlio.²⁷⁴ Sucederam-se protestos da UDN, do PSD, do PL, dos meios católicos, da Esquerda Democrática, de Góis Monteiro, de José Américo, de Raul Pilla, de Flores da Cunha e de muitos outros. Os círculos políticos que foram unânimes em concordar que o queremismo parecia liquidado, em face da "reação das forças democráticas", ou seja, da pressão militar que fizera Vargas telegrafar a Boa Vista para que desarticulasse o movimento, estava novamente em ascensão com essa atitude dos comunistas.

Entretanto, na véspera do primeiro grande comício queremista, em 20 de agosto, em apenas 72 horas, entre os dias 15 e 18, o movimento deflagrou uma grandiosa campanha organizada. Simultaneamente, todas as capitais, de Porto Alegre a Belém, amanheceram inundadas de boletins queremistas, com retratos de Vargas e dizeres alusivos à sua permanência no governo.

A última semana de agosto revela os preparativos para o segundo grande comício queremista, marcado para dia 30, três dias antes da data de desincompatibilização, e que foi chamado de o "dia do fico", numa clara alusão a D. Pedro I. O PTB, assumindo a campanha, enviou telegramas a todos os sindicatos do país para que organizassem diretórios e enviassem delegados à Convenção Nacional, que se realizaria a 2 de setembro, na qual, havia a expectativa que Vargas seria lançado como candidato às eleições.

²⁷⁴ O JORNAL, 16/8/1945.

Para garantir o sucesso do “dia do fico”, os queremistas gaúchos lançaram a idéia de se fazer uma greve geral para forçar a decisão favorável de Vargas. Embora, fosse uma “*greve pacífica*”, iriam “*paralisar importantes atividades do país*”.²⁷⁵ A proximidade de um novo surto grevista começou a preocupar as autoridades, pois entendiam que essa era provocada para fins políticos. Uma série de acusações é direcionada contra Marcondes Filho, por perturbar a ordem, a fim de adiar as eleições.

Os queremistas gaúchos enviaram um telegrama a Vargas lançando a sua candidatura, mas teve como resposta, mais uma vez, a afirmação de que não era candidato e de que “*a greve é crime previsto em lei, e será reprimida*”. Dissimulação, discordância quanto aos métodos, alheamento, ou receio de, como autoridade e membro da classe dirigente, ser ultrapassado pelo movimento popular? A partir do exposto, fica nítido que o queremismo adquire consciência política própria, independente das inclinações e indicações de Vargas.

Por esta época, o movimento queremista pagava, a cada dia, espaços maiores para sua propaganda na grande imprensa, inaugurando a praxe de ocupar, diariamente, em alguns jornais uma página inteira. Isso se dá mais no centro do país, nos jornais do Rio Grande do Sul, sobretudo no *Correio do Povo*, aparecem notas, palavras de ordem, avisos, a pedidos, telegramas de sindicatos e federações, clubes e associações, sempre pedindo pela permanência de Getúlio.

²⁷⁵ O GLOBO, 23/8/1945.

Uma interessante nota é divulgada nos jornais, sob o título “*Nós, operários protestamos!*”, numa clara alusão ao “*Nós queremos!*”. Nessa nota anônima de um grupo de operários, que denuncia o aumento do preço do leite, é curiosa a forma como ela é redigida sempre começando pela expressão “*queremos*” . Assim diz a nota: “*Queremos elevar, daqui, alto e bom som nosso protesto contra mais esse atentado à integridade física desta classe operária*”; “*O nosso queremos vêm a se juntar a muitos outros de nossa infortunada classe*”. A nota conclui suas idéias da seguinte forma: “*Lembraí-vos, outrossim que os trabalhadores não são mais uma força puramente econômica, e sim também política...*”.²⁷⁶

A disponibilidade financeira necessária para arcar com a propaganda do movimento, em todo território nacional, pode indicar a dimensão dos interesses que pressionavam pelo continuísmo de Vargas. Outros sinais, entretanto, mostram que o quererismo não era resultado exclusivo de manobras de grupos políticos getulistas, mas também que estava ligado às demandas dos trabalhadores. Como exemplo, os temas recorrentes do quererismo serviram de base para a propaganda comercial durante o ano de 1945: “*Nós queremos vender barato!*”, “*Nós queremos Berverly!*”.²⁷⁷ E até os centros espíritas, comuns na época nos bairros de baixa renda, noticiavam que se materializavam os espíritos de D. Pedro I e de Pinheiro Machado pedindo, também eles, que Getúlio ficasse.²⁷⁸

²⁷⁶ CORREIO DO POVO, 19/8/1945 .p. 20.

²⁷⁷ CORREIO DO POVO; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, agosto e setembro de 1945.

²⁷⁸ Carta da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, ao Diretório Estadual do PTB. Agosto de 1945.

Sob um clima tenso, realizou-se no dia 30 de agosto o segundo grande comício queremista, no largo da carioca, no Rio de Janeiro. Cinquenta e oito estações de rádio, quase todas do grupo Chateaubriand, cobriram em todo país a transmissão do comício e a marcha dos manifestantes ao Catete. Falaram líderes sindicais, operários, estudantes, empresários, ex-pracinhas, delegações vindas dos estados. O discurso mais esperado foi o de Hugo Borghi, apresentado como industrial e banqueiro, financiador do queremismo e uma das mais conhecidas figuras desse movimento. Seu discurso já preparava a próxima etapa do queremismo:

“Não podemos concordar que seja imposta à nação a vontade de uma dúzia de indivíduos que desejam eleições sem competidores, pois desejam vencê-la com a exclusão de candidatos. Se o PSD, a UDN e o Partido Comunista têm grande número de adeptos, Getúlio também os tem e a nação, isto é, o povo, ainda não foi ouvida. O processo eleitoral esta em bases equivocadas porque primeiro se escolheram os nomes e depois, em torno deles, os partidos políticos, e os partidos só podem nascer do povo. A solução para esse impasse está na eleição de uma Constituinte que decide a forma e a data da eleição presidencial”.²⁷⁹

A palavra de ordem *Constituinte com Getúlio* estava assim lançada oficialmente pelo queremismo.

²⁷⁹ O GLOBO, 2/9/1945.

A fala de Vargas, normalmente serena, atingiu, ante a multidão que se comprimiu no Jardim do Catete, um paroxismo que surpreendeu os observadores contemporâneos, denotando o nível de pressão contra a qual se movia. Aos insultos e injúrias que recebera, disse que a presença do povo ali reunido já respondera: “*Estou vingado!*”. Os que não o estimavam porque ele “*sempre fizera a política dos trabalhadores são os que não querem pagar aos que trabalham a justa remuneração, os forjadores dos trustes que encarecem a vida.*” E ainda dizia, “*Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem!*”. O povo aplaudiu-o, nesse momento, com entusiasmo ainda não atingido, narra *O Globo*. A partir desse momento, seu discurso se tornou mais cauteloso:

“É preciso que estejamos à altura das circunstâncias e possamos resolver os problemas por nós mesmos. Está traçado o caminho das urnas. Nós marchamos para as eleições. Ninguém poderá detê-las. Por isso é preciso que só cidadãos se alistem para votar. A arma do cidadão é o voto depositado na urna. Deste modo ele fará pesar a sua vontade. Eu quero apenas presidir às eleições.”²⁸⁰

O povo, dizia *O Globo*, não se conformava com as últimas palavras de Vargas e gritava: “*Queremos Getúlio!*”.

Tudo isso se passou 72 horas antes do dia 3 de setembro. A data passou e Vargas não se desincompatibilizou. Entretanto, esse fato não trouxe alívio para as

²⁸⁰ O GLOBO, 31/8/1945. Arquivo Getúlio Vargas 45.09.00/1.

oposições que já esperavam por alguma nova orientação dos queremistas. Em cem pessoas, noventa e nove acreditavam que Vargas se candidatasse, dizia um relatório recebido por Vargas em setembro.²⁸¹

3.2 – As táticas do queremismo: “*Constituinte com Getúlio!*”

Desde agosto, o Partido Comunista, a partir de um manifesto, defende a idéia da “*Constituinte com Getúlio*”. Nesse manifesto, o Partido afirmava que era dado o momento de se fazer valer a vontade do povo, e que:

“Só pelo caminho democrático de uma Assembléia Constituinte livremente eleita será possível levar a termo a grande tarefa de renovação política e econômica (...).”²⁸²

Concluindo suas idéias, o manifesto afirma que

“ao povo organizado em seus comitês, e outras organizações de massa e, especialmente ao proletariado sindicalmente unido cabe agora lutar pela Assembléia Constituinte. Este é caminho da

²⁸¹ Arquivo Getúlio Vargas. 45.09.00/1

²⁸² CORREIO DO POVO, 29/8/1945. p. 8.

democracia. O povo organizado é a grande força das democracias”.²⁸³

Parece que o Partido Comunista captura bem a conjuntura, aliando-se aos anseios da classe trabalhadora, ao interpelar pela renovação da política. Também fica presente no manifesto a proposta do Partido de congregar as forças populares organizadas em prol da Assembléia Constituinte. Nesse sentido, uma série de comícios e manifestos pró-constituinte vão ser realizados no Rio Grande do Sul até o final de outubro.²⁸⁴ Entretanto, para os comunistas gaúchos a maior expectativa girava em torno da vinda de Prestes ao sul, o que acontece no dia 30 de setembro. Nesse dia, Prestes discursa no Parque Farroupilha a favor da realização da constituinte, mas em nenhum momento apóia, diretamente, a permanência de Vargas.

A ênfase para a permanência de Getúlio se dá no sentido de que este presida a Assembléia Constituinte. Essa nova tática parte dos comunistas, sendo encampada pelos setores populares, e assim, conseqüentemente, pelo quererismo. Isso fica claro no pedido dos funcionários da Renner, quando encaminham um telegrama ao Presidente Vargas pedindo sua permanência frente a Constituinte.²⁸⁵

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ CORREIO DO POVO, 2/9/1945. p. 4.; 9/9/1945. p. 4; 25/9/1945. p. 9; 2/10/1945 p. 4.; 4/10/1945 p. 3; 23/10/1945 p. 4

²⁸⁵ CORREIO DO POVO, 1/9/1945. p. 4.

No final de agosto, o queremismo gaúcho organiza o primeiro comício pró-constituente, acumulando aproximadamente 5 mil pessoas no largo da prefeitura. Do Rio de Janeiro, Afonso de Assumpção Vianna manda mensagem ao movimento para seguir a orientação única de apoio a Getúlio Vargas para a constituinte.²⁸⁶ Em setembro, é realizado um grande comício em São Leopoldo, lançando a frase: “*Com Getúlio Vargas para a constituinte*”. De São Leopoldo, partiu uma caravana composta por Zilmar Vasconcellos, Mac Mahon Pontes, José Vecchio e João Pereira de Almeida, para participar de mais um comício queremista pró-constituente em Porto Alegre.

Uma nova etapa do queremismo se situou entre o segundo grande comício nacional e as duas semanas que antecederam a deposição de Vargas. Um novo “dia D” fora marcado pelo comando queremista, para 3 de outubro. Como anteriormente, uma série de comícios preparatórios manteria a mobilização popular.

No Rio de Janeiro, Assumpção Vianna e Waldir Rodrigues participam da organização do grande comício nacional, marcado para 3 de outubro, onde os trabalhadores, em frente ao Palácio Guanabara, vão solicitar ao Presidente a constituinte. Na volta de Assumpção Vianna, esse concede entrevista afirmando

²⁸⁶ CORREIO DO POVO, 2/9/1945. p. 20.

que “*vai se intensificar a campanha com Getúlio Vargas pela Constituinte aqui no Rio Grande do Sul*”.²⁸⁷

A mobilização, agora, era feita sob o lema: “*Frente única nacional para a Constituinte com Getúlio*” e, didaticamente, se expunha a necessidade de uma reforma constitucional. Em uma semana, se efetuou a mudança de lema: “*Nós queremos Getúlio com ou sem constituinte*” para “*A solução é a Constituinte*”.²⁸⁸

Agora que a similaridade entre a bandeira dos comunistas – “Constituinte” – e a dos queremistas – “Constituinte com Getúlio” – se tornara evidente, levantou-se, inevitavelmente, a especulação sobre as reais relações de interesses entre Prestes e Vargas. Prestes, em uma entrevista para a imprensa Argentina, que foi aqui divulgada, dizia que os dois candidatos apresentados, Dutra e Eduardo Gomes, não se combatiam, mas combatiam, sim, a Vargas e aos comunistas. E disse ainda que Vargas, apoiado pela pressão popular, daria outro passo para a democracia, transformando, por um ato institucional, as eleições presidenciais para uma Assembléia Constituinte.²⁸⁹

Góis Monteiro, logo contra-atacou, em entrevista à imprensa, em nome das forças armadas, negando qualquer esperança para os que pensavam em mudar as regras eleitorais, “a não ser que houvesse consenso”, o que parecia muito

²⁸⁷ CORREIO DO POVO, 22/9/1945. p. 10.

²⁸⁸ O GLOBO, 25/8/1945 e 2/9/1945.

²⁸⁹ O GLOBO, 5/9/1945.

difícil, porque o país se achava dividido.²⁹⁰ Diante da rápida resposta de Góis Monteiro, Prestes voltou a explicar que “(...) *se houver paralelismo entre a nossa posição política e a posição política de Vargas será puro acaso. (...). Não temos compromisso com o presidente da república, nem ele conosco*”.²⁹¹

Esse paralelismo, por um lado, ampliou a crise interna do Partido Comunista, com muitos militantes se desligando ou se colocando à margem do partido e com outros passando a militar no PTB.

O Comitê Rio-Grandense Pró-candidatura Getúlio Vargas, em fins de setembro, passa a se denominar Diretório Regional do Comitê Pró-Constituinte, subordinado ao Diretório Nacional, no Rio de Janeiro, presidido pelo gaúcho Waldir Rodrigues. A presidência do Diretório Regional fica a cargo de Afonso de Assumpção Vianna, que instrui os núcleos das cidades e vilas, pelo interior do estado, a se tornarem Diretórios Municipais e Distritais Pró-Constituinte e a adotarem a seguinte frase: “*Com Getúlio Vargas pela constituinte*”. Essas instruções dadas por Assumpção Vianna são providências para que esses Diretórios, no dia 3 de outubro, estejam organizados para o grande comício nacional pró-Constituinte.²⁹²

Como preparação, uma série de comícios relâmpagos foram organizados em Porto Alegre e pelo interior. Não raro, viam-se nesses comícios oradores das

²⁹⁰ O GLOBO, 6/9/1945.

²⁹¹ O GLOBO, 10/9/1945.

²⁹² CORREIO DO POVO, 26/9/1945. p.4; 28/9/1945. p. 8.

mais variadas tendências políticas. Falaram comunistas, trabalhistas, sindicalistas e até pessedistas.

Com a repercussão do debate sobre a Assembléia Constituinte, no início de setembro, esta que já havia sido teorizada por Alberto Pasqualini, ainda em 28 de janeiro, em artigo publicado no *Correio do Povo*, faz com que Pasqualini retome a discussão nos jornais em defesa da solução constituinte, quando afirma que *“não pode haver democracia sem a verdadeira e consciente participação do povo nas atividades políticas”*. Para tanto, Pasqualini defende que a Assembléia Constituinte *“seria o processo lógico e racional de iniciar a redemocratização do país”*.²⁹³ Quando perguntado pelo *Correio do Povo*, sobre a possibilidade da Assembléia eleger Getúlio Vargas, Pasqualini responde: *“Não temos o direito de impedir que o povo escolha o nome de sua preferência”*. Entretanto, quando o jornal pergunta como constituinte em quem votaria, Pasqualini afirma: *“sou partidário de um candidato civil”*.²⁹⁴

É interessante salientar que até então existem, oficialmente, apenas duas candidaturas militares: Eduardo Gomes e Eurico Dutra. Assim, Pasqualini aponta sua solução; primeiro, não impedir a vontade do povo, e a vontade do povo é Vargas com a constituinte; segundo, Pasqualini afirma que é partidário de um candidato civil. Ao que tudo indica, parece que Vargas reúne as duas qualidades postas por Alberto Pasqualini, ser a vontade do povo e ser um candidato civil.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ CORREIO DO POVO, 1/9/1945. p. 4

A propaganda queremista, simultaneamente, publicou, em todos grandes jornais do país, um convite para “*a maior manifestação cívica da história*”. Essa que contava com o apoio da “*vontade soberana do povo em ter uma eleição livre e honesta de uma Assembléia Constituinte*”. Noticiavam, ainda, que o comício seria transmitido em cadeia de rádio para todo o país. Representando o quererismo gaúcho, estavam inscritos para falar em cadeia nacional Raul Gudolle; Afonso de Assumpção Vianna; José Vecchio; Zilmar Vasconcellos e Cardoso Filho, que tiveram seus discursos transmitidos em cadeia nacional de rádio.²⁹⁵ Como apelo, o Diretório Regional, pediu

“aos simpatizantes do movimento que possuam aparelhos de rádio e coloquem nas janelas de suas residências para toda cidade possa ouvir os discursos dos queremistas de todo território nacional”.²⁹⁶

No dia 3 de outubro, as notícias nos jornais gravitavam em torno do comício queremista, que encaminharia ao Presidente o pedido de uma Assembléia Constituinte. Eram os seguintes termos da ata que seria entregue a Vargas:

“Assembléia Geral do Povo Brasileiro, realizada em praça pública, no dia 3 de outubro de 1945. Reunido em praça pública em todos os centros, capitais do país, cidades, municípios, vilas, povoados, estabelecimentos, lares, o povo brasileiro, em uso de seus direitos e atribuições,

²⁹⁵ CORREIODO POVO, 2/10/1945. p. 4.; 4/10/1945. p. 3.

²⁹⁶ Idem. p. 24.

resolveu o seguinte: 1º) A nação brasileira representada pela opinião soberana de seu povo quer as eleições a 2 de dezembro próximo. 2º) As referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a Assembléia Nacional Constituinte destinada à criação do Estatuto Legal que deverá regular a vida política do país. 3º) As eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar. 4º) O povo determina que sua Ex. O Presidente da República proceda à convocação imediata de seu ministério a fim de atender o que ficou decidido por esta Assembléia Geral. 5º) Fica assim definitivamente estabelecido que o governo decrete por imposição popular cujo poder é soberano, a convocação de uma Assembléia Constituinte para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país. O Povo.”²⁹⁷

O fato da existência de uma “imposição do povo” reunido em praça pública, mais do que uma provocação demagógica, ou uma manobra que servia aos interesses continuístas do grupo varguista, pode ser entendida como uma tentativa ousada, para o gosto das tradições liberais e elitistas das oposições, ou como um ponto de radicalismo, que Vargas, para segurar-se no poder, nunca permitira nem precisara recorrer anteriormente.

²⁹⁷ O GLOBO, 4/10/1945.

Confessou um admirador do General Dutra, “*a mobilização foi espantosa e o comício, um espetáculo, no que respeita ao comparecimento de massas populares*”.²⁹⁸ Segundo um relatório recebido por Vargas, “*veio para praça pública, em todos os recantos do Brasil, a maior massa popular que se tem memória*”.²⁹⁹

Dessa forma, parece que Vargas não tinha alternativa. Assim, quando depois do comício, a massa popular dirigiu-se ao palácio e lhe passou, pelas mãos de Hugo Borghi, a Ata do Povo, respondeu-lhe que

“(…) para atender a estes reclamos o governo teria de modificar a lei constitucional nº9 e não poderia fazê-lo sem a manifestação favorável dos órgãos autorizados de opinião – os partidos, as entidades de classe, as forças organizadas (...) – mas se para realizar as aspirações do povo em relação a Constituinte e abrir, com sua convocação, novas possibilidades a uma melhor solução do problema eleitoral, que julgam não estar colocado em bases democráticas (...) for necessário meu afastamento do governo, não hesitarei em tomar esta decisão (...)”³⁰⁰

E ainda, aludindo ao cerco oposicionista que restringia seus movimentos, disse Vargas: “*Devo acrescentar que atravesso um momento dramático em minha vida pública e que preciso falar ao povo em prudência e lealdade*”. E, numa

²⁹⁸ VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 150.

²⁹⁹ Arquivo Getúlio Vargas, 45.10.17.

³⁰⁰ VARGAS, Getúlio. *Nova política do Brasil (1930-1945)*. Vol. 11. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945, p. 189-192.

advertência aos adversários, professou que, “*quando à vontade do povo não é satisfeita, ficam sempre fermentos de desordem e revolta (...)*”. E denunciou mais uma vez suas limitações, ao dizer que

“(…) há forças reacionárias, poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma Constituinte. Posso afirmar-vos, no que de mim depende, o povo pode contar comigo”.³⁰¹

Em Porto Alegre, as manifestações pró-constituinte, do dia 3 de outubro, começaram às 19 horas, em frente ao Largo da Prefeitura, onde os trabalhadores empunhavam flâmulas, cartazes, bandeiras e carregavam distintivos no peito que diziam: “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio!”. Iniciou os discursos à senhora Nair Martins de Araújo, representando a ala feminina do Diretório. Seguiram-se, Manuel da Cunha, operário; João Nascimento; Oberci Vernei da Silva; Cardoso Filho, Raul Gudolle, Mac Mahon Pontes; todos ressaltando a necessidade da Constituinte. Ao final do comício, entre “vivas a Vargas”, também se ressaltava o “vivas a Dornelles”.

Os manifestantes, então, se dirigiram ao Palácio do Governo, solicitando a Ernesto Dornelles que fosse intérprete das aspirações do povo gaúcho junto ao Governo Federal, para solicitar a Assembléia Constituinte. Ernesto Dornelles, atendendo aos chamados apareceu na janela quando Afonso de Assumpção Vianna dirigiu-lhe a palavra e disse: “*as manifestações ao presidente, se*

³⁰¹ Idem.

transformam aqui em outra, para Ernesto Dornelles". Logo em seguida, o operário Leopoldo Machado Soares toma a palavra e afirmava que sua classe não apoiava qualquer dos candidatos em foco, *"porque os trabalhadores brasileiros não mais confiam nas promessas de políticos e desejam antes de tudo Getúlio Vargas na Presidência"*. E ainda, *"os operários também pleiteiam a continuação do governo Ernesto Dornelles, pois V. Excia. tem beneficiado todas as classes"*. Após cessar os aplausos Ernesto Dornelles deixou o palácio para se misturar aos manifestantes, solicitando o microfone declarou o seguinte: *"(...) a decisão que ele [Vargas] tomar e os rumos que ele determinar, estejamos certos, corresponderão aos altos interesses do povo e da Nação"*.³⁰²

A partir de então, uma grande profusão de telegramas é encaminhada a Vargas, pedindo a Assembléia Constituinte. Até que, em 14 de outubro um novo comício é realizado no Rio de Janeiro. Vargas vem a público afirmando, *"não devo tomar decisões capazes de aumentar a intranqüilidade que a luta política trouxe ao país"*.³⁰³ Essa decisão de Vargas e a ratificação da lei eleitoral, reafirmando as eleições para o dia 2 de dezembro, fez com que a tática quererista de pedir a "Constituinte com Getúlio" fosse, novamente, reavaliada.

O Diretório Regional Pró-Constituinte com Getúlio, no Rio Grande do Sul, passa a noticiar, diariamente, para que seus adeptos aguardem e não assumam

³⁰² CORREIO DO POVO, 5/10/1945. p. 24.

³⁰³ CORREIO DO POVO, 14/10/1945 p. 24.

compromissos com quaisquer candidatos ou partidos políticos, no sentido, segundo as notas, de “*evitar possíveis explorações políticas*”.³⁰⁴

3.3. As táticas do queremismo: “*Forja teu futuro!*”

O jornal *Diário de Notícias*, de 17 de agosto, apresenta uma matéria intitulada “*Mais um Partido ‘Queremista’ o PTB*”.

“O ‘Queremismo’ conta desde ontem com mais um elo. O Partido Trabalhista Brasileiro, (...) o programa do PTB é igual ao do sr. Jayme Boa Vista: levar o sr. Getúlio Vargas a um novo (?) [sic.] período presidencial. (...). Como se vê, a corrida Queremista é intensa. Mas, as suas forças assim dispersas se enfraqueceram fatalmente o que será uma pena...”.³⁰⁵

O jornal ressalta o movimento queremista, como um movimento de cunho partidário e não popular, que além do PTB, também é apoiado, pelo PC. Assim, o

³⁰⁴ CORREIO DO POVO, 16/10/1945. p.14.

³⁰⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/08/1945. p. 2.

continuismo de Vargas não seria apenas fruto da vontade popular, mas também fruto de uma articulação político-partidária.³⁰⁶

Nos relatórios sobre a situação eleitoral que Vargas recebia, os que datavam de depois de 3 de outubro e que vinham da parte de líderes queremistas de todo Brasil, pediam-lhe orientação para saber qual a direção dar ao movimento: dissolvê-lo? Ingressar no PTB? Ingressar em outro partido?

Se Vargas optasse por dar apoio ao partido oficial, os líderes queremistas temiam que fossem tragados pelo PSD. Por outro lado, para alguns líderes, segundo sua ótica, os elementos integrados ao queremismo não se encaminhariam espontaneamente para o PTB. Diziam que, se não houver constituinte, nem Vargas for candidato, até na UDN alguns queremistas votariam, mas que *“uma percentagem considerável votará com o PC, mais como protesto e menos como adeptos de uma ideologia”*.³⁰⁷ Prestes era tido, nesses documentos, como desfrutando *“admirável prestígio popular”* e *“sua força eleitoral será sobremodo influente”*. Mesmo atuando entre os trabalhadores, dizia o autor do relatório, *“não creio que os líderes sindicais do PTB tirem do PC o domínio das massas proletárias”*. E ainda, *“somente se Getúlio for candidato é que seu nome revolucionará os esquemas eleitorais já traçados. Só ele tornará possível outra liderança de massas que não a do PC”*.³⁰⁸

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Arquivo Getúlio Vargas, 45.10.17.

³⁰⁸ Idem.

Vargas, uma semana depois, acaba indicando ao queremismo sua última orientação, antes da deposição, dando um conselho: o de que fossem ingressar nas fileiras do PTB. As vantagens dessa atitude eram, segundo Vargas:

“1º) defender os trabalhadores das tentativas de absorção de parte dos elementos extremistas; 2º) evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos com eles assumidos; 3º) que os trabalhadores devem ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações; 4º) que estes representantes farão valer as suas opiniões para uma organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas.”³⁰⁹

Dessa maneira, o que Vargas tentava era retirar os trabalhadores da influência de Prestes e do elitismo dos “velhos políticos” da UDN; sua proposta deixava claro que os trabalhadores deveriam ser afastados das propostas extremistas, em favor das reformistas. Era o contínuo da mesma postura política que mantivera no Estado Novo. Mas só que agora sentia a necessidade ou a possibilidade de organizar os trabalhadores como um partido. Vargas procurava, assim, organizar o eleitorado do PTB, como fizera antes com o PSD.

³⁰⁹ VARGAS, op. cit., p. 198.

Protásio Vargas, ligado ao PSD, rapidamente analisa a situação, dando entrevista na imprensa gaúcha, onde referencia o último discurso de Vargas, declarando o seguinte:

“É verdade que em seu último discurso Vargas aconselhou os trabalhadores a se organizarem em um Partido Trabalhista. Essa sugestão, porém, deve ser interpretada, não no sentido de que os trabalhadores não no sentido de que os trabalhadores descambassem para o extremismo, mas afim de que se constituíssem forças poderosas, como no caso da Aliança dos Trabalhadores e da Mocidade Social Democrática Getúlio Vargas. Assim, os trabalhadores de vem constituir-se em força poderosa e arregimentada, aliada ao PSD, para lutar por suas legítimas reivindicações.”³¹⁰

Em outubro um novo comício fora marcado para o dia 26. Esse comício acaba sendo adiado, e em notas pelos jornais, na véspera da deposição de Vargas, o Diretório Nacional avisa: “*O quererismo não morreu!*”³¹¹ Entretanto, agora, com a deposição de Vargas o quererismo se encaminhava para sua institucionalização pela via eleitoral. Em Carta direcionada para Vecchio, presidente do PTB gaúcho e líder quererista, Assumpção Vianna afirma: “*o Povo*

³¹⁰ CORREIO DO POVO, 25/10/1945. p. 10.

³¹¹ CORREIO DO POVO, 28/10/1945. p. 1

depois de manifestar-se nas praças vai falar pelas urnas. Esperem os políticos e verão!”.³¹²

Nas páginas pagas dos jornais se iniciava a tarefa de conversão do quererismo para o Partido Trabalhista Brasileiro, “*queremista ontem, e agora, nas hostes do PTB. É o mesmo cidadão patriota, cuja lealdade ao Presidente é uma virtude cívica e um sentimento de honra*”.³¹³ O PTB gaúcho se utiliza em sua campanha do slogan: “*Getúlio Vargas é o Presidente de honra do PTB!*”, e pede aos trabalhadores para filiares-se na sigla, “*filie-se, hoje mesmo, ao teu partido! O PTB!*”.³¹⁴

No dia 23, Prestes ainda declarava que

“(…) o Partido Comunista está realmente decidido a defender o governo contra quaisquer perturbações e insistiremos na campanha pela Constituinte, esperando que, dentro de poucos dias o Sr. Getúlio Vargas satisfaça a vontade do povo”.³¹⁵

A última tentativa pública do quererismo, antes da derrubada de Getúlio, foi feita no dia 25 de outubro, ou seja, quatro dias antes da deposição. Essa se deu pela carta de um Diretor do Banco do Brasil, da dissidência pessedista, Loureiro da Silva. Divulgada como matéria paga, nela analisava as circunstâncias

³¹² Carta de Afonso de Assumpção Vianna a José Vecchio, 16/10/1945.

³¹³ O GLOBO, 19/10/1945.

³¹⁴ CORREIO DO POVO, 28/10/1945. p.10.

³¹⁵ O GLOBO, 23/10/1945.

em que surgiram as duas candidaturas, vazias de apoio popular, a ponto de gerarem a necessidade de o povo pedir uma constituinte. E perguntava: por que elas ainda se mantinham?

“(…) porque não é ignorado que elementos do exército encamparam tais candidaturas (...). Refuto como impatriótico o militarismo, isto é, as classes militares transformadas em forças políticas, tutelando o pensamento da nação e impondo situações não aceitas pelo povo. E a competição de milhares de homens armados contra milhões de civis desarmados. Confrange saber (...) que listas percorrem os quartéis angariando assinaturas para forçar pronunciamentos políticos (...). Por acaso foram consultados os pracinhas, os cabos, os sargentos, que são povo, que vibram com o povo, que sentem com o povo?”³¹⁶

No dia 28 de outubro, após um desmentido oficial a respeito de boatos que corriam em Londres e Nova York sobre a ocorrência de “uma revolução” no Brasil³¹⁷, as páginas queremistas traziam, unicamente, um grande desenho de um trabalhador e uma frase: *“Forja teu futuro, alistando-te no PTB!”*³¹⁸ No dia seguinte, Vargas foi deposto. Para Prestes, *“o golpe de 29 de outubro foi profunda e eminentemente um golpe reacionário. Aparentemente dirigido contra o sr.*

³¹⁶ O JORNAL, 25/10/1945.

³¹⁷ O GLOBO, 28/10/1945.

³¹⁸ Idem.

Getúlio Vargas (...) foi dirigido principalmente, fundamentalmente contra o povo".³¹⁹

Perplexas com a deposição, as lideranças queremistas, a sua maioria agora no PTB, continuavam a publicar as suas páginas nos jornais conclamando a filiação partidária, mas sem o entusiasmo de outrora. A cada dia, interpelava uma categoria profissional diferente, à qual eram mostradas as razões pelas quais deveriam ingressar no PTB.

Vargas só dá certeza de que voltava a luta sucessória após dois acontecimentos simultâneos. Um deles foi à divulgação, em alguns jornais, em 10 de novembro do programa do PTB. Em linhas gerais, o partido se propunha a manter e ampliar a legislação social, estendê-la ao campo, a defender o justo salário, assim como a justa remuneração, incentivando as atividades econômicas a partir de um grande impulso industrial. O seu programa se baseava no desenvolvimento harmônico do capital e do trabalho.³²⁰ O outro fato foi Getúlio haver quebrado o silêncio que guardava, desde sua deposição, reafirmando a solução partidária, em mensagem publicada nos jornais:

“Trabalhadores do Brasil!

(...). Condensai vossas energias, moldai vossa consciência coletiva ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro.

³¹⁹ PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1948. p.177.

³²⁰ O programa do PTB encontra-se em: O JORNAL, 11/11/1945.

A hora não é de preocupações pessoais. É de idéias e de programas, e o programa do PTB, de acordo com as idéias da atualidade é aquele que melhor vos convém por garantir a perfeita aplicação das leis sociais existentes e porque encerram todos os nossos ideais de melhoria e progresso (...) capaz de triunfar no período agitado que atravessamos, de vencer dificuldades e firmar-se para o futuro.

O PTB é o herdeiro e o continuador da revolução de 1930 que não pode ser interrompida (...).

Esta revolução que continua nas consciências tem que ser prosseguida pelo PTB que constitui o ideal de continuidade de nossa obra no tempo e na história (...)³²¹

Mas sem a presença catalizadora de Vargas, na presidência, e em circunstâncias políticas adversas, tornou-se, praticamente, impossível manter a unidade do queremismo, ainda presente semanas atrás, na luta pela Constituinte com Getúlio. O Partido Comunista decidiu lançar-se em caminho próprio, e, em 17 de novembro, apresentou a candidatura de Yedo Fiúza, como candidato à presidência. Prestes, por sua vez, a 22 de novembro seria indicado a candidato ao cargo de senador. O próprio PTB se debatia em crise interna em razão da desorientação que nele se instalou sobre sua posição no processo eleitoral.

³²¹ VARGAS, op. cit., p. 205-206.

No dia 1º de dezembro, são divulgadas as orientações de Vargas aos trabalhadores. Assim aparece o “vote em Dutra”, que permanece até o apelo de Vargas para que os trabalhadores votem no PTB.

3.4. Algumas reflexões e considerações acerca do discurso queremista

Numa leitura rápida e na forma imediata com que procurava, fundamentalmente, a permanência de Vargas, e se comparado aos discursos dos grupos políticos adversários, o discurso queremista aparece como inconsistente, sem princípios e repetitivo do Estado Novo. Entretanto, o seu dinamismo e suas modulações de forma e conteúdo encontram-se ligados a uma lógica complexa, entre a defesa dos benefícios da legislação social e os limites do que poderia ser politicamente possível buscando uma interação conflitiva através da realização de alianças.

Dessa forma, ao se procurar compreender esse discurso, cheio de obstáculos colocados pelos grupos oposicionistas, e dentro de um terreno de disputas, pode-se delinear, como na prática, os trabalhadores buscaram representar seus interesses, dentro de uma conjuntura aberta e indeterminada. Assim, muitos direitos ainda poderiam ser alcançados. Essa busca pelas demandas dos trabalhadores e a conquista de direitos, entretanto, não se deu sem

barganhas políticas, sendo o quererismo um discurso importante, entre outros que ora competiam, ora se complementavam.

Ainda em meados de fevereiro, ou seja, mesmo antes do lançamento do Comitê Pró-Getúlio Vargas, em Porto Alegre, o *Correio do Povo* fazia enquete sobre o momento político e a redemocratização. Nessa enquete, foram entrevistadas “*as mais diversas camadas de atividades*” de Porto Alegre. Entre os depoentes, um comerciante e um estivador. Já em fevereiro, o comerciante Newton Fraga dizia ao *Correio do Povo*, “*político só conheço um o sr. Getúlio Vargas*”, e ainda:

“Sou moço ainda. E de política pouco sei...Lembro-me de que quando de fazia política no Brasil, já lá vão muitos anos, eu só me interessava pelos filmes do Tom Mix...Agora, tendo ganho, de surpresa, como quem tira uma sorte grande, a carta e os direitos de cidadão, ainda nem sei bem o que fazer com eles. Político só conheço um, o sr, Getúlio Vargas, que, por assim dizer, me acompanha do berço... Acho que votarei nele” .³²²

Já o estivador Osvaldo Pereira dizia,

“tanto falaram os jornais em eleições que eu procurei em casa, entre outras coisas há muito guardadas, os meus papéis de eleitor. Encontrei

³²² CORREIO DO POVO, 24/2/1945 . p. 4.

dois títulos: um, com o qual votei há muitos anos no sr. Getúlio Vargas e um, com o qual votei há muitíssimos anos no sr. Borges de Medeiros. Como li também nos jornais, esses títulos vão servir para as eleições que vêm...”³²³

Quando perguntado pelo jornal quem era seu candidato a resposta foi prontamente, “*digo-o com satisfação, é o sr. Getúlio Vargas. Deixei o segundo título no baú e o primeiro esta aqui no bolso: Agora é só marcarem a data*”.³²⁴

As massas populares constituíam-se no sujeito evidente a quem se dirigia o discurso queremista, mas não o único. Reforçando o núcleo da aliança que o quererismo pretendia estabelecer, Boa Vista disse ao chegar no Rio de Janeiro:

“Ora, todos os que (...) têm contato com o grande público, com a massa dos empregados e dos operários e com os elementos do comércio honesto e fora dos trustes e dos lucros extraordinários, todos sabem que o nome de Getúlio Vargas é uma garantia”.³²⁵

Assim, o quererismo busca articular dois setores em que se dividiam os trabalhadores – os pequenos empresários e os assalariados. Parece que assim esta implícita a repetição do eixo do discurso estado-novista, sobre a complementaridade das relações entre capital e o trabalho, para as quais as leis trabalhistas são uma condição e não um impedimento para o progresso.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ O GLOBO, 30/7/1945.

Uma primeira e mais longa fase do discurso queremista correspondeu à mobilização dos trabalhadores no sentido estreito, isto é, a sua chamada às ruas para pressionar pela permanência de Vargas. O ponto de partida desses discursos era sempre a exaltação das leis trabalhistas. O que nas páginas dos jornais, nas mensagens vindas dos trabalhadores – algumas até possivelmente, forjadas pela propaganda oficial, não há como distinguí-las -, evidencia a imediata resposta destes:

“ Não nos abandone agora!
O povo brasileiro quer seu amparo!
Getúlio Vargas, o trabalhador nº 1 do Brasil!
Você não se pertence, pertence aos
trabalhadores!
Os trabalhadores nunca o traíram!
Não decepcione o Brasil!
Garanta a continuidade da legislação trabalhista!
Pela felicidade do trabalhador!
Amigo do povo e guia da nacionalidade!
Repita D. Pedro I: pelo Brasil, fique!
Quem não recebeu o apoio e o amparo do
senhor?”³²⁶

Essas mensagens, num primeiro momento, parecem supor que o que vigora é apenas uma relação emocional e carismática, sem desenvolvimento de uma conscientização política dos trabalhadores. Também há de se reconhecer, contudo, que não haveria possibilidade de resposta popular, se de uma certa

³²⁶ O GLOBO, 26/08/1945; O JORNAL, 26/10/1945.

maneira não correspondesse aos seus anseios e demandas, ainda mais quando ligados à questões concretas: como a Legislação do Trabalho.

Então o discurso queremista, sem que deixasse de lembrar a cidadania social adquirida durante o Estado Novo, transformou-se qualitativamente. A emocionalidade foi substituída, em sua maior parte, por um começo de conscientização de uma situação sócio-política. Dizia então o discurso queremista: *“Constituinte é uma assembléia eleita pelo povo e faz as leis para o povo”*.³²⁷ Ao buscar a solução constituinte, os trabalhadores não estariam somente fazendo as leis, mas também a sua própria história.

Em maio, antes da publicação do código eleitoral e do Ato Adicional, a *Revista do Globo* realizava uma enquete partindo da pergunta: *Já escolheu o seu partido?* Quando perguntado ao advogado José Antônio Aranha ele afirma: *“O meu partido é o partido do povo. (...) Está na hora de mostrarmos que o povo não é uma massa amorfa e inconsciente, mas uma expressão viva e poderosa”*. Já o operário Otacílio Barbosa Filho afirmava: *“Eu quero Getúlio!”*, assim como o barbeiro Adão Oliveira, o comerciário Marcelino Grillo e o comerciante Conrado Thorstemberg. Entretanto, a *Revista do Globo* ressaltava que *“lamentavelmente o povo pouco se preocupa com a política e que são raros os cidadãos com consciência política”*, diante da dificuldade de se realizar tal enquete.³²⁸

³²⁷ O GLOBO, 24/9/1945.

³²⁸ REVISTA DO GLOBO, 28 de maio de 1945. p. 40-41.

Entretanto, em outubro outra enquete é realizada, só que agora pelo *Correio do Povo*, onde a pergunta era: *Deve ou não deve ser convocada a constituinte?* Nessa enquete, durante uma semana, o próprio jornal afirmava: “*A constituinte está na ordem do dia como, como um dos acontecimentos de maior importância política (...) hoje, transformando-se num dos maiores movimentos de opinião popular*”. As opiniões são as seguintes: para o bacharelando Carlos Naconecy, “*a convocação de uma constituinte é a necessidade atualmente mais imperiosa do povo Brasileiro (...)*”; para o ferroviário Mário Inda, “*sou favorável a constituinte, porque só esse órgão poderá ditar uma constituição verdadeiramente democrática e de respeito aos programas partidários apresentados pelo povo (...)*”; para o Prof. Ney Cabral “*concordar com os queremistas seria permitir e aplaudir a mancebia do comunismo com a ditadura (...)*”; para o operário Alcebíades Carvalho “*sim, para que seja possível a retirada das duas candidaturas que não representam a aspiração do povo (...)*.”³²⁹

Pode-se perceber, claramente, entre a enquete da *Revista do Globo* e a enquete do *Correio do Povo*, que algo havia mudado na sociedade gaúcha. Se em maio a *Revista do Globo* tinha dificuldade de fazer a população expressar sua opinião política através de suas páginas. Já o *Correio do Povo*, ficou com sua enquete uma semana inteira, sempre com, aproximadamente, 10 depoimentos de razoável extensão.

³²⁹ CORREIO DO POVO, 7/10/1945 à 14/10/1945.

É interessante marcar o posicionamento dos principais jornais gaúchos, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* sobre o quererismo e suas relações com a conjuntura da reorganização político-partidária.

Segundo o *Diário de Notícias* de 25 de agosto, na matéria intitulada “O ‘*Queremismo*’ local pretende brilhar no comício, hoje à noite. Houve profusa distribuição de cartazes convidando o povo para o “meeting” no largo da Prefeitura:

“A cidade despertou, ontem, sacudida por um novo e vigoroso surto ‘queremista’, naturalmente conseqüência da irrupção que se manifesta por todo o território brasileiro, e com as mesmas características endêmicas de nossos males políticos. Apareceram afixados nos muros e andaimes centenas de cartazes concitando de público, pela primeira vez em nossa terra, os ‘queremistas’ a participarem do comício monstro que se realizará, hoje, às 20 horas, no largo da Prefeitura. Os rótulos do movimento foram espalhados por todos os quadrantes da cidade, fazendo eco da grande e paciente preparação que os líderes do ‘queremismo’ vinham empreendendo, há já alguns dias, de casa à casa, rua à rua, em todos os quarteirões, bairros e arrabaldes da metrópole. São vistosos cartões, que chamam a atenção por serem ‘cor-de-rosa’, uma cor simbólica...(...). O trabalho que realizaram e estão realizando atinge às raias do inconcebível em processos políticos. Cartas encadeadas, dessas que se o recebedor não

passa adiante a iras do 'santo' se voltam contra ele, são distribuídas em profusão pelos lares porto-alegrenses. Nelas, é exaltada a obra do chefe do governo, e por elas ficam 'convidados' os recebedores a redigirem e enviarem por sua própria conta e risco telegramas ao sr. Getúlio Vargas, solicitando que aceite sua candidatura à suprema magistratura, muito embora o 'lapso de 15 anos' o tenha deixado 'cansado e com um direito a um repouso'. Cartazes e mais cartazes foram espalhados por toda a parte. A propaganda corresponderá, por certo, a expectativa dos seus mentores. Não sabemos, porém, como os chefes locais e partidários do Partido Social Democrático estão vendo esse movimento, ainda mais contando-se entre eles certos e indesejáveis 'queremistas'".³³⁰

Nesta matéria o *Diário de Notícias* trata o queremismo gaúcho como um simples reflexo do queremismo nacional, e ainda na busca de cooptar os indecisos para sua causa. O jornal trata como inconcebível, politicamente, a profusão da propaganda queremista, através de seus inúmeros cartazes, e convites distribuídos de casa em casa. Ressalta os 15 anos de governo Vargas, com apenas um lapso e ainda, denuncia cisão no PSD, em que esses partidos teriam membros ligados ao queremismo.

No *Diário de Notícias* do dia 26 de agosto na matéria "*Membros destacados do PSD no comício 'queremista' de ontem. Os srs. Ataliba Paz e Raul Gudolle,*

³³⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/8/1945. p. 8.

embora não programados, proferiram ardorosos discursos, advogando a prolongação do ‘curto lapso’ de 15 anos de governo do srs. Getúlio Vargas”:

“Conforme prevíamos, o comício ‘queremista’ de ontem conseguiu brilhar. Regular massa de povo, calculada em 5 mil pessoas, compareceu ao largo da Prefeitura, atraída pela publicidade feita e pela incógnita dos oradores. Esse aspecto constituía, aliás, o atrativo número de um espetáculo continuísta programado para à noite de ontem. E, de fato. Pelo menos dois oradores surpreenderam a assistência – os srs. Ataliba Paz, ex-secretário da agricultura e diretor da caixa econômica, e Raul Gudolli, consultor jurídico do conselho administrativo, por se tratar de membros destacados do PSD. O discurso do sr. Ataliba Paz foi particularmente inflamado de ardor quemista, traçando em belas frases sonoras, os méritos do sr. Getúlio Vargas e a necessidade nacional de prolongar um pouco mais o ‘curto lapso’ de 15 anos da ditadura, que tanta felicidade trouxe e que tanto ajudou a natureza a fazer o Brasil maior... Outro orador de impressionante dialética foi o dr. Braga Pinheiro, também extraprograma. Entre outras coisas, o ilustre operador e major médico do exército, afirmou que o sr. Getúlio Vargas descobriu as necessidades do povo assim como Pedro Álvares havia descoberto o Brasil. Disse que o general Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes eram duas grandes interrogações para a Presidência da República, e que a figura ‘ímutável e sem par’ do sr. Getúlio Vargas era

uma garantia para os trabalhadores e para os brasileiros. Finalizou afirmando que o presidente deveria repetir a frase de Pedro I: ‘Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico’”.³³¹

O *Diário de Notícias* continua sua denúncia sobre a presença de elementos queremistas no seio do PSD, que ainda teriam dito que Eurico Dutra, candidato do próprio PSD, e Eduardo Gomes, seriam duas grandes interrogações para a Presidência. Trata a figura de Getúlio como imutável após ressaltar o 15 anos de “ditadura”.

No *Correio do Povo* de 28 de agosto, pode-se ter uma idéia da dimensão no Rio Grande do Sul desses comícios Pró-Getúlio:

“Anunciado para sábado, somente ontem à noite realizou-se o grande comício promovido pelo Comitê Municipal pró-candidatura Getúlio Vargas, cuja transferência fora motivada pelo grande temporal que desabou nesta cidade naquele dia. O comício constituiu uma viva demonstração da popularidade de que goza o presidente Getúlio Vargas nos meios operários, pois foi uma das

³³¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/8/1945. p. 12.

maiores reuniões públicas realizadas em Pelotas nestes últimos tempos, podendo-se calcular a assistência em cerca de oito mil pessoas, transcorrendo em perfeita ordem e sob vibrante entusiasmo. Os manifestantes reuniram-se no Porto, na praça Getúlio Vargas, vindo para o centro da cidade, no largo fronteiro ao Grande Hotel, onde se apinhava grande multidão, tendo à frente um grande retrato do sr. Getúlio Vargas, seguindo-se a ala feminina do 'Queremos Getúlio Vargas', puxados pela banda de música da Brigada. Aberto o comício, falou primeiro a comerciarista, senhorita Norma Dias dos Santos, em nome da ala feminina, seguindo-se os srs Dario Gazulo, Mario Gastaud Oliveira, José Maria Falcão, em nome do distrito de Areal, Caubí Larre, e Narciso Silva, representante do Distrito de Capão do Leão. A presença deste último provocou grandes aclamações da assistência, pois trata-se de um velho de 75 anos, que declarou ser revolucionário desde 93 e acompanhar o sr. Getúlio Vargas, visto tratar-se do presidente que revolucionou os costumes políticos. (...). Todos os oradores louvaram a obra social do presidente Vargas, concitando os presentes a nele votarem na próxima eleição".³³²

Dessa forma, fica marcado o posicionamento dos dois jornais. Nitidamente, o *Diário de Notícias* não apóia o continuísmo de Vargas, denunciando com virulência o queremismo, um movimento inconcebível, acusando-o de estabelecer vínculos partidários continuístas, como simples reflexo do queremismo nacional.

³³² CORREIO DO POVO, 28/8/1945. p. 12.

Já o *Correio do Povo*, abria um espaço considerável para a discussão política a nível regional, o que fez com que movimentos e políticos de todas as colorações utilizassem suas páginas.

Mesmo que se argumente que não era projeto inicial do queremismo levar os trabalhadores a um nível de maior conscientização política, sabe-se que a história não se faz pelas intenções, mas por imposições das contingências. E a contingência, nesse caso, foi o agravamento da crise institucional da sucessão. O queremismo que colocou os trabalhadores nas ruas, agora os constituía como indivíduos políticos, os eleitores da Constituinte. Nesse sentido, o queremismo foi também um instrumento de pedagogia política dos trabalhadores que aprenderam outras possibilidades de reivindicações, no caso a demanda pela cidadania política.

Ao se tornar inviável a via constitucional, e ao incentivar os trabalhadores a atuarem na política partidária. O queremismo corporificou o reconhecimento da política dos trabalhadores através de mecanismos já conhecidos pela classe, tais como: partidos políticos, sindicatos, agremiações e associações.

Entretanto, dentro do queremismo o confronto de projetos e discursos também se acirrava. Getulistas, comunistas e trabalhistas disputavam espaços frente à mobilização popular. Para os planos simplesmente continuístas de Vargas, a dinamização sindical e social promovida pelo discurso comunista, parecia interessar. Era um risco calculado, mas assumido pelos getulistas e

trabalhistas, sempre alertados para a crescente popularidade de Prestes, desde o início da campanha sucessória. Não afrontar diretamente uma figura com a popularidade de Prestes, permitia, em troca, o trânsito da simpatia de trabalhadores comunistas para os projetos imediatos dos queremistas.

Contudo, perto da deposição de Vargas, quando se estreitaram todas as saídas à possibilidade da permanência de Vargas, o queremismo marcou uma ruptura frontal aos comunistas, ao indicar aos trabalhadores o caminho do PTB. Assim, fica claro que a preocupação era, nesta ocasião, “*defender os trabalhadores dos extremistas*”.³³³ Os sustentadores do discurso queremista, como os gaúchos Boa Vista, José Vecchio, Assumpção Vianna e o jornalista Waldir Rodrigues, passaram a ressaltar a superioridade do petebismo sobre o comunismo.

Atitudes mais cautelosas tomaram os queremistas diante do pessedismo. Precavidamente, esperavam se ainda possível, no incerto desenrolar dos acontecimentos, que o PSD, com toda a sua máquina situacionista nas mãos, se convertesse em partido Pró-Vargas. Sem fechar as portas para uma composição, a pessoa de Dutra não era atacada pelo queremismo, mas apenas a maneira como sua candidatura fora colocada “*sem ouvir o povo*”.³³⁴ Além do mais, o discurso pessedista não passava do louvor e da promessa de continuidade da

³³³ VARGAS, op. cit., p. 198.

³³⁴ O GLOBO, 4/10/1945.

política estado-novista, que de certa forma também estava presente no quererismo.

Em pleno processo de democratização, os trabalhadores, recusando as candidaturas de Eduardo Gomes e de Eurico Gaspar Dutra, queriam a oportunidade de votar em outra, a de Vargas. No momento em que Assunção Viana chama a maior autoridade dos Riograndenses, ressalta, ao que chama a atenção Carlos Cortes, ao protesto gaúcho contra uma iminente deposição de Vargas, e sobretudo a campanha nacional de demonização conduzida pela UDN contra Getúlio Vargas. Assim, segundo Cortés, os gaúchos interpretam esses atos como expressões renovadas da longa história de desprezos nacional e de perseguição contra o Rio Grande do Sul.³³⁵ Segundo Marshall Sahlins as culturas humanas não se explicam tão somente pelas atividades materiais, pela perseguição individualmente racionalizada de seus melhores interesses utilitários. A essa espécie de razão prática, uma outra, mais significativa, rege as culturas: a simbólica.³³⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TRABALHADORES URBANOS GÁUCHOS E A BUSCA DA CIDADANIA POLÍTICA

³³⁵ CORTES, Carlos. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974, p. 39.

³³⁶ SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 185.

Com esse trabalho buscou-se uma imagem das relações entre trabalhadores e processo político distante das formulações clássicas presentes na teoria do populismo. Não se trata, aqui, de uma massa amorfa e manipulada por um líder carismático, mas de trabalhadores conscientes e organizados que, a partir de alianças, assumem para si a responsabilidade sobre seus direitos e sobre o reconhecimento da sua dignidade como trabalhadores e cidadãos.

À medida que novas pesquisas têm sido desenvolvidas e a sensibilidade para a experiência dos trabalhadores tem se aguçada, faz-se a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de balizar a análise do período pós-30. Para compreender esse período, salienta French, exige a adoção de um modelo interativo de classe social. Isso significa, acima de tudo, articular a análise das mudanças na composição interna da classe trabalhadora com as transformações vividas por outros segmentos sociais, que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças sem implicar necessariamente passividade e subordinação dos trabalhadores a líderes carismáticos. A configuração dessas alianças, assim como os mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleciam suas condições de existência é o que o autor denomina de *sistema político populista*.

O *sistema político populista* definiria o enquadramento geral mediante o qual as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retóricas públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível. Ele não anulava a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período, nem substitui a ação das classes sociais, cuja interação conflitiva impunha limites à exploração política e econômica, não obstante a eventual realização de alianças. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa realidade, não raras vezes, é diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Para o bem ou para o mal, não se tratava de uma adesão cega e ativa, mas antes, de um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis. Desse modo, os trabalhadores logravam impor,

“ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira a priori, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a frequentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores”.³³⁷

³³⁷ SILVA; COSTA, *Trabalhadores urbanos e populismo*, p. 261-262.

Essa formulação não estigmatiza o período, e evita que se abra mão, ao estudá-lo, do exercício da crítica e da formulação de juízos, fundamentados pelas evidências, sobre as suas contradições, dilemas e perplexidades, expressos muitas vezes por aqueles que o vivenciaram.

O quererismo, a partir dos desdobramentos políticos, estruturou-se como movimento e desdobrou-se em táticas e alianças que agilmente se sucederam a cada vez que os adversários da permanência de Vargas no poder manobravam vedando-lhe o avanço. Dessa forma, a rápida leitura feita pelos quereristas, mesmo de diferentes matizes, era de que para além de Vargas outras formas de lutas eram possíveis. Ou seja, havia um campo aberto de possibilidades, que logo os trabalhadores vão direcionar para a busca da cidadania política. Nesse sentido, o quererismo pode ser entendido, também, como um movimento de pedagogia política, pois possibilitou aos trabalhadores organizados exercer seus aprendizados em um “novo” terreno de disputas, o terreno da política sob um regime democrático.

O quererismo gaúcho quer Vargas. Mas também quer que os trabalhadores sejam voz de decisão dentro do quadro complexo de redemocratização e de reorganização partidária. Portanto, somente clamar pela permanência, pura e simples, de Vargas não é objetivo do quererismo no Rio Grande do Sul. Existem, para além dessa demanda, outras formas de luta. Entre elas, a inserção dos trabalhadores na arena política, para assim defender seus interesses. Os quereristas gaúchos defendiam, então, o seu direito de participar e opinar no processo político.

Uma apreciação crítica sobre as contradições e limites da relação entre trabalhismo e organização operária não deve, entretanto, minimizar as grandes novidades históricas presentes no período pós-45. Apesar de todas as suas limitações, o espaço institucional permitia a expressão da diversidade de correntes políticas e de lideranças atuantes da classe trabalhadora, ou ao menos tinham como projeto canalizar as demandas sociais, mesmo que isso, como no caso dos comunistas eleitos por outras legendas, implicasse a burla ao rigor repressivo da legislação vigente.

Essa situação possibilitava que, tanto os elementos unificadores da classe, expressos em bandeiras de luta e campanhas gerais, se articulassem ao processo político quanto as tensões e conflitos existentes no interior da classe, envolvendo distintas concepções, estratégias e parâmetros éticos, tivessem mais um espaço de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre, 1983. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Tomo III. Vol. 3. (História Geral da Civilização Brasileira).

AMARAL, Anselmo F. *Getúlio Vargas: continuador de uma idéia, vítima da espoliação*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: edições 70, 1977.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

CABRAL, Elza Borghi de. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Niterói: UFF, 1984. (Mestrado em História).

CÂNEPA, Mercedes Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre:UFRGS, 2001. (Tese de Doutorado).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº16, 1995.

CHIARELLO, Antônio. *O trabalhismo brasileiro. Meio século de coerência*. Porto Alegre: Redactor, 1985.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades, *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v.XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho de 2002.

CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

COSTA, Maria Amélia Soares da. *Reorganização Partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado).

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DEBRET, Guita. *Ideologia e Populismo*. São Paulo. Queiroz editora, 1979.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira: e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. Pelotas: UFPEL, 1996.

DUTRA, Milton. *O trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

FARIA, Antônio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Queremismo, trabalhadores e cultura política: Soberania popular e aprendizado democrático, *Varia História*, nº 28, dezembro, 2002.

FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 3).

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 3).

FORTES, Alexandre. (et. al.). *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FRENCH, John. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo. 1900-1950*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GERTZ, René. Estado Novo um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. Reflexões em torno do populismo e trabalhismo. *Varia História*, n. 28, p. 55-68, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: histórias de um pombo-correio: a revoada do exílio*. Porto Alegre: Rígel, 1992.

HENRIQUES. Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Record, 1966. 3v.

HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOBSBAWN, Eric. A formação da cultura da classe operária britânica e o fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: HOBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

JAMES, Daniel. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela M. *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la cenecienta*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1988.

MARTINS, Eloi. *Um depoimento político. Memória de um metalúrgico. 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró (et all.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2003. v. 1.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e auto-críticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982 .

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/PUCRS, 1999.

MOURE, Telmo Remião. O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945). Porto Alegre: UFRGS (Monografia de conclusão de curso), 1979.

NOLL, Maria Izabel. A crise do sistema partidário rio-grandense. (1936-1937). In:

TRINDADE, Hélió. (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS*

(1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi de. *Partidos Políticos Brasileiros. O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973. (Tese de Mestrado/mimeografado).

PAOLI, Maria Célia. O trabalhador urbano na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio L. (Org.) *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "união nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1948.

RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001. 3 v.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. (seleção e introdução). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"*. Brasília: UNB, 1981.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo. Análise da Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Getúlio. *Nova política do Brasil (1930-1945)*. Vol. 11. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *Aquele estranho dia que nunca chega: as melhores crônicas de política e economia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Estudos CEBRAP*, nº 4, São Paulo, 1973.

FONTES DE CONSULTA

1) Jornais

Rio Grande do Sul

Correio do Povo. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. jan-out, 1937 e jan-dez, 1945.

Diário de Notícias. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. jan-dez, 1945.

O Intelectual. Arquivo João Batista Marçal. 1940

Libertação. Arquivo João Batista Marçal. Jan-dez, 1945.

O Debate. Centro do Documentação Sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. out, 1945.

Rio de Janeiro

Correio da Manhã. Biblioteca Nacional. jan-dez, 1945.

Folha da Manhã. Biblioteca Nacional. jan-dez, 1945.

O Globo. Biblioteca Nacional. jan-dez, 1945.

O Jornal. Biblioteca Nacional. jan-dez, 1945.

2) Acervos

Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Acervo Francisco Brochado da Rocha. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul documentos referentes ao ano de 1945.

Arquivo Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro.

Arquivo de História Operária João Batista Marçal. Viamão, Rio Grande do Sul.

3) Periódicos

Revista do globo. Rio Grande do Sul (1945)

4) Depoimentos

José Vecchio. Setor de história oral CPDOC/FGV) – 1983.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre, 1983. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

AMARAL, Anselmo F. *Getúlio Vargas: continuador de uma idéia, vítima da espoliação*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

ARAÚJO, Angela M. *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Trabalhismo e Socialismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (dissertação de mestrado em História).

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11^a ed. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000 (vol. 1 e 2).

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

_____. *A escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 103.

CABRAL, Elza Borghi de. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Niterói, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. *Tempos Históricos*, M. C. Rondon, v.3, n. 1, p. 91-120. Ago/2001.

CÁNEPA, Mercedes Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política).

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. ***Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.**

_____. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1996.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº16, 1995.

CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

COSTA, Maria Amélia Soares da. *Reorganização Partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado).

DACANAL, José Hildebrando ; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DALMÁS, Mateus. *A imagem de Hitler e da Alemanha na Revista do Globo de Porto Alegre (1933-1945)*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.

DEBRET, Guita G. *Ideologia e populismo*. São Paulo: Queiroz editora, 1979

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida ; FERREIRA, Jorge. (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano;v.3).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira: e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. Pelotas : UFPEL, 1996.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997.

DUTRA, Milton. *O trabalho de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, nº 13, 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XXIV, nº2, 1998.

FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (eds.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Antônio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo : Global, 1986.

FAUSTO, Bóris. (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo : EDUSP, 2002.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FLEISCHER, David Verge (org.). *Os partidos políticos no Brasil* (vol. I). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

FORTES, Alexandre. [et al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo. 1900-1950*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

_____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977

GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB nos Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (dissertação de mestrado).

GAUER, Ruth M. Chittó. (Coord.); SILVA, Mozart Linhares da. (Org.). *Tempo/História*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1998.

GAUER, Ruth M. Chittó. *A qualidade do tempo: para além das aparências históricas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. *Getulismo e trabalhismo*: São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo*. In: Estudos Históricos, n. 11 Rio de Janeiro: FGV, 1993.

_____. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1994.

_____. *Política: história, ciência, cultura etc*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.9, nº17, 1996.

_____. *História e Historiadores. A política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____.(org.). *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRILL, Igor Gastal. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (tese de doutorado em Ciências Políticas)

GRIMBERG, Maria Elisabeth. *Movimento operário sindical e popular no Rio Grande do Sul: 1950-1954*. Porto Alegre: UFRGS, 1982 (dissertação de mestrado).UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

HILTON, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. The overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic intervention, defense of democracy, or political retribution? *Hispanic American Historical Review*, Duke University, p.1-37, 1987.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas)

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: Unicamp, 2004 (tese de doutorado em história).

LAMOUNIER, Bolivar ; CARDOSO, Fernando Henrique (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

_____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990

LEIDENS, Sandra Maria. *O discurso estado-novista: retórica e realidade*. Porto Alegre: PUCRS, 1993.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MACKINNON, María Moira ; PETRONE , Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la cenecienta*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1988

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989.

MILKE, Daniel Roberto. *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Dissertação de Mestrado).

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Sintra: Publicações Europa-América, 1990.

MOURE, Telmo Remião. *O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado: janeiro a abril de 1945*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 (monografia de bacharelado).

NEVES, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *“O preço da liberdade é a eterna vigilância”: a UDN no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado).

OZKIRIMLI, Umut. *Theories of nationalism*. New York: St. Martin Press, 2000.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo et al. “Desempenho eleitoral da bancada gaúcha do PTB na Câmara de Deputados (1945-1962)”. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre: UFRGS, nº 1, 1997.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo : Paz e Terra, 2001.

RECH, Anício. *Os caminhos de uma eleição: O PTB e o discurso do candidato Michaelsen*. Porto Alegre, 1998. (Dissertação de Mestrado em História –PUCRS).

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas*. Rio de Janeiro : Casa Jorge, 2001.

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*. Brasília: UNB, 1981.

_____. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Ed, Universidade de Brasília, 1982

SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo. Análise da Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

TRINDADE, Héglio. *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

TRINDADE, Héglio ; Noll, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Editora Sulina, 1991

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1995.

VIRÍLIO, Paul. *A Inércia Polar*. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1993.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____, *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)*. Estudos CEBRAP, nº 4, São Paulo, 1973.

